



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**ROSIMARIO DE ARAGÃO QUINTINO**

**IGREJA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO INTERIOR**  
**DO AMAZONAS: AÇÕES PAROQUIAIS E EDUCACIONAIS PARA O**  
**SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAMARATI-AM (1958-1983)**

**Manaus**

**2025**

ROSIMARIO DE ARAGÃO QUINTINO

**IGREJA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO INTERIOR  
DO AMAZONAS: AÇÕES PAROQUIAIS E EDUCACIONAIS PARA O  
SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAMARATI-AM (1958-1983)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa 1 - Educação, Estado e Sociedade na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Pêrsida da Silva Ribeiro Miki.

**Manaus**

**2025**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- 
- Q7i      Quintino, Rosimario de Aragão  
Igreja, educação e desenvolvimento regional no interior do Amazonas:  
ações paroquiais e educacionais para o surgimento do município de  
Itamarati-AM (1958-1983) / Rosimario de Aragão Quintino. - 2025.  
165 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Pérsida da Silva Ribeiro Miki.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Manaus, 2025.
1. Educação. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Itamarati-AM. 4. Igreja. 5.  
Amazonas. I. Miki, Pérsida da Silva Ribeiro. II. Universidade Federal do  
Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título
-

**ROSIMARIO DE ARAGÃO QUINTINO**

**IGREJA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO INTERIOR  
DO AMAZONAS: AÇÕES PAROQUIAIS E EDUCACIONAIS PARA O  
SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAMARATI-AM (1958-1983)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação  
da Universidade Federal do Amazonas para obtenção do título  
de Doutor em Educação.

**Aprovada em 12 de novembro de 2025.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Pérsida da Silva Ribeiro Miki  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Presidente/Orientadora)

---

Prof. Dr. Fábio Souza Correa Lima  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Membro Titular Interno)

---

Prof. Dr. Fabrício Valentim da Silva  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Membro Titular Interno)

---

Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles  
Universidade do Estado do Amazonas – UEA (Membro Titular Externo)

---

Prof. Dr. José Vicente de Souza Aguiar  
Universidade do Estado do Amazonas – UEA (Membro Titular Externo)

---

Prof. Dr. James Roberto Silva  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Membro Suplente Interno)

---

Profa. Dra. Leni Rodrigues Coelho  
Universidade do Estado do Amazonas – UEA (Membro Suplente Externo)

## DEDICATÓRIA

*Esse texto é dedicado a meus filhos, Luís Domingos, Lucas Vladimir e Margarida Vana, que fizeram eu rever a minha existência e diariamente me ensinam o que é amor.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato social importante dos seres humanos. É reconhecer que o apoio recebido em determinado momento foi importante para aquele momento da vida da pessoa, para realização de uma tarefa ou conclusão de uma etapa, e é tendo como base esses três princípios que agradeço.

Agradeço a meus 3 filhos, Luís Domingos, Lucas Vladimir e Margarida Vana, que deram um novo sentido a minha vida e me fizeram ressignificar a palavra e o sentimento amor. Agradeço a minha amada minha Fernanda, companheira, grande parceira e incentivadora. Sua ajuda e incentivo são fundamentais para que eu possa encarar cada vez mais desafios e superá-los. Você consegue enxergar um potencial e uma capacidade em mim que eu não consigo visualizar na maioria das vezes, me fazendo superar meus limites e expandir as minhas capacidades.

Agradeço a minha mãe Giltamar e a meu pai Luiz pelo constante incentivo, bem como a meus irmãos, tios e tias, tanto de sangue, como tia Leda, como sem laços sanguíneos, mas com laços de amizade mais fortes, como tia Creuza, Tia Crispina e Tia Tina (*in memoriam*), que sempre me fizeram me sentir como um membro da família delas mesmo sem eu ter tido essa honra. Agradeço a meus sogros, Luzinaldo e Rosalí, pelo constante incentivo e, em especial, a minha sogra por sempre se disponibilizar para cuidar de mim e de minha família nos momentos que mais precisamos e pelo constante incentivos e cobranças.

Minha avó, Lourdes (*in memoriam*), que me criou, educou e fez despertar em mim o interesse em história a partir dos seus relatos sobre a história de sua vida, e o seu marido, que se tornou meu outro pai, Domingos (*in memoriam*), exemplo de hombridade e honestidade que tive a sorte de ter sido presenteado com seu amor. Muito obrigado a vocês.

Agradeço a minha orientadora, professora Pérsida Miki, pelas orientações para o desenvolvimento as pesquisas e para a vida. Em um ambiente que, infelizmente, as relações humanas não ofuscadas pela necessidade de cumprimento de prazos, tarefas e metas, ter encontrado uma pessoa tão humana que entendeu meu processo de produção e meu lado humano foi uma surpresa e mostram a grande pessoa que a senhora é. Muito obrigado.

Agradeço aos membros das bancas de qualificação e defesa dessa pesquisa, professores Alisson Soledade, Luciano Costa, Fábio Lima e Fabrício Silva pelas leituras indicadas e valorosas contribuições para organização dessa pesquisa e elaboração da tese. Agradeço também ao professor José Vicente de Souza Aguiar pelas contribuições e considerações na banca de defesa. Seguem os agradecimentos ao corpo docente do PPGE da UFAM, ao pessoal de apoio, ao corpo técnico administrativo, em especial Luan e Samuel, e as estagiárias Dinha e Marjorie que possibilitaram a realização do curso de doutorado e o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço ao PARFOR, política pública educacional que não tem como um de seus objetivos o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, mas que possibilitou a existência dessa e diversas outras. Agradeço também a UEA, por possibilitar a professores que não pertencem aos quadros da instituição contribuírem com a melhoria educacional do Estado.

Agradeço a população de Itamarati-AM, cujas ações ao longo do tempo foram analisadas nessa pesquisa. Agradeço também a professora Maria Meire Pinheiro, ex-coordenadora do curso de licenciatura em Pedagogia pelo PARFOR-UEA no município. Agradeço em especial aos professores Raimunda Aguiar e ao professor Cosmo pela disponibilização de documentos e pelos seus relatos que possibilitaram e embasaram o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço a primeira turma de pedagogos formada em Itamarati-AM, citados nominalmente abaixo: Antônio Rosane Viana de Paula, Antônio Carlos da Silva dos Santos, Antônio Francisco de Oliveira do Nascimento, Antônio Raimundo Melo dos Santos, Antônio Rosalino Barros, Antônio Valdinei Mendes de Almeida, Apunuene Jane Conceição de Freitas, Bahavi Hava Deni (*in memoriam*), Cleidiane da Silva Costa, Elcirley da Silva Martins, Elisberto Lima de Araújo, Erenilda Xavier da Silva, Frank da Silva Albuquerque, Ivanete Silva da Silva, Jeamerson Bernardino de Araujo, Jhennifer Viana Siqueira, José Evandro Alves da Silva, Jose Marcos da Silva Sales, Jozimar Alves da Silva, Leciene Mota Vidal Rodrigues, Leonardo Pereira de Melo, Machione Lopes da Silva, Mahiza Kuniva Deni, Marcelo Alves Ferreira, Maria Antônia Lima Barroso, Maria Antônia da Silva de Castro, Maria Ozenilda Farias Monteiro, Maria da Conceição da Silva Oliveira, Maria das Dores Lima de Brito, Maria do Perpétuo Socorro de Lima Maia, Mario Jorge Lima da Silva, Melquezedeqe Lima da Silva, Moisés Gomes de Souza,

Onilda da Silva e Silva, Quézia Belarmina da Silva, Radifran Ferreira Lima, Raimunda Nonata Alves da Silva, Raimundo Nildo Dias do Nascimento, Rosilene de Aguiar Lima, Ton Antônio Alexandre Kanamari, Valneri Lima de São Bento, Vamuna Minudeni. Não existem palavras para expressar os agradecimentos, respeito, consideração e carinho que tenho por vocês, tampouco para representar o impacto de vocês na minha vida e na de minha família. Muito obrigado.

Agradeço aos colegas do curso, que mesmo com as disciplinas tendo sido cursadas no formato virtual devido a pandemia, o que fez com que não tivéssemos tantas trocas acadêmicas quanto poderíamos, as discussões, debates e conversas contribuíram significativamente para o desenvolvimento dessa pesquisa. Um agradecimento especial as colegas Fernanda Calegare e Sue Anne Cursino pelas trocas e aprendizados durante todo esse período.

Agradeço aos membros da Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM pela disponibilização dos documentos paroquiais que possibilitaram o desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Amazonas, da Biblioteca Pública do Amazonas, do setor de arquivo da CNBB e do TSE pela agilidade e presteza na disponibilização de documentos que serviram de fonte para essa pesquisa.

Agradeço aos membros do Grupo de Pesquisa em História da Educação da Universidade Federal do Amazonas (GPHEUFAM) pelas trocas de experiências, parceria e incentivo. Agradeço também aos membros do Grupo de Trabalho Comunidades Rurais do PPGH da UFAM pelos diálogos, textos e por possibilitar conhecer um pouco mais sobre a produção historiográfica amazonense sobre grupos/sujeitos/locais amazônicos. Os membros da diretoria do Sindicato dos Professores e Pedagogos do Ensino Público da Educação Básica do Município de Manaus (ASPROM/SINDICAL), em especial as professoras Helma Sampaio e Alexandra Sousa pelo respeito, incentivo e parceria.

Agradeço ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidenta Dilma Vana Rousseff pela criação de políticas públicas que possibilitaram que um negro, soteropolitano, morador de uma região periférica e criminalizada, pudesse sonhar e concretizar seus sonhos. As homenagens feitas a vocês nos nomes de meus filhos representam um pouco o tamanho da importância das ações desenvolvidas por vocês enquanto chefes do Poder Executivo nacional.



Agradeço aos amigos que a vida me deu, em especial Flávio Miranda, Thiago Valente, Bianca Vianna e Marivaldo Oliveira pelo incentivo e apoio. Enquanto ser social, o ser humano convive com outros, que, direta e indiretamente acabam impactando a sua vida e contribuindo com o seu percurso pessoal. Agradecer a todas essas pessoas é impossível, tendo em vista a seletividade da memória, o momento da vida, e, mesmo ficando restrito ao período de realização do curso de doutorado e as pessoas que contribuíram diretamente para a realização da pesquisa e escrita do relatório de pesquisa, algumas podem não ter sido citadas. Deixo aqui o meu muito obrigado a todos vocês.

# **IGREJA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO INTERIOR DO AMAZONAS: AÇÕES PAROQUIAIS E EDUCACIONAIS PARA O SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAMARATI-AM (1958-1983)**

## **RESUMO**

Essa pesquisa teve como objetivo central analisar o surgimento e o desenvolvimento do município de Itamarati-AM a partir da relação das ações paroquiais e educacionais dos padres espiritanos no povoado Santos Dumont. Nosso recorte temporal abrangeu o período entre os anos de 1958 e 1983. Utilizamos como metodologia o método histórico com a análise documental. As fontes centrais da pesquisa foram os Livros de Tombo da Paróquia de São Benedito, documentos da Ordem dos Espiritanos, relatórios da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a legislação estadual e federal, para interpretação recorremos ao paradigma indiciário de Carlo Ginzburg. Utilizamos a perspectiva de análise da história da educação, políticas públicas e desenvolvimento regional no estado do Amazonas, buscando trazer para dentro da academia o contexto amazônico a partir dos interiores, de áreas que muitas vezes não são interessantes à lógica produtivista numérica educacional - regiões de florestas, de alagados e da vida guiada pelos rios-, que são negligenciadas, silenciadas e homogeneizadas com a realidade das capitais em grande parte das pesquisas acadêmicas. Nossas análises confirmam que a relação entre o desenvolvimento, as ações educacionais e a emancipação política de Itamarati-AM é um paradigma analítico fundamental para a compreensão da construção de territorialidade no interior da Amazônia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação. Desenvolvimento Regional. Itamarati-AM. Igreja. Amazonas.

# **CHURCH, EDUCATION AND REGIONAL DEVELOPMENT IN THE INTERIOR OF AMAZONAS: PARISH AND EDUCATIONAL ACTIONS FOR THE EMERGENCE OF THE MUNICIPALITY OF ITAMARATI-AM (1958-1983)**

## **ABSTRACT**

The central objective of this research was to analyze the emergence and development of the municipality of Itamarati-AM based on the relationship between the parochial and educational actions of the Spiritan priests in the village of Santos Dumont. Our timeframe covered the period between 1958 and 1983. We used the historical method with documentary analysis as methodology. The central sources of the research were the tomb books (*Livros de Tombo*) of the São Benedito Parish, documents from the Spiritan Order, reports from the National Conference of Bishops of Brazil, and state and federal legislation. For interpretation, we resorted to Carlo Ginzburg's evidential paradigm (*paradigma indiciário*). We utilized the analytical perspective of the history of education, public policies, and regional development in the state of Amazonas, seeking to bring the Amazonian context from the interior into academia, focusing on areas that are often not of interest to the numerical educational productivist logic—regions of forests, floodplains, and life guided by rivers—which are neglected, silenced, and homogenized with the reality of the capitals in much of academic research. Our analyses confirm that the relationship between the development, the educational actions, and the political emancipation of Itamarati-AM is a fundamental analytical paradigm for understanding the construction of territoriality in the interior of the Brazilian Amazon.

**KEYWORDS:** Education; Regional Development. Itamarati-AM. Church. Amazonas.

# **IGLESIA, EDUCACIÓN Y DESARROLLO REGIONAL EN EL INTERIOR DE LA AMAZONAS: ACCIONES PARROQUIALES Y EDUCATIVAS PARA EL SURGIMIENTO DEL MUNICIPIO DE ITAMARATI-AM (1958-1983)**

## **RESUMEN**

El objetivo central de esta investigación fue analizar el surgimiento y el desarrollo del municipio de Itamarati-AM a partir de la relación entre las acciones parroquiales y educativas de los padres espiritanos en el poblado Santos Dumont. Nuestro recorte temporal abarcó el período entre los años 1958 y 1983. Utilizamos como metodología el método histórico con análisis documental. Las fuentes centrales de la investigación fueron los libros de inventario (Livros de Tombo) de la Parroquia de São Benedito, documentos de la Orden de los Espiritanos, informes de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil y la legislación estatal y federal. Para la interpretación, recurrimos al paradigma indiciario de Carlo Ginzburg. Utilizamos la perspectiva de análisis de la historia de la educación, las políticas públicas y el desarrollo regional en el estado de Amazonas, buscando introducir en la academia el contexto amazónico a partir de las áreas interiores, de zonas que a menudo no son de interés para la lógica productivista numérica educativa — regiones de bosques, de humedales y de la vida guiada por los ríos—, las cuales son descuidadas, silenciadas y homogeneizadas con la realidad de las capitales en gran parte de las investigaciones académicas. Nuestros análisis confirman que la relación entre el desarrollo, las acciones educativas y la emancipación política de Itamarati-AM es un paradigma analítico fundamental para la comprensión de la construcción de territorialidad en el interior de la Amazonía brasileña.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Desarrollo Regional. Itamarati-AM. Iglesia. Amazonas.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>Memorial e Justificativa .....</b>	<b>13</b>
<b>O local da pesquisa .....</b>	<b>17</b>
<b>História da Educação: um campo de pesquisa.....</b>	<b>25</b>
<b>As pesquisas em História da educação do Amazonas.....</b>	<b>27</b>
<b>Pesquisas sobre Itamarati – AM.....</b>	<b>37</b>
<b>Objetivos, Método e Metodologia.....</b>	<b>40</b>
<b>Organização da tese .....</b>	<b>50</b>
<b>1 IGREJA E EDUCAÇÃO NA REGIÃO NORTE DO BRASIL: ANÁLISE DE UMA RELAÇÃO HISTÓRICA.....</b>	<b>51</b>
<b>1.1 Igreja e educação na Região Norte do Brasil .....</b>	<b>54</b>
<b>1.2 A ordem dos espiritanos .....</b>	<b>60</b>
1.2.1 FRANCIS MARY PAUL LIBERMANN.....	65
1.2.2 OS ESPIRITANOS NA ATUALIDADE .....	68
<b>1.3 Espiritanos na Amazônia .....</b>	<b>71</b>
<b>2 ITAMARATI-AM: A CRIAÇÃO DE UM MUNICÍPIO .....</b>	<b>76</b>
<b>2.1 Surgimento e ressurgimento do município no contexto nacional e regional .</b>	<b>90</b>
<b>2.2 As ações paroquiais e a construção de um núcleo urbano .....</b>	<b>102</b>
<b>3 DESENVOLVIMENTO EM ITAMARATI .....</b>	<b>123</b>
<b>3.1 Desenvolvimento: análise de um conceito.....</b>	<b>123</b>
3.1.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO AMAZONAS .....	127
<b>3.2 As ações e a promoção do desenvolvimento em Itamarati.....</b>	<b>133</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>152</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>157</b>

## **INTRODUÇÃO**

Esse texto é resultante de uma pesquisa onde o autor ousou deixar aparecer a sua humanidade em meio à cientificidade, com toda a sua complexidade de ser humano, com suas dúvidas, problemas, anseios, medos, ocupações e preocupações, o que faz com que ela tenha sido desenvolvida tendo como resultado esse texto que foi escrito em primeira pessoa, não significando que ele tenha sido produzido por uma única pessoa, tendo em vista que o ser humano é um ser social, formado e “reformado” diariamente, a partir do contato com outros seres humanos, e o conhecimento científico, a memória e os diferentes contextos (social, histórico, educacional, político, cultural, econômico, dentre outros) que o ser humano está inserido são produzidos coletivamente, e esse texto, enquanto produção humana, se insere nessa perspectiva.

### **Memorial e Justificativa**

Buscando localizar quem escreveu e o que está escrito, trago aqui um pouco de como me vejo, me defino (e sou definido histórico e socialmente) e me sinto. Sou um homem, negro, cisgênero, pai, marido, filho, neto e professor. Sou soteropolitano, torcedor do “Bahêa”, de família pobre, oriundo do subúrbio ferroviário de Salvador, periferia da capital baiana, um local criminalizado, onde o poder público só se faz presente com a lógica repressiva. A existência dessas informações nesse texto possui suma importância para demarcar meu lugar social e de fala, tendo em vista que as escolhas teóricas, metodológicas e conceituais presentes nesse texto são resultado de meu percurso histórico e social.

Como todo jovem, negro, de família pobre e de região periférica de grandes cidades, as oportunidades de desenvolvimento educacional e profissional sempre me foram limitadas. A partir do início do século XXI, com a subida de Luís Inácio Lula da Silva ao poder como Presidente da República do Brasil em 2003, houve a criação, implementação e efetivação de políticas públicas educacionais que buscavam a democratização do acesso e permanência no ensino superior, expansão da rede federal de ensino, concessões de bolsas em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e da política de cotas (Deus, 2008), que possibilitaram que eu e outros jovens, negros, pobres e periféricos, pudéssemos cursar uma graduação, rompendo com a lógica histórica a qual eu e os membros do grupo social do qual faço parte sempre estive fadado no Brasil, que

são o subemprego e as condições miseráveis de sobrevivência, com a própria existência sendo uma luta diária.

Destaco a honra e o orgulho em ser individualmente resultado da adoção de políticas públicas educacionais, sociais e de reparação criadas ou desenvolvidas no período que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no comando do Executivo Nacional (01/01/2003-31/08/2016), findado quando a democracia brasileira e a então presidenta Dilma Vana Rousseff sofreram um golpe político com o *impeachment*.

Possuo duas graduações, licenciaturas em História e em Pedagogia. A minha primeira, em História, foi realizada na Faculdade São Bento da Bahia, localizada no Centro da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, na área do Mosteiro de São Bento da Bahia, onde fui bolsista do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Mesmo tendo prestado o vestibular para História na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e tendo sido aprovado, optei em cursar na Faculdade São Bento da Bahia pela menor distância com relação ao local em que eu morava e ao fato de as aulas serem no turno vespertino, o que me fazia gastar menos com o meu deslocamento e permitia trabalhar nos outros dois turnos.

Durante a realização do curso tive contato intenso com centros de pesquisas situados na região central da cidade de Salvador, como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), a Fundação Gregório de Matos e a Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Essa proximidade possibilitou ampliar meu interesse para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, principalmente da pesquisa que culminou na minha dissertação de mestrado (Quintino, 2016), posteriormente publicada em livro (Quintino, 2021).

Realizei o mestrado em História, no Campus V da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizado na cidade de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano. No mestrado tive contato com a História Regional e Local, perspectiva historiográfica que pretendo adotar nesse texto, e esse contato fez com que eu compreendesse que a historicidade não se refere apenas à temporalidade, mas também a espacialidade, compreendendo que cada lugar vai ter a sua própria historicidade. E foi essa compreensão que facilitou o meu entendimento sobre a realidade social em que me encontrava inserido, entendendo que essa realidade social é resultado de um processo histórico.

O Brasil, entendido enquanto projeto de nação e nação, foi gestado a partir da escravização dos povos nativos e dos povos sequestrados do continente africano. Esse processo histórico se faz presente atualmente na realidade social brasileira, mesmo 136 anos após a abolição da escravatura no país, tendo em vista que, como afirma Souza (2017), a escravidão é o que marca de fato a sociedade brasileira e a desigualdade, e para entendermos as desigualdades presentes em nosso país, é necessário analisar as heranças vergonhosas do nosso passado.

Ainda durante o mestrado me casei, e com minha esposa iniciamos uma vida a dois com planos e projetos de futuro, e formamos uma parceria também no mundo acadêmico, com ela me orientando e sempre me incentivando contundentemente desde a graduação a progredir academicamente e profissionalmente. Buscando estabilidade financeira realizamos o concurso público para compor o quadro de professores da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC) em 2014, fomos aprovados e iniciamos as nossas atividades profissionais na SEDUC no ano de 2016. No início de 2017 tive minhas primeiras experiências como professor colaborador do curso de Pedagogia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), quando tive a oportunidade de sair da capital do estado e lecionar em algumas cidades do interior do Amazonas.

Minha esposa também atuou como professora colaboradora do PARFOR da UEA, e a partir dessa experiência ela desenvolveu a sua pesquisa de doutorado abordando o impacto do curso de Pedagogia na vida dos alunos do curso que atuavam como professores em Itamarati-AM (Quintino, 2023). Para auxiliar a coleta de fontes para a pesquisa que ela realizava, acabei indo em Itamarati-AM algumas vezes, e a partir das fontes que eu estava coletando para auxiliar a pesquisa, surgiu a questão que se transformou na minha pesquisa de doutorado, iniciando assim uma nova coleta de fontes, dessa vez para dar conta de responder aos anseios da minha investigação.

Importante destacar que durante a realização do curso de doutorado não recebi bolsa de pesquisa, tampouco fui liberado das minhas atividades profissionais como docente da SEDUC lotado em uma escola 40 horas por semana. Tive a minha solicitação de liberação para aperfeiçoamento profissional negada pelo Governo do Estado, e, mesmo após ingresso na Justiça contra essa recusa, ela foi mantida, o que fez com que eu tivesse que dividir meu tempo entre o curso e pesquisa do doutorado e o exercício da docência.



As dificuldades formativas dos servidores da educação pública no Amazonas na pós-graduação, destacadamente a *stricto sensu*, me fez muitas vezes pensar em não levar a pesquisa adiante, fosse pela falta de financiamento ou pelas barreiras impostas pela SEDUC.

Além dessa situação, destaco que possuo 3 filhos: Luís Domingos, Lucas Vladimir e Margarida Vana. Luís nasceu em fevereiro de 2020, e a partir do nascimento de Luís, optei em não “ajudar” minha esposa a cuidar dele, tampouco ser um “pai presente”, mas criá-lo, assumindo as responsabilidades de pai e de cuidador integralmente. O meu ingresso no curso de doutorado ocorreu em 2021, com Luís tendo 1 ano quando iniciei o curso, o que fez com que as aulas do curso fossem assistidas (as aulas foram virtuais devido as questões de saúde pública impostas e necessárias para impedir o avanço da pandemia de COVID-19) com ele e com atenções divididas com as necessidades referentes ao cuidado a uma criança de 1 aninho de vida, pois a minha esposa estava em conclusão da sua tese de doutorado no mesmo programa de pós-graduação e também trabalha em regime de 40 horas semanais. A liberação para estudo dela só foi concedida pela SEDUC em 2022, o que fez com que ela pudesse se concentrar na conclusão do doutorado e com que fosse necessário de minha parte maior atenção a criança. Lucas e Margarida nasceram durante o curso, em setembro de 2023 e agosto de 2025, respectivamente, e, assim como com Luís, busquei assumir as responsabilidades de pai e cuidador de forma integral e não como auxiliar de minha esposa.

Ingressei no doutorado no segundo ano da pandemia de COVID-19, logo após o fatídico mês de janeiro de 2021, no qual as políticas públicas tomadas em nível federal, estadual e municipal contra (ou seriam a favor?) da COVID-19 tiveram o ponto alto de sua ineficiência com a morte de 1.654 pessoas por falta de oxigênio na capital amazonense em um único mês, número de mortos maior do que os vitimados pela COVID no período entre abril e dezembro de 2020 (Lavor, 2021).

A epidemia, de forma inegável, impactou negativamente no desenvolvimento da pesquisa (além dos impactos psicológicos no pesquisador). As aulas do curso de doutorado ocorreram de forma virtual, com a universidade fechada durante todo o período letivo que as disciplinas foram cursadas, causando um prejuízo significativo com a não permissão de ida ao *campus* e aos espaços presentes nele, como bibliotecas, salas de estudo e laboratórios, além de uma maior aproximação com professores e colegas e as

possíveis conversas e trocas de referências que essa aproximação poderia possibilitar e contribuir com o desenvolvimento da pesquisa. Aliado a isso, as viagens que seriam feitas a Itamarati-AM para realização de pesquisa de campo (que seriam feitas como professor colaborador do PARFOR-UEA, tendo em vista o alto custo de deslocamento entre as cidades amazônicas, principalmente das mais distantes da capital do Estado, bem como devido a não liberação do trabalho na SEDUC para realização das atividades do curso) acabaram não sendo realizadas, com as disciplinas que iríamos ministrar no município ocorrendo de forma virtual. Felizmente contamos com o auxílio de professores no município que eram alunos do PARFOR e contribuíram com essa pesquisa na coleta de fontes e informações que me foram enviadas por meio virtual.

### **O local da pesquisa**

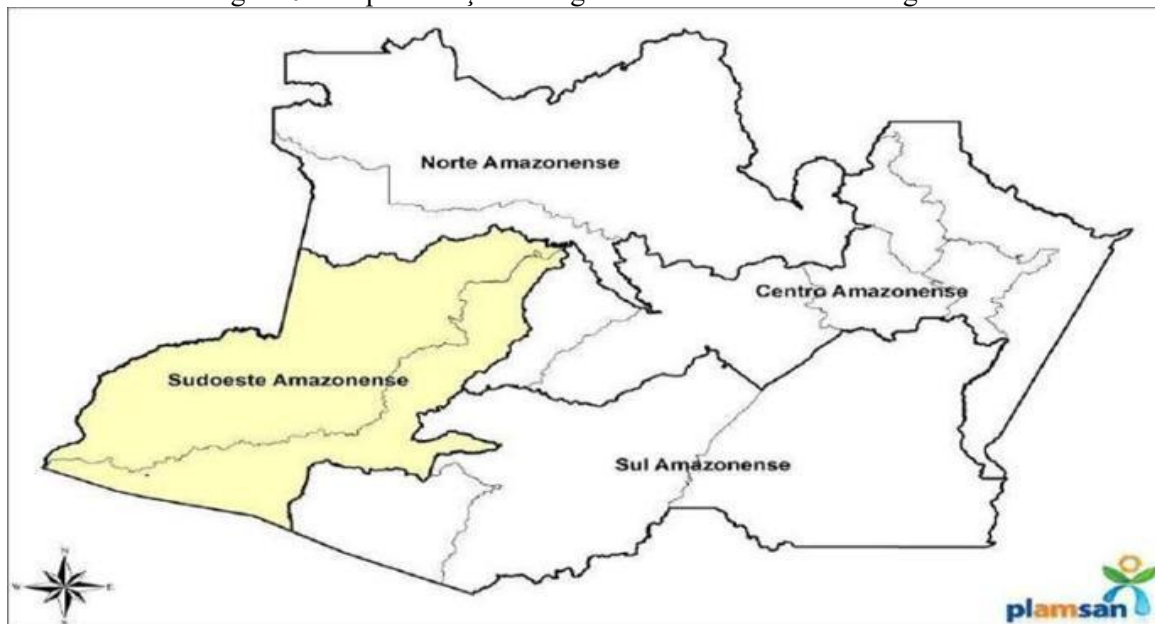
Como dito acima, a proposta inicial tinha como método de coleta de dados algumas idas à cidade de Itamarati-AM durante o curso, em busca de mais fontes, dentre as quais a produção e utilização de fontes orais, utilizando a metodologia da história oral. Infelizmente as idas a Itamarati-AM não foram possíveis, o que impossibilitou a realização de entrevistas para produção fontes. O município que é a base dessa pesquisa fica distante 983 quilômetros da capital do estado, Manaus, e mesmo com o fim das restrições sanitárias, financeiramente foi inviável realizar entrevistas de forma presencial. A conexão de internet no município também é bastante precária, o que me fez optar por realizar uma pesquisa documental.

Entendo que todo o estado precisa ter a sua história educacional registrada, o protagonismo de suas populações respeitadas e as especificidades de cada localidade estudadas e analisadas, de modo que possibilitem uma melhor compreensão da história da educação da região e do nosso país. Há uma carência de estudos sobre a história da educação no Amazonas (Corrêa, 2012; Costa, Moraes, 2017). Desse modo, a pesquisa se insere na perspectiva de análise da história da educação, políticas públicas e desenvolvimento regional no estado do Amazonas, buscando trazer para dentro da academia o contexto amazônico a partir dos interiores, das áreas que muitas vezes não são interessantes à lógica produtivista numérica educacional, como as regiões de florestas, dos alagados e da vida guiada pelos rios que por tantas vezes são negligenciadas, se não silenciadas ou homogeneizadas com a realidade da capital nas pesquisas, quer seja

pela dificuldade de acesso baseado em sua realidade hidrográfica ou pela falta de interesse de muitos pesquisadores.

O município de Itamarati-AM se encontra localizado no sudoeste do Estado do Amazonas, a 983 km de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Segue abaixo imagem com a divisão do Estado em regiões, com a região sudoeste destacada:

Imagem 01: Representação cartográfica do Amazonas em Regiões



Fonte: Itamarati. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, 2012, p. 12. Disponível em: <https://www.sema.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/PMGIRS-ITAMARATI.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Enquanto Itamarati-AM fica localizado no sudoeste amazonenses, a capital do Estado, Manaus, distante 983 km em linha reta, e 2.1123 km via fluvial, fica localizado na região Centro Amazonense. Para que se tenha noção da distância entre essas cidades, fenômeno esse que é amplificado pela ausência de estradas entre elas, essa distância é maior que o entre as cidades de Aracajú e Fortaleza, capitais dos Estados de Sergipe e Ceará, respectivamente, que totaliza 815 km e cruza por 6 Estados (Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará). A distância entre Manaus e Boa Vista, capital do Estado de Roraima, 785 km, também é menor que a distância entre Itamarati-AM e Manaus.

Itamarati-AM fica localizado às margens do Rio Juruá, na microrregião do Juruá. Segue abaixo mapa do Amazonas com a localização da microrregião do Juruá.



Na imagem é possível visualizar a localização de Itamarati-AM na região sudoeste do Estado do Amazonas. O município faz limite com outros 7 municípios amazonenses, conforme demonstrado no mapa abaixo.

Imagem 04: Representação cartográfica do município de Itamarati-AM e seus limites territoriais



Fonte: Fonte: Itamarati. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, 2012, p. 15. Disponível em: <https://www.sema.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/PMGIRS-ITAMARATI.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Conforme pode ser observado acima, Carauari, Jutaí, Eirunepé, Pauini, Envira, Lábrea e Tapauá são os municípios amazonenses que fazem limite com Itamarati-AM. A sede de município amazonense mais próxima da sede do município de Itamarati-AM é a sede de Eirunepé. Distantes entre si 180,56 km, distância maior que a distância entre as cidades de Recife, capital de Pernambuco, e João Pessoa, capital da Paraíba, que é de 120 km. Enquanto isso, a maior distância de sede de município limítrofe para a sede de Itamarati-AM é para Tapauá, distante 564,81 km, distância maior que as capitais do Rio Grande do Norte, Natal, e a capital do Ceará, Fortaleza, de 537 km.

Os comparativos de distância apresentados servem para demonstrar o isolamento territorial de Itamarati-AM, isolamento esse que faz parte da história do município e que persiste atualmente. Não há no município nenhuma estrada que o ligue a qualquer outro município amazonense, sendo o transporte hidroviário o principal meio de transporte para romper as grandes distâncias entre Itamarati-AM e os outros municípios amazonenses. A

título de exemplo, a viagem de barco entre Itamarati-AM e Manaus duram em média entre 12 e 15 dias na ida, e entre 15 e 21 dias na volta. Itamarati-AM possui uma pista de pouso, que, se houver passageiros ou encomendas no município, conta com dois voos semanais entre os municípios de Eirunepé e Manaus, que fazem escala em Itamarati-AM, Carauari e Tefé. A passagem aérea para esses voos tem que ser comprada com antecedência média de dois meses, e se no momento do embarque para o voo aparecerem pessoas do judiciário ou da área da saúde para viajar, eles possuem prioridade sobre os demais passageiros.

A pesquisadora Fernanda Quintino, em sua tese de doutorado (2023) retrata a sede município com imagens aéreas que possibilitam a visualização da cidade.

Imagem 05 – Vista aérea da sede de Itamarati-AM com o rio Juruá ao fundo



Fonte: Quintino, 2023, p. 31.

Nessa imagem é possível ver a sede do município de Itamarati-AM quase na sua integralidade, com a visualização do núcleo urbano com as ruas e a estrada que leva ao aeroporto. Acerca dessa imagem, Quintino (2023, p. 32) afirma:

Vemos na imagem, à direita, a parte de cima do rio, como os moradores chamam essa localização do rio, dividindo a parte do rio que margeia a cidade em duas partes, a de cima e a de baixo, para facilitar a localização das comunidades. Essa curva que o rio faz, logo no início da imagem, na parte direita, é chamada pelos moradores de Remanso.

A autora aponta uma particularidade local, que nos possibilita perceber como a vida no município é ligada ao rio, com a divisão do rio em duas partes, alto e baixo, servindo como orientação geográfica para melhor localização das comunidades existentes.



Imagem 06 – Vista área da cidade de Itamarati-AM



Fonte: Quintino, 2023, p. 33.

Nessa imagem é possível visualizar a sede de Itamarati-AM com suas casas e ruas, e com o rio Juruá circundando o município. Na parte de cima à esquerda é possível ver o laguninho, um lago presente em uma propriedade particular, no qual o proprietário não permite nenhuma atividade de pesca. Na parte central da imagem é possível ver “o cabeça”, forma como os moradores chamam esse grande monte que é o local mais alto do município.

Durante minhas visitas ao arquivo da paróquia de Itamarati-AM, auxiliando na pesquisa da pesquisadora Fernanda Quintino, encontrei uma lacuna que me propus a pesquisar que seria como a busca por educação formal, ofertada pelos padres espiritanos contribuiu para o surgimento de Itamarati-AM enquanto município? Para aprofundar a pesquisa defini como recorte temporal o período que se inicia no de 1958, data da chegada dos padres espiritanos no seringal Santos Dumont, território às margens do rio Juruá e pertencente ao município de Carauari, para a criação da Paróquia de São Benedito, até 1983, data na qual Itamarati-AM foi emancipado de forma definitiva.

Na tentativa de responder a indagação supracitada, parto do princípio de que para pensar a história da educação em um município do interior do Amazonas é necessário ter a percepção de que a educação, mesmo ocorrendo em um local distante de um grande centro, ocorre baseada em valores de emancipação humana e atende a interesses e projetos de poder, de controle social e de adequação a uma lógica de exploração do trabalho que muitas vezes não estão postos de forma explícita ou facilmente perceptíveis naquela sociedade.

Surgida no século XIX, a história, enquanto disciplina, tinha como objetivo a construção de uma “memória nacional”, centrada nos “grandes heróis” e nas instituições nacionais, utilizando como fonte apenas documentos oficiais. No primeiro terço do século XX, mais precisamente em fins da década de 1920, ocorreu o surgimento do movimento historiográfico francês dos *Annales* para se opor a essa historiografia tradicional, reunido em torno da revista francesa *Annales d'histoire économique et social*, daí advindo o seu nome, e tendo como expoentes os franceses Marc Bloch e Lucien Febvre. A partir desse movimento houve a concepção de abordagens, fontes, metodologias e sujeitos históricos na historiografia, que passou a ter suas análises centradas não apenas nas elites, mas em diversos grupos sociais (Burke, 1992).

Os *Annales* tiveram significativa importância para o desenvolvimento da historiografia ao longo do século XX, com ampliação da própria concepção de história, de temas historiográficos, de objetos de estudo da história e de abordagens, tais como história social, história das mentalidades, história cultural, dentre outros. Porém esse movimento de revisão da história não ocorreu apenas na França, tendo se expandido para outros locais, como na Inglaterra, onde, a partir da década de 1960, se desenvolveu, contraponto a perspectiva cultural dos *Annales*, a história social inglesa, que, diferente dos *Annales*, conservaram suas análises a partir do materialismo histórico (Barros, 2011), e, assim como os *Annales*, se desenvolveram em torno de uma revista, a *New Left Review*, e posteriormente em outra revista, a *Past and Present*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Importante salientar que enquanto para o movimento dos *Annales* a cultura era parte de uma “história total”, presentes em todos os aspectos da vida social, como as mentalidades e a vida cotidiana, para os historiadores que faziam parte da história social inglesa a cultura é vista como um elemento importante na luta de classes e na consciência social e política.



Contando com nomes como o dos historiadores ingleses Edward Palmer Thompson (1924-1993), Raymond Williams (1921-1988) e Christopher Hill (1912-2003); o egípcio Eric Hobsbawm (1917-2012); a canadense Natalie Davies (1928-2023); o sociólogo jamaicano Stuart Hall (1932-2014) e o arqueólogo australiano Gordon Childe (1892-1957), devido a participação de membros desse grupo de pessoas não nascidas no Reino Unido, mas pertencentes a Comunidade Britânica, esse grupo compôs o que ficou conhecido como “a escola britânica do marxismo”, que buscavam a renovação do materialismo histórico e teve como principal característica a valorização da cultura (Barros, 2011).

Longe de romper com a análise econômica do marxismo, os membros da escola britânica do marxismo buscavam ampliar as suas análises para melhor compreensão da realidade social, utilizando conceitos básicos para o materialismo, como modo de produção, luta de classes, classe social, dentre outros, evitando o dogmatismo na análise desses conceitos e apreender uma totalidade mais complexa da vida social (Barros, 2011).

Ao analisar a divisão que concepções marxistas que destacam a primazia do econômico para análise da realidade social, onde as práticas culturais são concebidas como efluxos do econômico, Thompson (2021, p. 254-255) afirmou que

Uma divisão arbitrária como essa, de **uma base econômica e uma superestrutura cultural**, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas não passa de uma ideia na cabeça. Quando procedemos ao exame de uma sociedade real, seja qual for, rapidamente descobrimos (ou pelo menos deveríamos descobrir) a inutilidade de se esboçar respeito a uma divisão assim. Incluídos os marxistas, os antropólogos têm insistido longamente sobre a impossibilidade de se descrever a economia de sociedades primitivas independentemente tanto dos sistemas de parentesco segundo os quais estas se estruturam quanto das obrigações e reciprocidades de parentela que são endossadas quanto impostas pelas normas e pelas necessidades. Mas é igualmente verdade que nas sociedades mais avançadas, distinções daquele mesmo tipo não são válidas. Mal podemos começar a descrever as sociedades feudal ou capitalista em termos ‘econômicos’, independentemente das relações de poder e dominação, dos conceitos de direito de uso ou de propriedade privada (e leis correspondentes), das normas culturalmente sancionadas e das necessidades culturalmente formadas características de um modo de produção. Nenhum sistema agrário fica em pé após um dia sem os complexos conceitos de direito de uso, de acesso e de propriedade. Onde devemos colocar esses conceitos: na ‘base’ ou na ‘superestrutura’?

Partindo desse pressuposto, entendo que para análise de uma realidade social é de suma importância que se busque percebê-la a partir de diferentes aspectos da vida social,

não apenas a partir da parte econômica, ou de esquematismos prontos para serem sobrepostos a realidade analisada, tendo em vista que diferentes aspectos que compõem a vida social, como o cultural, se fazem presentes em uma sociedade, e que cada sociedade possui as suas próprias características, com suas particularidades, especificidades, aspectos culturais e historicidade.

Destaco que esse texto é feito por um pedagogo que também é historiador e se insere no campo da história da educação, adotando o método histórico e utilizando conceitos e metodologia da área de história que se farão presentes ao longo do texto e das análises presentes nele.

### **História da Educação: um campo de pesquisa**

A primazia dos estudos sobre história da educação no país é dos pedagogos. Esse campo de pesquisa durante muito tempo não despertou o interesse dos historiadores, sendo considerado muitas vezes uma temática periférica, desmobilizadora para os historiadores. Saviani (2005, p. 52) destaca que o estabelecimento do campo da história da educação se estabeleceu como campo de estudo dos pedagogos, apesar dos historiadores. O autor afirma que:

[...] a história da educação se desenvolveu como um domínio de caráter pedagógico paralelamente e, mesmo, à margem das investigações propriamente historiográficas. Ao longo principalmente da última década, os investigadores-educadores especializados na história da educação têm feito um grande esforço no sentido de adquirir competências no âmbito historiográfico de modo a estabelecer um diálogo de igual para igual com os historiadores. E esse diálogo tem sedado por iniciativa dos educadores, num movimento que vai dos historiadores da educação para os, digamos assim, ‘historiadores de ofício’, e não no sentido inverso (Saviani, 2005, p. 53).

O desinteresse dos historiadores pela história da educação fez com que esse campo de pesquisa se originasse e desenvolvesse no campo da educação, transformando-se em uma espécie de “ciência da educação” ou “ciência auxiliar da educação”, como afirma Warde (1990). Seguindo essa lógica, Lima (2023, p. 19) afirma que na atualidade “a História da Educação é uma especialização da grande área da História, embora o seu habitat natural e original seja o da área da Educação”. Partilho dessa perspectiva e entendo que uma pesquisa no campo da história da educação é primeiramente uma pesquisa historiográfica, entendendo, assim como Lima (2023), que esse campo de pesquisa está consolidado no Brasil, mesmo estando continuamente em discussão e construção.

Vidal e Faria Filho (2003) propõem uma temporização da história da educação como campo de pesquisa no Brasil em três grandes momentos ou vertentes, intitulados: *a história da educação e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; *a história da educação e as escolas normais*; e *a história da educação e a escrita acadêmica*. Essa divisão não deve ser vista como se cada momento fosse subsequente ao outro, mas com a necessidade de um desses momentos se encerrarem para outro iniciar, tendo existido de forma concomitante, em um processo de permanências e rupturas características do percurso histórico, e essa divisão auxilia na compreensão do percurso histórico do campo de pesquisa no país.

Na primeira vertente os autores destacam que a construção da história da educação no país como área de interesse de pesquisadores teve a sua gênese ainda em meados do século XIX, ligada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o seu projeto de construção de uma memória nacional (Kuhlmann Jr., 1999; Vidal, Faria Filho, 2003) e de comprovação que o país estava no rumo do progresso (Kuhlmann Jr., 1999).

O segundo momento, a história da educação e as escolas normais, é percebido pelos autores a partir da introdução, em 1928, da disciplina de história da educação no currículo da Escola Normal do Rio Janeiro. Já o terceiro momento, a história da educação e a escrita acadêmica, ocorre a partir da segunda metade do século XX com a produção de pesquisas acadêmicas no campo da história da educação produzida em programas de pós-graduação do país.

Monarcha (2007) faz uma divisão do percurso histórico da história da educação enquanto campo de pesquisa ao longo do século XX. Para o autor, podemos estabelecer quatro momentos: de 1930 a 1950, quando o Estado brasileiro passou a ver a educação como instrumento necessário para o seu futuro; de 1950 a 1970, com os estudos em história da educação centrados em São Paulo, especificamente em grupos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP); a partir de 1970 com a criação e ampliação dos programas de pós-graduação no país; e a contemporaneidade.

A produção de pesquisas em história da educação nos programas de pós-graduação é um considerado um marco importante para o percurso histórico dessa disciplina tanto para Vidal e Faria Filho (2003) quanto para Monarcha (2007). Em ambos

os textos os autores centraram suas análises em obras produzidas em outras regiões do país, bem como em instituições desses locais, deixando a região amazônica e o Amazonas de fora de suas análises.

Os pesquisadores Moisés Kuhlmann Jr. E Paula Leonardi (2017) fazem uma importante observação sobre as pesquisas desenvolvidas no campo da História da Educação: a restrição das pesquisas aos limites escolares/educacionais, como se ocorressem de forma independente da vida social, o que é visto pelos autores como educentrismo, que pode trazer limitações as análises no campo.

Sobre essa observação, a presente pesquisa não terá a centralidade na educação, pois é resultante de uma busca deliberada e aqui explicitada pelo pesquisador em não reduzir esse texto ao educentrismo, mas de apresentar a educação como um importante elemento que contribuiu para a criação de um núcleo populacional urbano em um seringal no interior do Estado do Amazonas que possibilitou o desenvolvimento regional que culminação na emancipação do município de Itamarati-AM. Compreendendo a importância para o desenvolvimento da história da educação enquanto campo de pesquisa no país a partir das pesquisas produzidas nos programas de pós-graduação, abordaremos sobre o desenvolvimento desse campo na UFAM.

### **As pesquisas em História da educação do Amazonas**

Entendo que a ciência histórica tem um método, o método histórico, que é investigativo, busca fontes que permitam a investigação de um dado acontecimento, evento ou ações que mostrem as mudanças no comportamento, vivência e prática dos homens, para que possam ser analisadas a luz de um referencial temporal, cultural e histórico. Desse modo, busquei coletar informações num repositório de pesquisas acadêmicas brasileiras que desse acesso as pesquisas desenvolvidas sobre história da educação no Amazonas, mas não apenas aos títulos, como também aos textos.

No Brasil, ao buscar repositórios de teses e dissertações produzidas em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), há o Portal de Dissertações e Teses<sup>2</sup>, organizado pela Capes, onde são depositadas todas as teses e dissertações (sem exceção) produzidas no país, vinculado ao MEC a partir de um sistema

---

<sup>2</sup> Endereço do site: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>.

*online*. É um *site* oficial do governo brasileiro. Contudo, no *site* não é possível o acesso ao texto completo das produções, uma vez que lá só estão cadastrados os resumos e em alguns casos também aparecem o *link* para o *site* onde é possível encontrar o texto completo, normalmente é o *site* da própria universidade onde a pesquisa foi defendida.

No país há também o Banco de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia (IBICT<sup>3</sup>), que também é um repositório, mas que a sua lógica de funcionamento se diferencia do Portal da Capes. Ele é um repositório que funciona como um mecanismo de busca integrando todas as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações das universidades brasileiras que utilizam o sistema BDTD do IBICT. É mais conhecido como BDTD, sigla que define os locais de busca do repositório. Ao contrário do primeiro repositório, as pesquisas feitas nele remetem diretamente ao texto completo da tese ou dissertação, através de *links* para o arquivo no repositório da universidade onde o trabalho foi defendido. Mesmo não sendo o sistema oficial do governo brasileiro para depósito das teses e dissertações, mas,

[...] é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), portanto também uma iniciativa governamental, mas com objetivo de integrar num único repositório as teses e dissertações brasileiras e de oferecer às universidades uma opção de sistema online para armazenamento de suas teses e dissertações. Com isto, somente as universidades que utilizam o sistema BDTD é que disponibilizam suas coleções de teses e dissertações neste repositório.

O IBICT coordena o projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. Este projeto – iniciativa inovadora do IBICT, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa – possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique suas teses e dissertações produzidas no país e no exterior, dando maior visibilidade a produção científica nacional (IBICT, 2010).

Com isto, o Banco de Teses do IBICT oferece às universidades brasileiras o sistema BDTD, que pode ser instalado nas bibliotecas universitárias, aos cuidados das equipes de informáticos, para cuidar da estrutura do sistema, e dos bibliotecários, para cuidar do conteúdo do sistema, isto é, a inclusão das teses e dissertações.

A BDTD vem sendo desenvolvida em parceria com várias instituições: IBICT, Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), CNPq, MEC, CAPES, SESU, e mantém um comitê com objetivo de “referendar o desenvolvimento da BDTD” e atuar na “especificação de padrões a serem adotados no âmbito do sistema da BDTD”.

O sistema BDTD de cada universidade, fica disponível no site da própria universidade, mas também é integrado por meio de tecnologias

---

<sup>3</sup> Endereço do site: <http://bdtd.ibict.br/pt>.

de comunicação, ao Banco de Teses do IBICT, que é um mecanismo de busca que reúne as teses e dissertações de todas as universidades que utilizam o sistema BDTD (Disponível em: <https://www.sorocaba.unesp.br/#!/biblioteca/diferenca-entre-bdtd-e-capes/>. Acesso em: 05 abr. 2024).

Realizei inicialmente uma pesquisa na BDTD sobre a temática “História da educação no Amazonas”, uma vez que gostaria de ter acesso de forma direta às produções. O resultado apresentado foi de 7 pesquisas, com 5 dissertações e 2 teses. Mais da metade dos textos depositados na BDTD foram de pesquisas realizadas na UFPA (4), duas no IFAM e uma na UFAM. Todavia, é possível constatar que, mesmo possibilitando a consulta diretamente ao texto, as buscas na BDTD forneceram um número reduzido de recorrências sobre a temática central dessa pesquisa, o que me levou a realizar a mesma pesquisa, mas dessa vez em outra base de dados, a da Capes, mesmo sabendo que não encontraria os textos lá, apenas alguns metadados de depósitos ocorridos após a criação do repositório (2002). Os textos anteriores a essa data apresentam apenas a informação: trabalho anterior à Plataforma Sucupira.

Na última atualização da pesquisa encontramos os seguintes dados:

Quadro 01 – Produções que mencionam a História da Educação do Amazonas (repositório Capes)

Base de dados	Catálogo de Teses e Dissertações Capes
Data da pesquisa (atualizada) <sup>4</sup>	23.07.2024
Buscadores	História da Educação no Amazonas; “História da Educação no Amazonas” <sup>5</sup>
Tipo de recorrência	Busca em todos os campos (título, palavras-chave, resumo, corpo do texto)
Número de pesquisas	242
Dissertações	184
Teses	43
Programa com maior recorrência	Educação (130) <sup>6</sup>
Instituição com maior recorrência	UFAM (57)

Fonte: Sistematizado pelo pesquisador a partir do Catálogo de Teses e Dissertações Capes (2024).

<sup>4</sup> Em 2020 quando realizamos essa pesquisa pela primeira vez o número encontrado foi de 202 produções, mesmo só tendo sido depositadas 37 pesquisas que datam 2020 e 2023, alguns depósitos ocorridos nesse período podem ter sido realizados com data anterior, de pesquisas defendidas antes de 2020 e só depositadas nesse período.

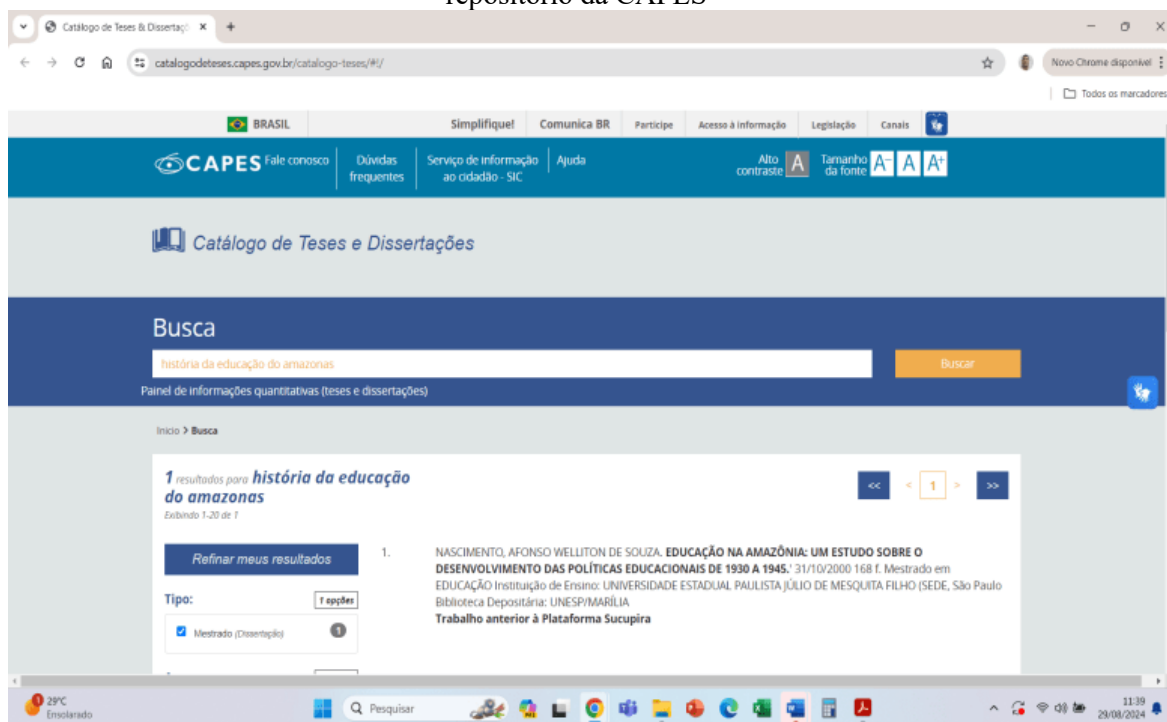
<sup>5</sup> O uso das aspas limita a busca para o termo completo que está dentro das aspas, não levando a pesquisas com apenas uma das palavras buscadas, de modo separado.

<sup>6</sup> A plataforma não diferencia os programas de Pós-Graduação em Educação, homogeneizando todos que tem a palavra Educação no título.

Aqui já é possível perceber uma quantidade de pesquisas bastante significativo. Um total de quase 250 produções, das quais a maioria foi realizada em programas de pós-graduação em educação e em grande número em IES da região norte, sendo a UFAM a instituição que aparece com 47 produções, a UEA com 08, a Universidade Federal do Amapá com 04, a Universidade Federal do Acre com 01, a Universidade do Estado do Pará com 09, a Universidade do Oeste do Pará com 13 e a Universidade Federal do Pará com 37.

Ao buscar pesquisas que o algoritmo identificasse apenas com o termo completo, “história da educação do Amazonas”, o número caiu para apenas duas produções, ambas de mestrado. A primeira foi defendida no ano de 2000, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP, de autoria de Afonso Wellinton de Souza Nascimento, no Programa de Pós-Graduação em Educação. Todavia, não encontrei o texto disponível em nenhuma base de dados, ou mesmo citações sobre a pesquisa. Não há em nenhuma plataforma o resumo da pesquisa e não foi possível determinar sobre o que ela trata, tendo em vista que é disponibilizada no repositório da Capes apenas o título do texto: “Educação na Amazônia: um estudo sobre o desenvolvimento das políticas educacionais de 1930 a 1945”, conforme imagem abaixo:

Imagem 07: Dissertação de mestrado de Afonso Wellinton de Souza Nascimento no repositório da CAPES



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2024).

Como já informado anteriormente, não foram encontrados o texto ou resumo da pesquisa acima em nenhuma base de dados, tampouco citações sobre a pesquisa na *internet*. A segunda pesquisa que apareceu como resultado da busca, também uma dissertação, como mencionado, é de autoria de André Câmara Chaves e foi defendida em 2021 na UEA, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas. Ela possui o título “Antunes de Oliveira: Trajetória educacional e protagonismo no debate da LDB 4.024/61”. Traz entre as palavras-chave o termo “história da educação no Amazonas” e propõe em seu resumo apresentar aspectos da trajetória educacional de Antunes de Oliveira a partir do seu protagonismo no campo educacional que fez parte da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961. O autor mostrou a trajetória do pastor evangélico que adentrou ao cenário político e foi o autor do projeto de Lei de n.º 2.222/57, que posteriormente se transformou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei 4.024/61 (Brasil, 1961), o que o faz, de acordo com o autor, protagonista na historiografia da educação (Chaves, 2021).

A pesquisa na biblioteca da Capes aponta que pesquisas em nível de pós-graduação *stricto sensu* realizadas sobre a História da educação do Amazonas ainda são poucas, e se reduzir o universo para pesquisas realizadas em universidades, centros de pesquisas e programas de pós-graduação do próprio estado, esse número é ainda menor. Abaixo construímos uma tabela quadro que comprova essa realidade:

Tabela 01 – Pesquisas em História da Educação do Amazonas produzidas no Amazonas (Capes)

Instituição	UFAM	UEA	IFAM
Nº de produções	57	08	01

Fonte: Sistematizado pelo pesquisador a partir do Catálogo de Teses e Dissertações Capes (2024).

Nas três instituições que aparecem como resultado da pesquisa – UFAM, IFAM e UEA, somados todos os trabalhos tem-se o número de 66 pesquisas, mas é importante realizar comparações e analisar os resultados, pois, na pesquisa da BDTD, como o mesmo buscador, o IFAM apresenta dois trabalhos e não apenas um, como aparece na pesquisa do repositório da Capes, e sim, há dois trabalhos realizados e defendidos no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFAM, mas que por algum motivo desconhecido, não aparece nas buscas.



Essas buscas foram realizadas mesmo antes de iniciar o curso de doutorado em 2021 e ocorreram a partir do interesse em compreender o campo de pesquisa em história da educação do Amazonas, tanto em relação às pesquisas nesse campo quanto a minha investigação realizada no curso. Após essas buscas foi possível afirmar que há entre as pesquisas realizadas na UFAM e, em específico, no PPGE-UFAM, dissertações e teses que retratam a história da educação do Amazonas, mas que não foram indicadas nas buscas dos repositórios mencionados acima. Isso pode ter sido devido a não utilização de termos exatos que busquei no título, no resumo, nas palavras-chave e até mesmo no corpo do texto.

Importante destacar que o PPGE-UFAM já teve uma linha de pesquisa intitulada “História da Educação na Região Amazônica”, extinta em 2013, e substituída na época pela linha de pesquisa “Educação Especial e Inclusão no Contexto Amazônico”. voltada para educação especial e inclusão (UFAM, 2014). As justificativas elencadas para a substituição da linha de história da educação pela linha de educação especial no PPGE foram a ausência de demanda e a existência do Mestrado em História na UFAM, iniciado em 2006. Sobre essa mudança curricular do PPGE-UFAM, Vasconcelos, Souza e Miki (2023, p. 11) afirmam que

Nessa reformulação, a história da educação ainda constou no Núcleo Temático: Educação, Culturas e Desafios Amazônicos, porém ficou diluída nas 4 linhas do Mestrado e nas linhas 2 e 3 do Doutorado: Linha 1. Processos Educativos e Identidades Amazônicas; 2. Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional; 3. Formação e Práxis do Educador Frente aos Desafios Amazônicos; e 4. Educação Especial e Inclusão no Contexto Amazônico. A ausência de uma linha de história da educação ainda permanece no Programa mesmo com a nova reformulação curricular em andamento desde 2021.

Mesmo com essa reformulação que suprimiu a linha de pesquisa de história da educação, esse campo de pesquisa permanece presente nas dissertações e teses concluídas no PPGE-UFAM. Anteriormente foram encontradas apenas duas pesquisas como voltadas para o buscador “história da educação no Amazonas”, conforme destacado anteriormente. Contudo, ao realizar a mesma pesquisa, com o mesmo descritor no repositório da UFAM<sup>7</sup>, foram encontradas 09 pesquisas.

---

<sup>7</sup> Site oficial do repositório disponível em <https://tede.ufam.edu.br/>.

É importante destacar que ao ter o acesso a cada uma dessas pesquisas foi possível constatar que a pesquisa, de autoria da professora Osmarina Godoy Lima, não mencionou o descritor e nem o termo história da educação, mas a plataforma apresentou o título do texto da pesquisadora como resultado para a busca. Sendo assim, são apenas 08 trabalhos depositados na TEDE-UFAM, até o presente ano, que correspondem à pesquisa.

Entre as oito pesquisas, seis foram realizadas nos últimos dez anos, três delas defendidas e depositadas em 2023, o que possibilita afirmar que o interesse pela temática entre os pesquisadores que realizam seus estudos na UFAM ainda é bastante recente. De forma majoritária, foi no PPGE que as pesquisas foram desenvolvidas, sendo 07 das 08 realizadas na instituição, tendo apenas 01 sido realizada no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH).

No repositório do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM (PPGH-UFAM) buscaram-se trabalhos que versassem sobre a história da educação do Amazonas entre 2008, dois anos após a criação do programa, com as primeiras defesas, até 2012, ano anterior ao documento da reformulação das linhas do PPGE da UFAM. Mesmo já tendo realizada a busca na TEDE-UFAM, que apontou apenas uma pesquisa desenvolvida no PPGH, com a temática em questão, buscou-se analisar todas as produções depositadas na biblioteca da Universidade no período, onde foram encontradas um total de 38 dissertações.

Realizei a leitura dos títulos, palavras-chave, resumos, sumários e introduções de algumas delas, tendo em vista que meu foco era apenas identificar a temática da pesquisa quanto a sua inserção no campo da história da educação e, em algumas, isso só foi possível após a leitura da introdução. Após essas leituras foi possível confirmar o que o algoritmo já tinha apontado na pesquisa: só há um texto que aborda e de forma superficial a temática da história da educação no Amazonas, o que mostra que uma das justificativas utilizadas pelo Grupo de Estudos que apontou a extinção da linha no PPGE da UFAM não foi confirmada pelos dados, portanto, não estava correto nesse quesito. É mais provável que a falta de interesse dos pesquisadores que entravam no programa ou dos docentes acerca da temática tenha apontado a necessidade dela não mais existir.

Outro questionamento ocorreu quanto ao lugar investigativo das pesquisas, se estas ocorreram nas capitais dos estados da região norte ou nos municípios do interior da

região amazônica, tendo em vista a área de concentração<sup>8</sup> do programa Desafios Amazônicos/Educação na Amazônia. Assim, foi realizado o estudo das 07 pesquisas e elas retratam a história da educação em recortes espaciais: todas as pesquisas versam sobre o Amazonas, não tendo nenhuma referente a outro estado da região amazônica. Quatro delas são pesquisas realizadas com o recorte espacial na cidade de Manaus; duas retratam o estado do Amazonas, mas com centralidade na capital e apenas uma é completamente voltada a um município do interior, Itamarati-AM.

Frente a isso, houve um outro questionamento: e as pesquisas desenvolvidas e defendidas no PPGE-UFAM? Seguem a mesma lógica de priorização da capital em relação aos municípios do interior? Isso me instigou a um próximo nível da busca: entender como são divididas – de forma numérica – as pesquisas desenvolvidas e defendidas no PPGE-UFAM, no que se refere a localização delas, se em capitais ou municípios do interior. Aqui foram retratados apenas os textos disponibilizados no *site* do repositório TEDE-PPGE-UFAM<sup>9</sup>.

Cabe destacar no TEDE não são encontradas todas as pesquisas produzidas historicamente no PPGE, Programa este aprovado pelo Conselho de Sub-reitores de Pós-Graduação da Região Norte em 1986, e é o primeiro curso de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFAM. Suas atividades acadêmicas foram iniciadas em 1987<sup>10</sup>, década em que as produções eram datilografadas, assim como a década seguinte e muitas delas não foram digitalizadas e disponibilizadas na biblioteca virtual da UFAM, tendo em vista que a primeira pesquisa disponível no repositório é apenas de 2007.

Realizei a pesquisa em todo o repositório do TEDE-UFAM e depois no TEDE-PPGE-UFAM, tendo em vista que no primeiro só aparecem os depósitos ocorridos entre os anos de 1997 e 2017, enquanto no segundo aparecem os textos dos anos de 2018 até 2023. Contudo, ao comparar os resultados, fica perceptível que na biblioteca do programa

---

<sup>8</sup> Até o ano de 2022 o Núcleo Temático do PPGE era: Educação, Culturas e Desafios Amazônico. Contudo, foi realizada uma reestruturação no programa em 2022, a área temática, agora denominada área de concentração, foi adaptada para: Educação na Amazônia, a partir da análise das produções realizadas nos últimos anos no programa (Universidade Federal do Amazonas, 2014).

<sup>9</sup> Através de um link disponível na página do programa no site da UFAM ([https://tede.ufam.edu.br/browse?type=program&authority=-1312625641775213295&sort\\_by=2&order=ASC&rpp=100&etal=0&submit\\_browse=Atualizar](https://tede.ufam.edu.br/browse?type=program&authority=-1312625641775213295&sort_by=2&order=ASC&rpp=100&etal=0&submit_browse=Atualizar)).

<sup>10</sup> Informação disponível em <https://faced.ufam.edu.br/item-1.html>.

também há alguns textos de anos anteriores a 2018 que não estão no repositório da UFAM, o que permitiu que o acesso a 418 teses e dissertações. Diante disso, elaborei uma planilha para organizar esses dados onde, além de inserir os títulos dos textos, destaquei o tipo de pesquisa (tese ou dissertação), e o ano em que foi defendida a pesquisa. Também foram inseridas informações sobre o nome do autor, do orientador e a informação central: qual o recorte espacial de desenvolvimento da pesquisa?

Em pesquisa onde analisaram a produção de teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação (13 programas ao todo, 10 em educação e 3 em história) na Amazônia até 2014, Costa e Moraes (2018), ao se referirem sobre os espaços analisados nessas pesquisas, capital ou interior, afirmam que:

Quase metade dessas teses e dissertações assentou seus objetos em um limite espacial específico: a capital do estado de origem do estudo (44%). E, uma vez que a produção se concentrou historicamente nos estados do Pará e Amazonas, Belém e Manaus foram, portanto, os mais frequentes lócus das pesquisas.

O segundo mais frequente recorte espacial observado nas pesquisas foi o estadual (34%). Isso quer dizer que quase de 80% dos trabalhos centraram-se na capital ou no estado de origem da instituição ao que esteve vinculado, como limite geográfico das investigações (Costa e Moraes, 2018, p. 219).

Essa centralidade das capitais e dos estados nas pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduações sediados em IES na região norte identificada pelos autores se faz presente fortemente nas pesquisas produzidas no PPGE-UFAM. Elaborei uma tabela onde é possível conferir a quantidade de produções do PPGE, em dissertações e teses, por local de investigação (se capital ou interior), a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave de cada produção<sup>11</sup> disponível na TEDE UFAM entre 1997 e 2023:

Tabela 02 – Produções do PPGE/UFAM entre 1997 e 2023 por local de pesquisa

Quantidade	Dissertações	Teses	Interior	Outros <sup>12</sup>
419	311	108	93	255

<sup>11</sup> Algumas produções não especificavam no título, resumo, palavras-chave, sumário ou mesmo introdução da pesquisa o recorte espacial da pesquisa, então foi preciso ler em parte ou a integralidade da pesquisa para a nossa sistematização.

<sup>12</sup> Esse número se refere a pesquisas que tinha como recorte espacial capitais de estado da região amazônica, a região norte, o Brasil, outros países ou não apresentavam definição específica de local, discutiam alguma temática de forma generalizada.

Fonte: sistematização do autor a partir das informações da TEDE/UFAM e TEDE-PPGE-UFAM (2024).

Foram encontradas 108 teses e 311 dissertações, das quais 255 tinham seu objeto de pesquisa nas capitais do estado do Amazonas ou de Roraima e 93 em municípios do interior do estado do Amazonas, do Pará, do Acre ou de Roraima, sendo os municípios de Parintins (com 20 trabalhos), Benjamin Constant (com 07 trabalhos) e o de Manacapuru (com 05 trabalhos) os que tiveram mais pesquisas realizadas sobre seus espaços, habitantes ou políticas, concluídas no programa. É preciso ressaltar, ainda, que nos últimos anos é possível perceber uma inconstância nas pesquisas no PPGE tendo o interior do estado como local de pesquisa, com alguns anos contando com alto número de pesquisas, sendo sucedido por anos com baixa produção. Abaixo construí uma tabela onde é possível ver a inconstância dessas pesquisas no programa, na última década:

Tabela 03: Pesquisas concluídas no PPGE entre 2013-2023 por localidade

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
I <sup>13</sup>	05	00	11	05	01	12	04	04	12	03	13
O <sup>14</sup>	20	03	23	11	08	30	19	34	25	21	42

Fonte: sistematização do autor a partir das informações do TEDE/ UFAM (2024).

A partir dos dados da tabela acima, é possível notar que há uma alternância nos anos acerca da produção de pesquisas sobre o interior do estado do Amazonas no PPGE, ao passo que nos anos de 2018, 2021 e 2023 tiveram mais de dez pesquisas por ano, em 2017, 2019, 2020 e 2022 não chegaram a cinco pesquisas (em cada ano). Nos chama a atenção o ano de 2021 onde as pesquisas sobre o interior do estado são equivalentes a quase 1/3 do total de textos defendidos, sendo 12 de um total de 37. Desse modo, é possível afirmar que os acontecimentos, políticas e vivências que ocorrem nos municípios do interior do estado do Amazonas ainda carecem de pesquisas e análises, principalmente no que se refere à educação e suas diversas formas de presença na sociedade.

Partindo do princípio que cada espaço tem a sua própria historicidade, registro a expectativa de que esses números aumentem e que seja possível a realização de pesquisas sobre o interior dos estados da região amazônica, principalmente com o financiamento

<sup>13</sup> Interior.

<sup>14</sup> Esse número se refere a pesquisas que tinha como recorte espacial capitais de estado da região amazônica, a região norte, o Brasil, outros países ou não apresentavam definição específica de local, discutiam alguma temática de forma generalizada.

através de bolsas de pesquisa que possibilitem a ida a campo, tão importantes para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas, bem como com a interiorização dos Programas de Pós-Graduação no estado.

### **Pesquisas sobre Itamarati – AM**

O município de Itamarati-AM, como mencionado anteriormente, tem baixa densidade demográfica e expressivo espaço territorial. A percepção obtida a partir da análise dos dados sistematizados na subseção anterior, levanta a hipótese em que em um mundo cada vez mais urbanocêntrico, pesquisas que se debruçam sobre municípios interioranos e de regiões periféricas no Brasil não costumam ter destaque ou se constituem em objeto de pesquisas recorrentes na academia.

Essa pesquisa busca compreender a constituição do município de Itamarati-AM relacionado à ideia de desenvolvimento que a busca por educação escolar desencadeou, e nesse intuito, foram realizadas também uma busca por pesquisas realizadas sobre o município em questão, sendo utilizado “Itamarati-AM” em diversas plataformas e sites com o propósito de conhecer o que já havia sido publicado sobre o município. Essa pesquisa foi iniciada com a BDTD, sendo depois realizada na TEDE/UFAM, na Scielo e em sites com buscadores (Google, Google Acadêmico e Educapes).

Em nível de pós-graduação *stricto sensu* foram encontradas duas pesquisas, uma dissertação publicada no ano de 2017, e uma tese concluída em 2023, ambas em Programas de Pós-Graduação em Educação. A pesquisa de mestrado realizada no estado de Minas Gerais, no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação Educacional Pública, na Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGGAE/ UFJF), e uma pesquisa de doutorado realizada no estado do Amazonas, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM).

João Libânio Cavalcante, concluiu em 2017 uma pesquisa que tinham como objetivo analisar a meta 7 do Plano Municipal de Educação (PME) de Itamarati-AM e como esse plano de alinhava com o Plano Estadual de Educação do Amazonas<sup>15</sup>. Esse

---

<sup>15</sup> O título da dissertação é: Plano Municipal de Educação do Município de Itamarati/AM: uma análise da meta 7 e o seu alinhamento com PEE/AM. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/plano-municipal-de-educacao-do-municipio-de-itamaratiam-uma-analise-da-meta-7-e-o-seu-alinhamento-com-peeam/>. Acesso em: 20 maio 2023.

autor fez parte de um grupo de professores que participaram de um programa de formação continuada da SEDUC, em convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde o estado financiou a ida de diversos servidores para cursar mestrado na instituição<sup>16</sup>. O título da pesquisa é “Plano municipal de educação do município de Itamarati/AM: uma análise da meta 7 e o seu alinhamento com PEE/AM”. A pesquisa não teve como objetivo retratar a história da cidade ou mesmo contextualizar o leitor acerca da realidade social e educacional do município, e sim analisar os documentos institucionais a luz das práticas pedagógicas elencadas pelos entrevistados. Por esse trabalho pouco se conhece acerca do município em questão. Contudo, na segunda pesquisa encontrada houve mais informações acerca da história do município, bem como da própria realidade educacional de Itamarati-AM.

A pesquisadora Fernanda Pinto de Aragão Quintino concluiu em 2023 uma pesquisa de doutorado onde analisou políticas públicas de formação de professores no município de Itamarati-AM, tendo como foco o Plano Nacional de Formação de Professores do Ensino Básico (Parfor) e a primeira turma de pedagogos da cidade. A pesquisa foi realizada no PPGE-UFAM e teve como objetivo analisar se o curso provocou mudanças objetivas e subjetivas na vida dos estudantes do curso, que eram professores da zona rural do município.

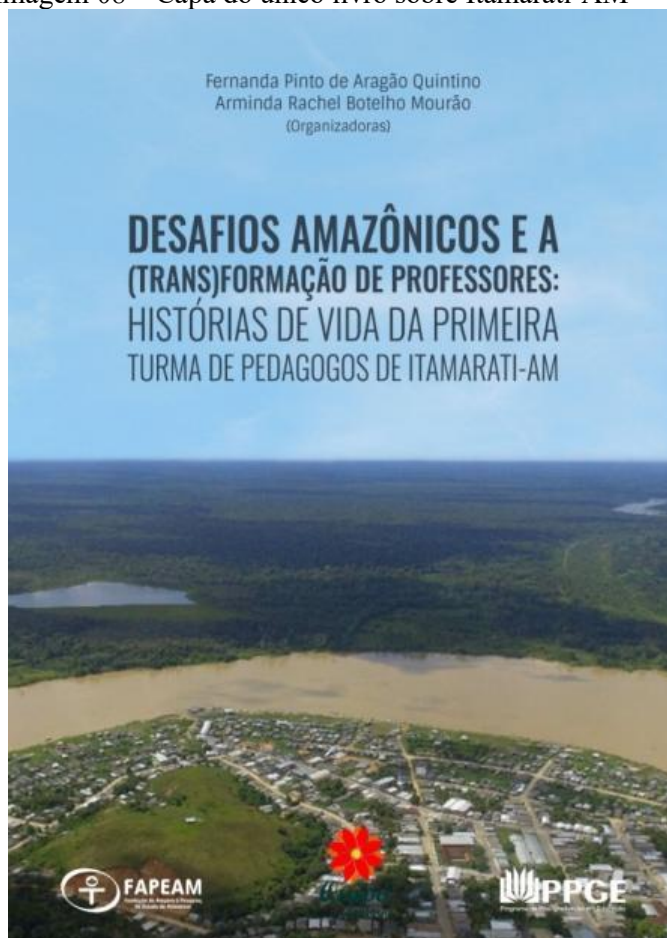
Referente a livros, após uma busca de seis anos (2018-2024), só encontrei um, que foi organizado pelas doutoras Fernanda Pinto de Aragão Quintino e Arminda Rachel Botelho Mourão, intitulado “Desafios Amazônicos e a (Trans)Formação de Professores: histórias de vida da primeira turma de pedagogos de Itamarati-AM” (2022). Essa obra faz parte da pesquisa de doutorado da primeira organizadora citada (orientada pela segunda), e apresenta a história educacional de 42 professores do município, integrantes da primeira turma do curso de Pedagogia de Itamarati-AM.

---

<sup>16</sup> Entre os anos de 2013 a 2015 foi firmada uma parceria entre a SEDUC e a UFJF onde 160 servidores da cursaram na UFJF o mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Básica. Para mais informações sobre a parceria, confira Chagas, R. M. T. O sentido da pós-graduação para qualificação de professores da educação básica do estado do Amazonas. 2022. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Amazonas, 2022. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9288/4/Tese\\_ReginaChagas\\_PPGE.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9288/4/Tese_ReginaChagas_PPGE.pdf). Acesso em: 05 maio 2024.

Abaixo trago a capa do livro que tem seu acesso gratuito, sendo o primeiro que retrata aspectos da história da cidade e dos seus educadores.

Imagem 08 – Capa do único livro sobre Itamarati-AM



Fonte: Disponível em: <https://quipaeditora.com.br/desafios-amazonicos>. Acesso em: 05 maio 2024.

Os textos presentes no livro se constituem em mini memoriais retratando a história de vida de professores que quando criança eram alunos em comunidades rurais no interior do Amazonas. A importância de apresentar a imagem da capa desse livro se deve ao fato dessa obra ser a primeira sobre a história da educação em Itamarati-AM, e, ao retratar a história de vida de professores no município fornecem importantes relatos acerca da história da educação em territórios de águas e florestas.

Ao realizar a pesquisa em sites que realizam buscas com descritores específicos, buscando o nome do município em questão, foram encontrados 12 artigos, sendo 03 em periódicos e 08 em anais de eventos, além dos 42 trabalhos de fim de curso dos professores que cursaram Pedagogia pela UEA/PARFOR e escreveram memoriais sobre as suas vidas em Itamarati-AM, que estão depositados na biblioteca da UEA em CDs



(mesmo tendo sido depositados em 2022 ainda são armazenados dessa forma, sendo que na atualidade aparelhos com leitor de *cd* são cada vez mais raros). Onze desses artigos são de autoria da pesquisadora Fernanda Quintino, com a colaboração de outros autores, inclusive com a minha, uma vez que pesquisamos temáticas aproximadas sobre o mesmo local.

Durantes as pesquisas de campo tive o conhecimento de um livro escrito, ainda não publicado, sobre a história da criação de Itamarati-AM, de autoria de um professor de história residente no município a quase 4 décadas. Coloquei-me à disposição para auxiliar na publicação, uma vez que o material possui bastantes informações sobre a história da cidade, inclusive com fotografias da segunda fundação da cidade, nomes, datas e fatos registrados de forma memorialísticas. Essa obra está em fase de editoração e será utilizada como fonte histórica nessa pesquisa.

Dessa forma reforçamos o ineditismo e a importância da pesquisa aqui apresentada, que se insere no campo da História da Educação, um profícuo campo de pesquisa, e, ao buscar como esse campo de pesquisa se faz presente nas pesquisas que buscam analisar as realidades locais e regional do Amazonas, principalmente no tocante aos municípios do interior do Estado, fica perceptível a importância de maior desenvolvimento de pesquisas centradas nesses municípios, com essa pesquisa se destacando principalmente na análise da relação entre a educação e o desenvolvimento de municípios no interior do Amazonas.

### **Objetivos, Método e Metodologia**

Essa pesquisa se insere na proposta curricular que a antiga da linha de pesquisa 2: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM), identificando como temáticas ao programa: história da educação, movimentos sociais, políticas públicas e educação superior, trabalho e educação, educação profissional, políticas afirmativas da educação escolar indígena e da educação do campo, políticas públicas e educação básica, gestão educacional, educação de pessoas jovens e adultas (UFAM, 2014).

Na busca por construir essa pesquisa, elegi como questão central a seguinte pergunta: a busca por educação formal, ofertada por membros da Igreja Católica a partir

de 1959, influenciou e propiciou o desenvolvimento local que deu origem ao município de Itamarati-AM? Com o propósito de responder essa questão, defini como objetivo geral: Analisar o surgimento e o desenvolvimento do município de Itamarati-AM a partir da relação das ações paroquiais e educacionais dos padres espiritanos no povoado Santos Dumont.

Para tentar responder a esse objetivo geral, estabeleci como objetivos específicos:

- Analisar e historicizar a criação e atuação da Congregação do Sagrado Espírito Santo sob a invocação do Sagrado Coração de Maria, conhecidos como Ordem dos Espiritanos, de sua fundação até as ações desenvolvidas em território amazonense que culminaram na criação Paróquia de São Benedito, em Itamarati-AM;

- Relacionar a criação e consolidação de Itamarati-AM enquanto município com os contextos regional e nacional;

- Analisar a relação entre o desenvolvimento em Itamarati-AM e as ações paroquiais e educacionais promovidas pelos padres da Paróquia de São Benedito.

Referente ao método adotado na pesquisa, esse texto utilizou o método histórico, como já informado anteriormente. Mas afinal, o que seria o método? Segundo a filósofa Marilena Chauí (2000, p. 199),

A palavra método vem do grego *methodos*, composta de *meta*: através de, por meio de, e de *hodos*: via, caminho. Usar um método é seguir regular e ordenadamente um caminho através do qual uma certa finalidade ou um certo objetivo é alcançado. No caso do conhecimento, é o caminho ordenado que o pensamento segue, por meio de um conjunto de regras e procedimentos racionais, com três finalidades:

1. conduzir à descoberta de uma verdade até então desconhecida;
2. permitir a demonstração e a prova de uma verdade já conhecida;
3. permitir a verificação de conhecimentos para averiguar se são ou não verdadeiros.

Destaco que o método está longe de ser percebido como um conjunto de regras que deverá ser aplicado a todos os objetos, já que é a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa que deverão comandar os procedimentos adotados pelo pesquisador (Netto, 2011).

O historiador espanhol Júlio Aróstegui (2006, p. 92) destaca que o “método de uma determinada forma de conhecimento será, pois, o conjunto de prescrições que devem

ser observadas e de decisões que devem ser tomadas em certa disciplina para garantir, na medida do possível, um conhecimento adequado de seu objeto”. Destarte, destaco que o método histórico abarca o conjunto de técnicas, métodos e procedimentos utilizadas por historiadores para investigar acontecimentos do passado que possibilitam a compreensão das sociedades humanas na atualidade, com o objetivo de elaborar a historiografia (ou escrita da história), por acreditar que esse método abarca as necessidades científicas dessa pesquisa.

Busquei produzir esse texto como uma operação que terá como resultado a escrita da história dos primeiros passos da educação em Itamarati-AM. Certeau (1982, p. 65) destaca que

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática".

Dessa forma, busquei respeitar o meu lugar social, o espaço sobre o qual estou desenvolvendo a pesquisa, os procedimentos técnicos e metodológicos da área de história com o propósito de escrita de um texto que adote a lógica histórica, entendendo que,

Por “lógica histórica” designo um método lógico de pesquisa adequado a materiais históricos, projetado, na medida do possível, para testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e para eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado de prova consiste em um diálogo realizado por meio de hipóteses sucessivas, de um lado, e pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; a interrogação é uma hipótese (por exemplo, acerca de como diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); e o interrogado são as evidências, com suas propriedades específicas (Thompson, 2021, p. 73).

Partindo desse princípio, busquei, por meio das análises e da crítica as fontes, testar as minhas hipóteses acerca da contribuição da educação para o surgimento e consolidação de Itamarati-AM enquanto município, buscando encarar as fontes como possibilitadoras da elaboração de um discurso sobre o passado do município.

Nessa pesquisa encaro educação como um conceito polissêmico, que se refere a diferentes aspectos da vida social e realizado ao longo da vida do sujeito. Mas o que vem a ser educação? O pesquisador português Justino Magalhães destaca que:

O vocábulo educação alia, por um lado, o ato e o efeito de educar/educar-se e, por outro, a formalização/instituição de ações e processos, compreendendo agentes, meios, públicos. Por sua vez, ato e formalização aliam-se aos produtos, constituindo, por consequência, uma polissemia que integra: instituição, ação, conteúdo, produto (Magalhães, 2004, p. 15).

O autor destaca que a educação possui diferentes agentes envolvidos, e que ela tem um produto, resultante desse processo, que seria aquilo que o sujeito aprendeu. Para Gadotti (2005) a Educação pode ser dividida em três modalidades: formal, informal e não formal. O autor destaca que a educação formal é a que possui uma organização e sequência, sendo realizada por instituições de ensino, como escolas e universidades, enquanto a educação informal é realizada ao longo da vida, de forma não organizada, mas em um processo permanente. Enquanto isso, a educação não-formal, mesmo possuindo muitas vezes estrutura e organização, são distintas das que ocorre nas instituições de ensino, tendo em vista que não ocorre a fixação de tempos, com a flexibilização de locais e a adaptação do que deve ser ensinado/aprendido de acordo com as necessidades de cada grupo (Gadotti, 2005).

Essas definições mostram uma ampliação da noção de educação, que não fica restrito a locais ou a períodos da vida do sujeito, possibilitando assim a compreensão de educação como

[...] um fenômeno complexo, multiforme, disperso, heterogêneo, permanente e quase onipresente. Há educação é claro, na escola e na família, mas ela também se verifica nas bibliotecas. Na rua, no cinema, nos jogos e brinquedos (mesmo que eles não sejam dos chamados educativos ou didáticos) etc. ocorrem, igualmente, processos de educação (Trilla, 2008, p. 29).

Essa perspectiva de educação como algo totalizante, presentes nos mais diferentes espaços da vida social e em diferentes momentos da vida do sujeito, possibilita compreender que, em Itamarati-AM, nas mais diferentes ações realizadas pelos padres da Paróquia de São Benedito no município, ações essas com foco no papel missionário ou nos mais diferentes aspectos da vida social no qual houve ações da paróquia, como a oferta de assistência social, de educação formal, organização da vida econômica, dentre

outras, a educação se fez presente, tendo assumido um importante papel para a história do município.

O historiador francês Marc Bloch, destacou que a “A história é o estudo do homem no tempo” (Bloch, 1997, p. 55). Essa compreensão da história surgiu para se contrapor a historiografia do século XIX, que via a história como estudo do passado do homem. Essa mudança na concepção da história possibilitou a percepção da história como a ciência que estuda a humanidade através do tempo, percebendo-a não como algo ligado ao passado das sociedades, mas também ao presente, entendendo o presente como decorrente do processo histórico.

Importante destacar que, na atualidade, a concepção de história alargou-se, adicionando um fator de suma importância para a historiografia: o espaço. Barros (2006, p. 462) destaca que,

Na verdade, a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social.

Dessa forma, entendo que cada espaço social possui a sua própria historicidade, não havendo, portanto, uma história, mas várias histórias, e, no tocante a essa pesquisa, entendo que o percurso histórico do município e das ações educacionais em Itamarati-AM ocorre com seu próprio percurso histórico, suas particularidades e especificidades, porém interligado à região e recebendo influência de contextos mais amplos, como o estadual e o nacional.

Para analisar a correlação entre os acontecimentos em Itamarati-AM com contextos mais amplos, é de suma importância para essa pesquisa a adoção da perspectiva da história regional e local, que possibilita a análise dos acontecimentos ocorridos em comunidades integradas em um espaço, ligadas por afinidades consanguíneas, territoriais políticas, econômicas e culturais para a percepção de vivências que outras formas de abordagens ou com abrangências espaciais mais amplas não possibilitariam (Neves, 2002).

A história regional e local percebe o espaço não como algo fixo, imutável, mas dinâmico, construído e reconstruído pelos mais diferentes sujeitos que o utilizam. A

história regional e local não se aplica apenas a pequenos espaços, mas pode ser utilizada para análise social de diferentes espacialidades:

A metodologia dos estudos regionais e locais pode ser aplicada tanto a uma região continental (África Ocidental), quanto a uma nacional (Nordeste do Brasil), provincial/estadual (Capitania de Ilhéus, Chapada Diamantina) e até mesmo municipal (Caetité, Feira de Santana) ou a um bairro (com os artifícios da história urbana) e uma fazenda (com os recursos da história agrária). Desse modo, a história regional e local, com o enfoque sobre o cotidiano de pequenos mundos ou grupos sociais que como tais se identificam, procura alcançar a totalidade histórica com a identificação e problematização das interconexões locais, regionais, nacionais, continentais e universais (Neves, 2008, p. 31).

A perspectiva da História regional e local possibilita a análise de práticas culturais específicas de determinada região/localidade, permitindo assim a percepção das particularidades e especificidades de práticas de certos lugares, o que a diferencia – ou aproxima – de outros lugares. E para essa pesquisa, adoto essa perspectiva pela possibilidade da mesma em possibilitar a análise da realidade itamaratiense no período interrelacionando-a com acontecimentos históricos ocorridos em outros locais.

Os procedimentos metodológicos para a escrita dessa tese são de abordagem empírica, no tocante ao seu gênero, e explicativa, tendo em vista que ela buscará registrar fatos, analisá-los e interpretá-los. Quanto aos procedimentos técnicos adotei a análise documental, utilizando documentos da Ordem dos Espiritanos e textos feitos por seus membros; documentos oficiais, como leis promulgadas pelo poder executivo federal e estadual, buscando analisar o impacto dessas leis na realidade social analisada; documentos paroquiais produzidos pelos padres da Paróquia de São Benedito, em Itamarati-AM, livro de memórias produzido por um historiador local e documentos pessoais fornecidos gentilmente por uma das primeiras professoras no município.

Os documentos da Ordem religiosa e os textos escritos por seus membros utilizados na tessitura dessa tese foram todos encontrados no meio virtual. Utilizei textos da revista “Ação Missionária”, uma publicação feita pelos Espiritanos de Portugal disponíveis no *site* da Ordem em Portugal (<https://espiritanos.pt/am/>). Além da “Ação Missionária”, utilizei obras e textos que se encontram disponíveis no *site* da *Duquesne University* (<https://dsc.duq.edu/spiritan-collection/>), universidade criada pelos Espiritanos em 1878 (e detém o controle sobre ela na atualidade) localizada em Pittsburgh, nos Estados Unidos da América. No *site* é possível encontrar documentos

históricos da Ordem, como escritos de pessoas importantes para ela, como seus fundadores e superiores, suas regras, diferentes obras escritas sobre ela, sua história e suas doutrinas. No portal encontram-se também *links* para diferentes revistas publicadas pela universidade sobre a ordem, onde encontram-se textos de pessoas ligadas a ordem que versam sobre a história da mesma, doutrinas e atuação no mundo, disponibilizando uma grande quantidade de informações e textos que podem ser utilizados como fontes para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

Dentre as revistas disponibilizadas no *site*, destaco as publicações da revista “Horizontes Espiritanos”, na qual são disponibilizados textos escritos por professores da universidade *Duquesne* e missionários ligados a ordem espalhados ao redor do mundo, com os textos disponibilizados em três idiomas, (inglês, francês e português de Portugal), o que facilita a leitura de pessoas em diferentes locais do planeta e demonstra o cuidado com a guarda e publicização da ordem com seus documentos.

Dentre os documentos paroquiais analisei os Livros de Tombo da Paróquia, com o primeiro tendo sido iniciado em 10 de fevereiro de 1958, porém com referências a partir do dia 20 de dezembro de 1957, data da partida dos padres espiritanos de Tefé para o seringal Santos Dumont, no Rio Juruá, núcleo inicial do município de Itamarati-AM. O primeiro Livro de Tombo compreende o período entre janeiro de 1958 a março de 1974, e o segundo Livro de Tombo compreende o período 1975-2013.

O Livro de Tombo é um dos diversos documentos produzidos pela Igreja Católica que podem ser utilizados como fontes históricas, tais como livros de batismo, casamentos, óbitos, periódicos, dentre outros. O Livro de Tombo é um livro escrito pelo padre responsável da paróquia, que deve funcionar como uma espécie de “diário” dos acontecimentos ordinários e extraordinários ocorridos na paróquia e que merecem registro. Esses registros devem ser feitos em ordem cronológica, com fácil identificação da data que foi escrita e com a descrição dos acontecimentos. Com caráter narrativo, o Livro de Tombo é escrito para a posteridade e possibilita a análise de acontecimentos que, muitas vezes, não possuem outros registros. Contudo, é importante ressaltar que eles trazem a versão do padre e da Igreja para os fatos, e registram apenas o que é considerado importante para ela.

Os membros da paróquia de São Benedito em Itamarati-AM fizeram uma transcrição dos dois primeiros Livros de Tombo da paróquia, em *portable document format* (PDF), com o propósito de arquivar e disponibilizar para publicização esses livros. Nessas transcrições eles não inseriram as imagens presentes nos livros, nem cópias dos documentos ali existentes. Como há o interesse da paróquia em publicizar essas transcrições, utilizarei essas transcrições nesse texto, até para possibilitar que outros pesquisadores que pretendam utilizar essas transcrições como fonte ou que busquem trechos específicos citados nesse texto possam encontrá-los com mais facilidade. Mesmo se tratando de apenas dois Livros de Tombo, cada um deles abrange grande período, e para a especificação do ano a ser referenciado utilizarei o ano em que o trecho a ser referenciado está sinalizado nos Livros de Tombo. As imagens e documentos presentes nos Livros de Tombo irei referenciá-los de acordo com a publicação impressa, sendo que na primeira vez que utilizar a transcrição e a imagem farei a observação em nota de rodapé para situar o leitor. Além dos Livros de Tombo da Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM analisei outros documentos paroquiais, como cartas e correspondências trocadas entre os padres da paróquia com membros do Poder Legislativo e Executivo de Carauari.

Destaco a contribuição do arquivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que disponibilizou, de forma rápida e via *e-mail* documentos solicitados, como um relatório onde o Bispo de Tefé denunciava a situação de exploração dos trabalhadores dos seringais na região do Rio Juruá. Acerca da importância dos documentos produzidos pela Igreja, Fragoso (2010) destaca que essa documentação possibilita o desenvolvimento de pesquisas para estudos internos e regionais. No tocante ao interior do Amazonas, os documentos paroquiais são importantes fontes históricas que possibilitam ao pesquisador a análise do cotidiano, das relações de poder, das estratégias políticas e práticas culturais, não ficando restritas apenas a descrição de aspectos religiosos ou específicos da Igreja, cuja atuação no interior do Amazonas foi, segundo Menezes (2002), fortemente urbana, inclusive nas concepções de civilização, vida, trabalho e educação, se comparada à vida nas zonas rurais interioranas do Amazonas.

Também utilizei como fonte documentos pessoais fornecidos (gentilmente) por uma das primeiras professoras do município, Raimunda Nogueira de Aguiar, que cedeu tanto documentos pessoais como diplomas, certificados, contracheques, como imagens e documentos antigos de Itamarati-AM. Fiz uso também de um livro, ainda não publicado,



intitulado “História de Itamarati”, elaborado por Francisco Cosmo Domingos, professor de história residente no município, ex-coordenador do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) em Itamarati, conhecido por todos como “Seu” Cosmo, que durante muito tempo foi o único professor de história de Itamarati-AM, o que faz com que a maioria dos habitantes locais tenham sido seus alunos.

Tive acesso a essa obra em 2021, quando, após informar do meu ingresso no curso de doutorado foi solicitada a mim e professora Fernanda Pinto de Aragão Quintino, cuja tese de doutorado também foi sobre a história da educação em Itamarati-AM, para que organizássemos essa obra para publicação, o que ainda não foi possível. Nessa obra “Seu” Cosmo busca contar a história da cidade do período de fins da década de 1950 até fins da década de 1990. Considero essa obra bibliográfica como um livro de memórias que descreve acontecimentos presentes na memória, tanto individual quanto coletiva. Individual no tocante a obra ter diversos acontecimentos descritos por “Seu” Cosmo que foram vivenciados e rememorados por ele, e coletiva no tocante a acontecimentos rememorados que pertencem ao imaginário coletivo local, principalmente no trecho da obra que retrata a história do município antes da chegada de “Seu” Cosmo em terras itamaratienses em meados da década de 1980. Como forma de respeito e na busca em dar o devido reconhecimento a importância social desse sujeito histórico, na maioria das vezes que essa obra for citada será mencionado o nome de “Seu” Cosmo, forma como o autor é reconhecido na sociedade itamaratiense, e colocado entre parênteses seu último sobrenome (Domingos).

Entendo que a memória não apresenta uma reconstituição fiel do passado, mas uma narrativa sobre ele. Segundo Rousso (2001, p. 94), a memória é “[...] uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”. A memória é a seleção, muitas vezes inconsciente, de acontecimentos passados que produzem narrativas no presente sobre esse passado, e sendo construída e reconstruída, elaborada e reelaborada constantemente, não existindo de forma autônoma ou individual, mas com elementos comuns e em concordância com a memória do grupo para ser validada (Halbwachs, 2006).

Adotei como metodologia de interpretação das fontes a metodologia do paradigma indiciário, utilizado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), que possibilita

analisar e interpretar a realidade a partir de indícios ou fragmentos presentes nas fontes históricas, tendo em vista que essas fontes, longe de serem verdades absolutas ou mentiras, servem ao historiador como pistas, indícios que possibilitam ao pesquisador produzir o conhecimento histórico.

Com o propósito de não apenas produzir conhecimento, mas contribuir com a produção científica no Amazonas pretendo, nesse texto, utilizar como referências pesquisas produzidas no PPGE da UFAM, de autores amazonenses ou que estudam o Amazonas, ao longo de todas as seções desse trabalho. Na construção de uma tese sobre o contexto educacional amazônico, centrado no interior do Estado do Amazonas, nomeadamente no município de Itamarati-AM, busquei destacar as especificidades da região em toda narrativa referente à noção de espaço-tempo, de temporalidades, de deslocamentos, de territorialização e reterritorialização, e, principalmente nas estruturas históricas e políticas que possibilitaram a criação, construção e perpetuação de estereótipos ligados à memória e cultura da região amazônica referente à educação, buscando perceber a relação existente entre os efeitos da construção de uma cultura educacional local, buscando os sentidos atribuídos pela população que habitava a região no período analisado à educação formal que podem ter acelerado o desenvolvimento regional, levando em consideração também os contextos estadual e nacional da época.

Na escrita dessa tese parto do princípio de que a busca por educação formal foi à ação promotora central do desenvolvimento local que propiciou o surgimento do município de Itamarati-AM, entendendo município enquanto espaço com autonomia de administração. Diferente de cidade, que é um espaço urbano delimitado por um perímetro urbano, o município é um ente político local, um espaço territorial político que possui autonomia administrativa, com autogoverno, autogestão, autoadministração e auto-organização (Brasil, 1988), possuindo uma estrutura administrativa a ser estabelecida em sua sede.

Partindo do pressuposto que a ação catequizadora da Igreja Católica no Brasil desde o início da colonização possibilitou que, mesmo na segunda metade do século XX, os habitantes do Juruá do Amazonas associassem a presença de padres na região à certeza de alfabetização e letramento, esperando alcançar a educação formal, depositária das esperanças da população pobre da região numa vida melhor para os filhos. Acredito que essa migração dos habitantes das zonas rurais, de florestas, seringais e de indígenas para

as proximidades da Igreja e das instalações adjacentes construídas pelos padres propiciou o surgimento do município enquanto espaço de interesse e administração pública, promovendo desenvolvimento regional no território.

### **Organização da tese**

Buscando melhor sistematizar e estruturar a escrita desta tese, a dividi em 3 seções como forma de melhor sistematizar as fontes coletadas e as análises realizadas, bem como para facilitar a compreensão dos leitores desse relatório de pesquisa. Na introdução apresentei o memorial do meu percurso acadêmico e pessoal, a temática da pesquisa, o método adotado, as fontes analisadas, a metodologia de análise dessas fontes e agora apresento a organização da tese.

Na primeira seção busquei analisar a relação entre a Igreja e a educação na Região Norte do Brasil ao longo do tempo e no Amazonas. Também apresentarei a Congregação do Espírito Santo, ordem dos padres espiritanos, destacando a história da ordem religiosa, a chegada no Brasil e ações dessa ordem religiosa no Amazonas, que criou a Paróquia de São Benedito no seringal Santos Dumont no município de Carauari-AM, cujo núcleo urbano foi posteriormente emancipado politicamente de Carauari e transformado no município de Itamarati-AM.

“Itamarati-AM: a criação de um município” é o título da segunda seção, no qual analiso o surgimento do município enquanto território de administração, as duas emancipações políticas do município e como essas emancipações se articulam com o contexto histórico nacional e regional. Abordo também o percurso histórico de Itamarati-AM, destacando as ações paroquiais e as relações desenvolvidas com o poder político local e regional, buscando analisar como essas ações e relações contribuíram para a criação e manutenção de um núcleo urbano que possibilitou o surgimento e expansão de um núcleo populacional que contribuiu para a existência do município de Itamarati-AM.

Por fim, na seção denominada “Desenvolvimento e emancipação do município”, última da tese, discorro sobre o conceito de desenvolvimento e de desenvolvimento regional, buscando analisar como as ações paroquiais e educacionais podem ter sido promotoras do desenvolvimento em Itamarati-AM, e a contribuição dada por essas ações para os processos de emancipação política do município.

## 1 IGREJA E EDUCAÇÃO NA REGIÃO NORTE DO BRASIL: ANÁLISE DE UMA RELAÇÃO HISTÓRICA

Nessa seção buscarei analisar a relação entre a Igreja e a educação na Região Norte do Brasil ao longo do tempo e no Amazonas. Também apresentarei a Congregação do Espírito Santo, ordem dos padres espiritanos, destacando a história da ordem religiosa, a chegada no Brasil e ações no Brasil até a ida de membros dessa ordem religiosa para a criação da Paróquia de São Benedito no seringal Santos Dumont no município de Carauari-AM, cujo núcleo urbano foi posteriormente emancipado politicamente de Carauari e transformado no município de Itamarati-AM.

Para discutir sobre a relação da Igreja Católica e a educação na Região Norte do Brasil, importante realizar algumas considerações sobre o processo histórico da região, buscando estabelecer a sua diferença em relação ao que convencionalmente é abordado como história do Brasil. O Amazonas e a maior parte do território brasileiro na atualidade pertenciam, nos primórdios da invasão e ocupação europeia na região, a Espanha, que, com Portugal, dividiu o mundo com o Tratado de Tordesilhas (1494)<sup>17</sup>.

Imagem 9: Representação cartográfica do Tratado de Tordesilhas sobreposto a divisão territorial atual do Brasil



Fonte: <https://bonifacio.net.br/tratado-de-tordesilhas/>. Acesso em: 15 maio 2025.

Como pode ser visto no mapa acima, não apenas o Amazonas e a maior parte da Região Norte, mas a maior parte do território brasileiro seriam terras pertencentes a

<sup>17</sup> O Tratado de Tordesilhas foi assinado por Espanha e Portugal dividindo as terras do mundo entre Portugal e Espanha a partir de 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde em 1494. Esse Tratado foi feito para substituir a Bula *Inter Coetera*, assinada pelo Papa Alexandre VI que estabelecia essa divisão em 100 léguas a partir de Cabo Verde.

Espanha. Porém, com a União Ibérica (1580-1640)<sup>18</sup> essa divisão passou a não ser mais importante, tendo em vista que tanto a Espanha quanto Portugal possuíram os mesmos reis no período. Essa situação fez com que portugueses e espanhóis ultrapassassem os limites estabelecidos pelo tratado, se estabelecendo em territórios que pertenceriam ao outro país.

Durante a União Ibérica Portugal esteve em posição de subalternidade com relação a Espanha (Silva, 1996), e buscando fortalecer a administração portuguesa, defesa, ocupação e exploração econômica do território que atualmente compreende a Região Norte do Brasil<sup>19</sup> foi criado o Estado do Maranhão (Chambouleyron, 2019). Criado em 1621, o Estado do Maranhão foi extinto em 1652, recriado em 1654 como Estado do Maranhão e Grão Pará, ambos com capital em São Luís do Maranhão até 1737, quando a capital foi transferida para a cidade de Belém.

Em 1750 Portugal e Espanha assinara o Tratado de Madri, que legitimou para os europeus a invasão e ocupação portuguesa em território que seria da Espanha, redefinindo os limites da América Portuguesa e Espanhola.

Imagem 10: Representação cartográfica com os limites territoriais da América Portuguesa com o Tratado de Madri (1750)



Fonte: [https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/1d7xjtv/map\\_of\\_the\\_treaty\\_of\\_madrid\\_of\\_1750\\_the\\_treaty/?tl=pt-br](https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/1d7xjtv/map_of_the_treaty_of_madrid_of_1750_the_treaty/?tl=pt-br). Acesso em: 14 maio 2025.

<sup>18</sup> Forma como ficou conhecido o período em que os reinos de Espanha e Portugal ficaram unidos sob a coroa espanhola. Ela se iniciou em 1580 com o fim da Dinastia dos Avis em Portugal, que passou a ser controlado pelo rei da Espanha, e durou até 1640, quando iniciou-se em Portugal a Dinastia dos Bragança.

<sup>19</sup> Esse Estado compreende o território dos atuais Estados do, Maranhão, Pará, Amapá e Amazonas, tendo contado com territórios dos Estados do Piauí e Ceará em determinados momentos.

O Tratado de Madri adotou a lógica do “*uti possidetis*”, expressão latina cujo significado pode ser definido como “como possuis, continue possuindo”, sendo um dos princípios do direito internacional na atualidade para definição de novos estados. Seguindo esse princípio ficou estabelecido que as terras ocupadas pelos portugueses passariam a pertencer a América Portuguesa, e as ocupadas pela Espanha pertenceriam a América Espanhola. Com essa redefinição de fronteiras o Estado do Maranhão e Grão-Pará incorporou o território dos atuais estados do Amazonas, Pará e Pará, e o Estado do Brasil incorporou o território que atualmente pertencem aos Estados do Centro Oeste e Sul, além de parte dos territórios do nordeste e do Sudeste, delimitando a maior parte da extensão brasileira na atualidade (Furtado, 2013).

Em 1751 o Estado do Maranhão e Grão-Pará passou a ser chamado de Estado de Grão-Pará e Maranhão, denominação que durou até 1772, quando foi dividido em outros dois Estados: o Estado do Maranhão e Piauí, cujo território abrangia os estados de mesmo nome na atualidade; e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com o território dos atuais estados do Amazonas, Pará e Amapá e que existiu até 1823, quando foi anexado ao recém criado império brasileiro (Chambouleyron, 2019).

Cabe destacar que durante o período de administração do Marquês de Pombal<sup>20</sup> (1750-1777) houve um maior interesse da Coroa portuguesa sobre a Amazônia (Santos, 2002), decorrendo desse contexto a criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755<sup>21</sup>, cuja criação decorre da falta de habilidade da Coroa em se fazer presente no território da capitania (Sampaio, 2001) e tinha o objetivo de expandir territorial e economicamente o império português (Pinheiro, 2001). Dentre as medidas tomadas para atingir esse objetivo, as antigas missões comandados por ordens religiosas foram elevadas a condição de vilas para assegurar o domínio português na região (Pinheiro, 2001).

---

<sup>20</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, foi o principal ministro de Portugal no reinado de D. José I (1750-1777). Influenciado pelas ideias iluministas, buscou modernizar o Estado português, controlar as finanças e o comércio ultramarino, fortalecer o poder estatal e estabelecer a Coroa como superiora a Igreja e a nobreza. Dentre as suas principais ações com impactos mais sentidos na América Portuguesa podemos destacar: A criação das companhias de comércio; como a do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) e a de Pernambuco e Paraíba (1759-1780); o Diretório dos índios (1757); a reorganização do exército; a reforma do ensino; a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses e a transferência da capital do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro (1763).

<sup>21</sup> A Capitania de São José do Rio Negro teve inicialmente como capital a vila de Mariuá (atual Barcelos) até 1790, quando foi transferida para o Lugar da Barra do Rio Negro (atual Manaus). Em 1798 a capital voltou para a vila de Mariauá, lá permanecendo até 1804, quando voltou para o Lugar da Barra (Reis, 1989).

A partir do 7 de setembro de 1822 houve a unificação do território brasileiro, com a extinção do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, a Capitania do Rio Negro foi transformada em uma comarca subordinada a recém criada Província<sup>22</sup> do Pará, intitulada Comarca do Rio Negro (Reis, 1989). Essa situação permaneceu até 1833, quando a Comarca do Rio Negro foi renomeada como Comarca do Alto Amazonas, sendo assim chamado o território do atual estado do Amazonas até 1850, quando a Comarca do Alto Amazonas foi elevada à categoria de Província e chamada de Província do Amazonas (Freitas, 2010).

Essas considerações sobre o histórico de administração do território da Região Norte do Brasil e do Amazonas facilitam a compreensão de que o processo histórico e de invasão e ocupação desse território foi diferente do restante do país, com o Amazonas tendo um percurso histórico de invasão, ocupação e administração que não pode ser visto como igual ao realizado no restante do país.

### **1.1 Igreja e educação na Região Norte do Brasil**

A presença da Igreja na Região Norte do Brasil se insere no contexto da Contrarreforma Católica, movimento da Igreja Católica que teve como marco o Concílio de Trento (1545-1563). Esse movimento surgiu para barrar a expansão das ideias protestantes surgidas após a Reforma Protestante, ocorrida no continente europeu a partir da divulgação das 95 teses do monge alemão Martinho Lutero em 1517, onde Lutero faz duras críticas a organização e ações da Igreja Católica, dando início a uma série de movimentos que questionaram o controle da Igreja Católica e fez surgir diversas igrejas protestantes<sup>23</sup>.

O processo de invasão e ocupação do território da Amazonia pelos europeus teve a marcante presença da Igreja Católica, que contou com bastante liberdade de atuação na América Portuguesa devido ao Padroado Régio, que funcionou como uma espécie de acordo entre o Papa e as Coroas espanhola e portuguesa (e, posteriormente, a brasileira), concedendo a elas o direito de controlar as atividades da Igreja no território controlado por eles, como a cobrança de taxas; construção de Igrejas e nomeação de pessoas para

---

<sup>22</sup> Unidade administrativa territorial durante o período imperial brasileiro (1822-1889). Com o advento da república no Brasil o termo “províncias” foi substituído por estado.

<sup>23</sup> Para maior compreensão da Reforma Protestante da Contrarreforma Católica, ver Delumeau, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.

ocuparem cargos eclesiásticos (Azevedo, 1978). Sobre a relação entre o Estado e a Igreja que existiu na América Portuguesa o médico, historiador e escritor Thales de Azevedo afirmou que:

Esse modelo de relacionamento tem raízes mais próximas na Idade Média europeia, com persistência mais prolongada na exatamente na Península Ibérica não atingida pelas divisões da Reforma luterana e calvinista: não existindo ainda, nos inícios daquele período, uma noção definitiva e vigorosa de Estado, a Igreja era a instituição dominante em todas as esferas da sociedade, por isso que tinha o monopólio todos os meios para a salvação; daí lhe advinha a autoridade tanto sobre o espiritual quanto sobre o temporal. Esse princípio de organização cobre a totalidade dos territórios, cabendo ao administrador cristão converter todos ali residentes. Disso decorre a obrigação para todos de aceitar espontaneamente ou pela coerção, como no caso dos pagãos e infiéis, a religião católica, o que explica, no Brasil nascente, o batismo em massa de índios e de africanos. Um terceiro elemento consiste em abranger, pela religião todos os aspectos e fases da existência humana, donde caber a Igreja fazer a expressa e direta regulamentação das relações sociais e até dos trâmites seculares, como o registro dos nascimentos, a legitimação da propriedade, a posse da terra, que até a República são atribuições suas no Brasil (Azevedo, 1978, p. 86-87).

Longe de se ater apenas as questões religiosas, que a Igreja se ocupou também com as questões seculares, abarcando todas as esferas da vida social na América Portuguesa (Azevedo, 1978). O historiador Eduardo Hoornaert (1984), tendo como base a atuação de seis ordens religiosas (jesuítas, franciscanos, carmelitas, beneditinos, oratorianos e capuchinhos), estabelece cinco ciclos (ou movimentos) para a ação missionária da Igreja na América Portuguesa: o litorâneo, o sertanejo, o maranhense, o mineiro e o paulista. Hoornaert destaca que o ciclo maranhense abrange a atuação da Igreja Católica em todo o território amazônico, principalmente a partir da ação das ordens dos carmelitas (presentes no território desde 1615), dos franciscanos (cuja atuação na Amazônica ocorre desde 1617) e dos jesuítas (que chegaram na região em 1638).

O autor supracitado destaca que “[...] os missionários na região funcionavam praticamente como capelães *[sic]* militares, pelo menos no início” (Hoornaert, 1984, p. 38). Esses religiosos atuavam na delimitação de fronteiras, na catequização e aldeamento<sup>24</sup> dos indígenas para utilização de sua mão-de-obra, bem como na criação de

---

<sup>24</sup> De acordo com o Glossário de História Luso-Brasileira do Arquivo Nacional, “O aldeamento indígena é a realização do projeto colonial de invasão e ocupação do território, de reserva de mão de obra e de aculturação dos índios. Na segunda metade do século XVI, a política de aldeamentos esteve associada à ação dos jesuítas. A ação missionária consistia no deslocamento, também chamado descimento, de índios de seu território para aldeias jesuíticas no litoral,



infraestrutura local, com a construção de escolas, postos de saúde e postos de trabalho (Maués, 1998).

A atuação das ordens religiosas na América Portuguesa foi impactada pelas ações do Marquês de Pombal, cujas ações modificaram radicalmente a relação entre o Estado português e as ordens religiosas, como a Lei das Liberdades dos índios em 1755 e a criação do Diretório<sup>25</sup> dos Índios (1757), que modificaram essa relação, tanto na forma como os indígenas passaram a ser vistos pelo Estado, principalmente nas regiões de fronteira, quanto na secularização dos aldeamentos, que deixaram de ser administrados por ordens religiosas e passaram a ser dirigidos pelo Estado Português (Almeida, 1997). A expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses em 1759, sob a justificativa de que eles estariam exercendo suas funções de forma mais política que religiosa (Maxwell, 1998) exemplifica como essa relação entre o Estado Português e a Igreja foram modificadas durante o período pombalino, com as ordens religiosas não mais substituindo o Estado português em certas regiões, mais passando a ser uma instituição do Estado, sem tanta liberdade de atuação e independência em relação as determinações da Coroa.

Ao longo do século XIX a Igreja Católica passou por transformações que impactaram diretamente no Brasil, com discordâncias entre membros da Igreja no país e o estado imperial brasileiro, que levaram ambos a uma quase guerra, que foi a Questão Religiosa (1872-1875), assim definida por Vanda Pantoja (2012, p. 101):

A Questão Religiosa constituiu-se numa série de conflitos ocorridos no período de 1872 a 1875 entre o clero, especialmente sua ala conservadora, e o Império. A razão para o conflito, entre outras, era a não aceitação pelos bispos de maçons na gerência das irmandades religiosas. Pode-se dizer que o estopim para o conflito foi a interdição de padres ligados à maçonaria no Rio de Janeiro, em Olinda e no Pará por seus respectivos bispos. Dom Pedro Maria de Lacerda, no Rio de Janeiro; Dom Vital de Oliveira, em Olinda, e Dom Antônio de Macedo Costa, no Pará. O governo imperial leu as proibições como

---

sedentarização dos índios por meio do trabalho agrícola, adoção de ‘costumes cristãos’, dentre os quais o uso da chamada língua geral e o abandono do idioma nativo. Outras ordens religiosas – capuchinhos, carmelitas, franciscanos, mercedários - também se utilizaram dessa prática de subjugação dos índios. Uma vez deslocados das suas aldeias de origem, os índios eram doutrinados nos mistérios da fé, batizados com nomes cristãos e colocados à disposição da Coroa e dos colonos para prestação de serviços”. Disponível em:

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/8-verbetes-iniciados-em-a/67-aldeamento-de-indios>. Acesso em: 03 maio 2025.

<sup>25</sup> Conjunto de leis que buscaram reorganizar o controle sobre os indígenas, com o objetivo de fazer com que os indígenas assimilassem a cultura europeia e se transformassem em mão-de-obra da economia colonial. Cf. Almeida, 1997.

desobediência à sua autoridade, levando os bispos a responderem processos por interdições dos padres e fechamento de irmandades. Em 1874, foi decretada a prisão de D. Vital e D. Macedo Costa. No ano seguinte, Duque de Caxias, à frente do Gabinete, concedeu anistia aos bispos.

A Questão Religiosa é decorrente de um processo de reformulação da Igreja baseada no movimento conhecido como ultramontanismo<sup>26</sup> ou romanização<sup>27</sup>. O ultramontanismo é caracterizado pelo pesquisador da História da Igreja no Brasil Riolando Azzi (1974) como tridentino (reforçador das orientações estabelecidas no Concílio de Trento); romanizador (estabelecendo total obediência as orientações papais e da Cúria Romana); episcopal (com a subordinação dos sacerdotes aos bispos e respeito a hierarquia eclesiástica) e clerical (voltado para as determinações da Igreja Católica), contou com a atuação de importantes membros da hierarquia da Igreja no país:

O movimento de reforma católica, a [*sic*] cuja frente estão o arcebispo da Bahia D. Romualdo Antônio de Seixas, o bispo de Mariana D. Viçoso, o bispo de São Paulo D. Antônio Joaquim de Melo e o bispo do Pará D. Macedo Costa, visa de modo especial a reforma do clero mediante a instituição dos seminários, os retiros espirituais e as visitas pastorais. Estas, por sua vez, unidas à [*sic*] pregação das “sagradas missões”, constituem o meio de restauração da vida católica entre o povo. Destacam-se como missionários na época imperial os capuchinhos, os lazaristas e já na última década os dominicanos na província de Goiás (Azzi, 1976, p. 118).

Essa reforma capitaneada por um terço dos dirigentes da Igreja Católica no país<sup>28</sup> no país buscou reformular a atuação da Igreja Católica no Brasil, ganhando espaço no cenário político religioso brasileiro no período entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX:

Essa reforma, chamada mais tarde de “romanização” implicava, entre outras coisas, em maior aproximação da Igreja do Brasil de Roma e, conseqüentemente, numa espécie de europeização do catolicismo brasileiro. Por isso ela se voltava contra o regime do padroado que implicava em muitas amarras políticas e administrativas em relação às autoridades do Império, e também se voltava contra o catolicismo

<sup>26</sup> O ultramontanismo foi um movimento político no seio da Igreja Católica desde a Idade Média europeia (476-1453), que no século XIX foi reformulado durante o papado de Pio IX (1846-1878) e buscava o fortalecimento da autoridade do Papa, o respeito a hierarquia eclesiástica e a subordinação das igrejas pelo mundo as decisões papais. Ao longo do século XX esse movimento passou a ser conhecido como “romanização”, devido ao controle exercido pelo papado sobre a Igreja Católica no Brasil entre o século XIX e meados do século XX.

<sup>27</sup> Para compreensão do conceito de romanização no contexto brasileiro e a sua periodização no país, Cf. Santirocchi, 2010; Aquino, 2013.

<sup>28</sup> Segundo Azzi (1976), em 1889 havia no Brasil uma arquidiocese e onze dioceses.

tradicional, procurando disciplinar e educar o clero e o laicato. Entre as políticas que foram colocadas em prática pela romanização, mesmo antes, durante e após o governo diocesano de D. Macedo Costa – e não só no Pará, mas em plano nacional, por vários outros bispos romanizadores –, estavam a substituição das antigas devoções populares tradicionais por novas devoções importadas da Europa, como a do Sagrado Coração de Jesus; a criação de novas associações religiosas, como o Apostolado da Oração; a reforma do ensino dos seminários e o envio de jovens seminaristas mais promissores para completar sua formação na Europa – em São Sulpício, na França, e em Roma –, o que visava melhorar o nível intelectual e moral do clero nativo; o incentivo à vinda para o Brasil de ordens e congregações religiosas estrangeiras (europeias), femininas e masculinas, para suprir a necessidade de novos religiosos capazes de atuar no ensino, tanto de seminários como dos colégios católicos, nos hospitais, na evangelização e no controle dos centros de devoção popular (como é o caso de Belém com o culto a N. S. de Nazaré) (Maués, 1999, p. 121).

A romanização trouxe para a Igreja no Brasil uma nova forma de pensar e agir, com a emergência de novos membros da Igreja e a chegada no país de novas ordens religiosas, que contava com um clero que tinha dificuldades em seguir as determinações da Igreja (Miki, 2014). Bastide (1971) destaca os principais aspectos da romanização no país: afirmação de uma igreja hierárquica e institucional; reforma do clero em meados do século XIX para controle da doutrina, da fé, das instituições e da educação; emergência e dependência de padres europeus, principalmente de ordens religiosas, para transformação do catolicismo colonial brasileiro em um catolicismo mais universalista, com doutrinas e moral mais rígidas; e a não subserviência da Igreja aos interesses políticos locais.

As missões religiosas vindas para o Brasil desempenharam não apenas o papel de catequese das populações indígenas, mas, ao se estabelecerem em núcleos ou sedes municipais, transformaram esses lugares em pontos de encontro e fixação, desempenhando um importante papel para a invasão, ocupação e nacionalização do território e para a urbanização desses espaços. (Menezes, 2002).

Para consumação do projeto de romanização da Igreja na região amazônica foi realizada uma reorganização administrativa da Igreja na região:

Esse novo modo de proceder alcança sua plena forma com a criação da Diocese de Manaus em 1892, a elevação da Diocese de Belém a Arquidiocese (1906) e a criação das diversas Prelazias ou Prefeituras Apostólicas entregues ao cuidado dos religiosos que começaram, pouco a pouco, a chegar na região, para atuar, sobretudo, nas áreas de maior carência da presença da Igreja: inicialmente para as missões indígenas, para o seminário e para as antigas missões transformadas em Paróquias.

Chegaram aqui os frades Capuchinhos (1843), os Franciscanos (1870), os Espiritanos (1885), Dominicanos (1897), Agostinianos Recoletos, Barnabitas, Maristas, Beneditinos, Salesianos, Jesuítas, Servitas, Preciosíssimo Sangue, etc. Um dado significativo nessa história é a presença, na região, das Congregações religiosas femininas que passaram a atuar nos hospitais, leprosários, colégios, orfanatos, escolas, missões indígenas, em muitos lugares atuando lado a lado com os religiosos: Dorotéias, Filhas de Sant’Ana, Capuchinhas, Dominicanas, Irmãs de Santa Catarina... Houve também a criação de congregações femininas aqui mesmo na região (Mata, 2007, p. 24).

Nesse processo de reorganização da estrutura administrativa da Igreja na região amazônica o Amazonas contou com a criação de novas circunscrições eclesiásticas<sup>29</sup> para um maior controle e administração, por parte da Igreja, do território amazonense, como destacado por Maria Lucia Pires Menezes (2002, p. 9-10):

Em 1910, cria o papa Pio X apenas três Prefeituras Apostólicas no Brasil, sendo a primeira sediadas em Tefé e entregue a ordem dos Espiritanos franceses, a P.A. de São Paulo de Olivença a cargo dos Capuchinhos italianos da Umbria e a P.A. do Alto Rio Negro organizada pelos Salesianos. Todas localizadas no estado do Amazonas e em bordas fronteiriças. Fora elas, nenhum território brasileiro dependeu ou depende da Congregação para a Propagação de Fé<sup>30</sup> o que, consequentemente implicou na falta de apoio financeiro da Propaganda FIDE. As Prefeituras Apostólicas passaram a ser Prelazias (Alto Rio Negro em 1928 e São Paulo de Olivença em 1950) [...].

A autora não informa, mas a Prefeitura Apostólica de Tefé também foi transformada em Prelazia em 1950 (Reis, 1942), mantendo esse status até hoje em dia, e

---

<sup>29</sup> Para facilitar a compreensão da organização administrativa da Igreja Católica, destaco o texto de Jérri Roberto Marin na apresentação da obra “Circunscrições eclesiásticas católicas no Brasil: articulações entre igreja, estado e sociedade”, onde o autor traz a seguinte conceituação: “Circunscrições eclesiásticas são divisões territoriais e administrativas da Igreja Católica cujo objetivo é organizar e tornar mais eficaz a gestão e o controle das populações e do território. Seus modelos paradigmáticos são as paróquias, missões, prefeituras apostólicas, prelazias, dioceses e arquidioceses. A paróquia é uma subdivisão formada por um território religioso e uma população que está subordinada eclesiasticamente a um pároco. Uma diocese, prelazia ou prefeitura apostólica compreende determinada área territorial e população e agrupa várias paróquias, sendo uma unidade organizacional fundamental do poder pastoral. As prelazias e prefeituras apostólicas são hierarquicamente inferiores às dioceses e seu status é temporário, ou seja, após atingirem certo desenvolvimento religioso, podem ser elevadas à condição de diocese. A maior autoridade eclesiástica das dioceses é o bispo, que reside na cidade-sede, onde se localiza a catedral, edifício religioso mais importante. As dioceses, prelazias e prefeituras apostólicas estão agrupadas e organizadas em províncias eclesiásticas e são chefiadas por um arcebispo metropolitano, que é hierarquicamente superior aos bispos e prelados, mas que exerce uma jurisdição e supervisão limitada sobre elas” (Marin, 2021, p.10).

<sup>30</sup> A Congregação para Propagação da fé (*Sacra Congregatio de Propaganda Fide*), fundada no século XVII e atualmente chamada de Congregação para Evangelização dos Povos, é um órgão da Igreja Católica responsável por organizar e administrar as ações missionárias da Igreja.

desde o seu desmembramento da Diocese de Manaus (elevada a Arquidiocese em 1952) até a atualidade foi controlada pelos Espiritanos, cuja história será abordada na próxima subseção e que, dentre as ações tomadas pela Ordem no interior amazonense está a construção de paróquias em torno das quais surgiram alguns municípios amazonenses, como Itamarati-AM, que cresceu em torno da Paróquia de São Benedito.

## 1.2 A ordem dos espiritanos

A Congregação do Espírito Santo surgiu em 1703, na França, e tem como fundadores os franceses Cláude-François Poullart des Places (1679-1709), que a criou, e Francis Mary Paul Libermann<sup>31</sup> (1802-1852), que reformulou, expandiu e ampliou a atuação da ordem espiritana (Jacquot, 1998).

Cláude-François Poullart des Places, nasceu em Rennes em 27 de fevereiro de 1679 e era descendente de uma família abastada da região da Bretanha<sup>32</sup>, no Noroeste da França, tendo tido acesso à educação escolar e se formando em direito e filosofia antes de entrar para a vida religiosa (Limbour, 1909; Jacquot, 1998). Ao longo de sua vida Places teve contato com a educação jesuítica, tendo estudado no colégio jesuíta de São Tomás em Rennes, onde fez o ensino primário e secundário; no colégio dos jesuítas em Caen onde fez um curso de oratória; e no colégio jesuíta Louis-Le-Grand em Paris onde fez o curso de teologia (Limbour, 1909; Jacquot, 1998).

Durante o curso de teologia Places resolveu ser o responsável financeiro de estudantes pobres do colégio para os auxiliarem a concluir os estudos teológicos (Limbour, 1909), decisão essa relatada a seu amigo de infância Luís Grignon de

---

<sup>31</sup> Nascido Jacob Libermann em uma família judia, encontrei divergências sobre a sua real data de nascimento. Segundo seu biógrafo Goepfert (1880), Libermann nasceu em 12 de abril de 1804. Balu (2023) e as páginas *web* referentes a biografia de Libermann em diferentes *sites* dos espiritanos destacam a data de 14 de abril de 1802, como a página *web* portuguesa (<https://espiritanos.pt/libermann/>) e a italiana (<https://spiritanroma.org/pt-pt/libermann/>), enquanto a página *web* estadunidense demarca apenas o ano de 1802. Tendo em vista a aparente aceitação de 1802 como ano de nascimento de Libermann pelos espiritanos, utilizarei esse ano para demarcar o seu nascimento.

<sup>32</sup> O pai de Cláude-François des Places, chamado François-Claude Poullart des Places era membro do parlamento da Bretanha (Limbour, 1909; Jacquot, 1998) e um dos homens mais ricos de Rennes graças ao desempenhando de atividades como Inspetor da Casa da Moeda, responsável pelas rendas de abadias e priorados e cobrador de dízimos do bispado de Rennes (Jacquot, 1998). Mesmo sendo uma província da França no período, a Bretanha gozava de um certo grau de autonomia, com administração e parlamento próprios.

Montfort, com quem tinha estudado no colégio jesuíta de S. Tomás, em Rennes (Jacquot, 1998), e que após o relato o fez uma proposta:

Luís Grignon encontrava-se então em Paris e projectava fundar uma sociedade de sacerdotes destinados as missões populares. Foi visitar Claudio e pediu-lhe que se unisse a ele para juntos levarem por diante este seu projecto. Claudio não se sentia chamado a este gênero de ministério. Em vez disso propõe ao seu amigo formar-lhe sacerdotes que ele poderia depois enviar em missão: "Eu forneço-te missionários, tu, campo de trabalho para eles". Esta parceria manteve-se por muitos anos (Jacquot, 1998, p. 9).

A recusa em participar de missões populares de Places e o interesse em formar missionários pode ser visto como tendo contribuído de forma significativa para a criação de uma comunidade religiosa por Places:

C'est le 27 mai 1703, jour de la Pentecote, que l'on celebra la première messe de Communauté. Le Père des Places voulait appeler son œuvre: "Séminaire de l'Immaculée Conception". Le Père de Montfort pressait fort pour que l'on prît pour titulaire le Saint-Esprit. L'on se mit d'accord en unissant les deux vocables, et l'œuvre s'appela "Séminaire du Saint-Esprit, sous l'invocation de Marie Immaculée" (Limbour, 1909, p. 12)<sup>33</sup>.

Tendo sido criada e financiada por Places, o Seminário do Espírito Santo sob a invocação de Maria Imaculada foi uma comunidade de clérigos formada inicialmente por Places mais 12 colegas de internato que ele sustentava, tendo alugado um apartamento para todos morarem, e dois anos depois mudado para uma casa, também custeada por Places, para comportar o aumento de estudantes (Limbour, 1909, Jacquot, 1998). Desse seminário surge a ordem religiosa, e como fundador e mantenedor da congregação religiosa, Places estabeleceu os seus regulamentos, que estabeleciam a organização e as funções a serem desempenhadas por cada um dos membros (Jacquot, 1998), e uma preferência na escolha dos membros da comunidade:

Os regulamentos eram claros: *"Só admitiremos nesta casa indivíduos que sabemos serem pobres. Nunca será possível, seja a que pretexto for admitir, pessoas que possam pagar a sua pensão noutro lado. Poderemos, no entanto, receber alguns estudantes que, não sendo de todo pobres, não tenham mesmo assim meios de fazer face a todas as despesas noutro sítio. A estes será bom pedir-lhes uma módica contribuição para as despesas da casa, para que não se tomem causa*

---

<sup>33</sup> "Foi em 27 de maio de 1703, dia de Pentecostes, que a primeira Missa Comunitária foi celebrada. O Padre des Places queria chamar sua obra de 'Seminário da Imaculada Conceição'. O Padre de Montfort pressionou fortemente para que o Espírito Santo fosse considerado membro titular. Um acordo foi alcançado pela união dos dois nomes, e a obra foi chamada de 'Seminário do Espírito Santo, sob a invocação de Maria Imaculada'" (tradução nossa).

*de diminuirmos as entradas dos mais pobres, que hão-de ser sempre os preferidos*". O "estudante pobre" tinha a garantia de ser acolhido, alimentado de graça, por vezes até vestido, até ao dia em que iniciasse o seu ministério. Liberto de toda a preocupação material, seguia os regulamentos da casa cuja única finalidade era conseguir dar-lhe uma formação espiritual e intelectual sólida (Jacquot, 1998, p. 10, grifos do autor).

A escolha de estudantes pobres com o objetivo de ajudá-los a concluírem os estudos e serem ordenados para exercerem os serviços missionários e pastorais feita por Placés demonstra a íntima relação com a pobreza da ordem desde a sua gênese, com a adoção da pobreza e de uma vida regrada inclusive no tocante a alimentação como estilo de vida estabelecida por Placés pode ser visto como fruto do contexto histórico francês no início dos séculos XVII e XVIII.

A França se envolveu em diversos conflitos<sup>34</sup> entre os séculos XVII e XVIII, principalmente durante o longo reinado de Luís XIV (1643-1715), e sofreu com crise nas colheitas, o que diminuiu consideravelmente a oferta de alimentos no período. Esse fenômeno fez com que o país entrasse em uma crise econômica, política e social e que a maior parte da população francesa não apenas fosse desprovida de recursos básicos para sua sobrevivência, mais tivesse dificuldades de sobrevivência, inclusive de alimentação, sem contar com o apoio do estado absolutista. Placés viveu nesse período, marcado por profundas convulsões sociais na França devido a dificuldades dos pobres na obtenção de alimentos e com reiteradas tentativas de imposição de impostos aos camponeses na França por parte do Estado Francês e dos grandes proprietários de terras, o que fez com que a maior parte da população francesa no período fosse considerada pobre (Rudé, 1991). Na Idade Moderna europeia os pobres eram, segundo Gutton (1974), os que dispuseram apenas de seu trabalho, e essa situação não era restrita a população francesa, com a população pobre atingindo entre 10 a 20% da população europeia residente nas cidades entre os séculos XV ao século XVIII, com 75 a 80% da população do continente podendo atingir essa situação no período (Azevedo, 2001).

---

<sup>34</sup> Dentre os quais é possível destacar: a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que envolveu diversas nações europeias; A Rebelião de Fronda (1648-1653), contestação interna as ações da monarquia; a Guerra de Devolução (1667-1668) contra a Espanha; a Guerra Franco-Holandesa (1672-1678), que envolveu a Holanda e outras nações europeias e a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714), dentre outros, contribuíram para a grave crise no período que levou a França a Revolução de 1789.

Nesse contexto a população europeia pobre, que compunha uma parcela significativa da sociedade no período, tinha como grande aliado para auxiliar na sua sobrevivência a Igreja, tendo em vista que:

Soltos à própria sorte, os pobres tinham apenas na igreja uma fonte de ajuda. Como não havia nenhum serviço oficial para controlar os donativos, é a igreja que vai exercer esse papel no cotidiano, tendo como base uma teoria de que ajudar o próximo é de alguma forma se aproximar de Cristo. Isto fez com que a generosidade se tornasse, para o cristão que pensava em salvar sua alma, um sacrifício necessário. Durante os séculos XVII e XVIII, a caridade é um ato ligado, na maioria dos casos, à igreja, sendo, portanto, um ato religioso. Esse sistema funcionou até o momento em que a população começou a crescer e a urbanização se acelerou, fazendo surgir as disparidades entre as necessidades e os fundos da igreja. Com o aumento da população, aumenta a pressão pela caridade da igreja e dos homens ricos das paróquias que assumiam suas responsabilidades de cristãos (Gonçalves, 2009, p. 16-17).

No período, a Igreja era a instituição promotora da caridade, e a importância da Igreja como instituição acolhedora aos pobres se torna mais perceptível em momentos de crise social. Porém, os problemas sociais não ficam para fora dos muros das instituições religiosas, mas se fazem presentes também no espaço intramuros, e impactam na quantidade de recursos disponíveis para doação, na organização e na capacidade de ações da Igreja. O contexto de carestia de alimentos, bem como a dificuldade de desempenho da função social da Igreja de exercício da caridade, inclusive com seus próprios internos, com a dificuldade de manutenção dos próprios estudantes da Igreja impactou Places, que organizou a sua comunidade de forma que houvesse uma regra de solidariedade e de compartilhamento de alimentos igualitário:

Assim, o carácter dos primeiros espiritanos como comunidade modesta, ou mesmo minimalista, separada embora dependente duma ordem mais estabelecida, os jesuítas, correspondia a uma diferença imposta pelas circunstâncias; embora, evidentemente, haja muito na tradição cristã que sugere que a virtude pode ser derivada desta necessidade. Os traços desta necessidade são fáceis de detetar [*sic*] nos documentos da comunidade, particularmente na sua primeira Regra 17 (claramente obra de Poullart des Places, provavelmente em 1706 ou 1707). Vejamos o exemplo duma quase obsessão pela comida. O ecónomo devia ser “extremamente frugal” e o cozinheiro devia levar esta característica ao extremo, “indo buscar aos reverendos padres jesuítas os restos que eles têm a caridade de nos dar”, o que dá uma ideia da importância que projeto de des Places atribuía a esta ordem. Os residentes “não hão-de elogiar nem criticar o que acabaram de comer”, receberão porções rigorosamente idênticas (incluindo o Superior), nunca comerão fora das refeições comunitárias, etc. [...] (Parsons, 2023, p. 15-16).



O voto de pobreza, a “quase obsessão pela comida” e a divisão igualitária dos alimentos podem ser percebidos como resultantes do contexto de dificuldades na consecução de alimentos no período de surgimento dos espiritanos, que surgem e se estabelecem ainda ligados aos jesuítas e ao colégio jesuíta Louis-Le-Grand, tanto na orientação espiritual quanto na manutenção financeira (Jacquot, 1998).

Places foi ordenado padre em 1707 e veio a falecer em 1709, aos 30 anos de idade (Limbour, 1909; Jacquot, 1998). Possivelmente as difíceis condições de sobrevivência no período fizeram com que o objetivo missionário dos espiritanos ficasse em segundo plano em seus anos iniciais, com o foco da ordem sendo na formação de religiosos e não no envio de missionários.

Após a morte de Places, Luís Grignon de Montfort, que havia fundado a Companhia de Maria<sup>35</sup> em 1705, levou alguns dos espiritanos para comporem a sua ordem missionária em 1713, dando o pontapé inicial a atuação missionária dos espiritanos (Jacquot, 1998; Parsons, 2023). A ordem dos espiritanos se estabeleceu e conquistou independência dos jesuítas, tendo suas regras aprovadas em 1734 (Jacquot, 1998), permanecendo com seu propósito de auxílio na formação de religiosos pobres até o início da segunda metade do século XVIII, quando há o estabelecimento de uma nova perspectiva para atuação da ordem na França:

A maior mudança no carácter missionário e educativo dos Espiritanos ocorreu na década de 1760, após a expulsão dos Jesuítas. Não só tiveram de assumir internamente, com grandes despesas, o resto da sua missão educativa – o primeiro dos que se revelaram repetidos exemplos de Espiritanos empurrados para se tornarem uma congregação de ensino muito para além do que teriam desejado – como também tiveram de preencher o vazio deixado no império ultramarino francês pelos missionários jesuítas (Parsons, 2023, p. 19).

Ao receberem, assim como outras ordens religiosas no período, a tarefa de substituir parte das atuações dos jesuítas na França e em suas colônias, os espiritanos passaram a não apenas se preocupar com a manutenção e formação de estudantes, mas a também enviá-los em missões ao redor do mundo para suprir as lacunas deixadas pela supressão dos jesuítas, o que fez com que cerca de 1.300 missionários espiritanos formados na França até a Revolução de 1789 fossem para a China, Guiana e Canadá (Jacquot, 1998).

---

<sup>35</sup> Chamados de Missionários Monfortinos.

O crescimento da Congregação do Espírito Santo sob a invocação de Maria Imaculada foi interrompido pela Revolução Francesa em 1789, que aboliu todos os privilégios da Igreja na França, extinguindo as ordens religiosas e nacionalizando os seus bens, com os espiritanos tendo suas atividades interrompidas no período:

Durante a Revolução, o Seminário do Espírito Santo foi suprimido, os seus sacerdotes dispersos, a casa vendida. Restabelecido, e novamente suprimido por Napoleão, conseguiu a sua aprovação legal em 1816 com a obrigação de fornecer sozinho sacerdotes para todas as colônias francesas. Apesar dos seus esforços, o P. Bertout, superior da Congregação do Espírito Santo, não conseguia encontrar sacerdotes suficientes para este difícil ministério (Jacquort, 1998, p. 14).

A partir de 1816 os espiritanos se estabeleceram como uma importante ordem religiosa, com destacado papel de atuação. A dificuldade para a obtenção de missionários pelos espiritanos foi uma constante na primeira metade do século XIX, com esse problema sendo superado apenas a partir da atuação daquele que é tido como o segundo fundador da ordem, o Padre Francis Mary Paul Libermann.

#### 1.2.1 FRANCIS MARY PAUL LIBERMANN

Filho de uma importante família judia, Francis Mary Paul Libermann nasceu Jacob Libermann, sendo o quinto filho do primeiro casamento de seu pai, o rabino Lazarus Libermann, tendo nascido ao lado da sinagoga administrada por ele (Goepfert, 1880). Sua mãe, Lia Suzanna Haller, faleceu quando ele ainda era criança, em 1813, e ele foi educado no judaísmo para suceder o pai na sinagoga (Goepfert, 1880).

Seus estudos foram iniciados ainda em casa, com sua mãe (Balu, 2023), e continuaram em escolas judaicas, tanto de sua cidade natal, Saverne, na Alsácia, quanto em Metz (Goepfert, 2023). Influenciado por um irmão que era médico e cristão, Jacob Libermann foi estudar em um colégio católico em Paris, tornando-se cristão em 1826:

The missionaries of France, residing near the College Stanislaus, also took a part in this apostolate: they supplied the neophyte with books, and offered their chapel for the ceremony of Baptism, which was administered to him by the Abbé Auger, on the holy eve of Christmas, 1826. His godfather was Baron Frangoisde Mallet, and his godmother the Countess Aglae-Marie d'Heuze, a member of a charitable association of ladies, founded for the aid of new converts. Through gratitude, and as if the better to remember this great day, the neophyte wished to take the names of Francis and Mary, to which he added that

of Paul, the ardent defender of the Mosaic Law, for whom, from that time, he felt a particular devotion<sup>36</sup> (Geopfert, 1880, p. 54).

Essa adesão ao cristianismo contou com o incentivo de diferentes pessoas, e fez com que Libermann acabasse afastado de sua família. Em 1827 Liberman iniciou os seus estudos sacerdotais. No período de 14 anos em que iniciou seus estudos para ser ordenado e sua ordenação, em 1841, Libermann estudou no Colégio Estanislau e nos seminários de Saint-Sulpice e de Estrasburgo, ambos na França, e sofreu com várias crises epiléticas que retardaram a sua ordenação (Geopfert, 1880).

Durante seus estudos, Libermann teve contato com diferentes pessoas, dentre os quais os estudantes franceses Frederick Le Vasseur, natural da ilha de Bourbon<sup>37</sup>, e Eugene Tisserand, natural do Haiti, que levaram a Libermann ideia de criação de um grupo de missionários religiosos para atuarem com negros (Goepfert, 1880). Da aceitação dessa proposta surgiu, em 1841, a Congregação do Sagrado Coração de Maria, contando inicialmente com 12 membros e com o objetivo de enviar missionários para evangelização de negros (Goepfert, 1880), continham três pontos principais:

Le Vasseur's Memoir thus presents three principal elements, which later on will be taken over and developed by the true Founder of the new Society, Father Libermann. Here they are:

1. The missionary purpose of the Work: to go to those who are most abandoned, that is, who are deprived of a contact with an already established Church.
2. The carrying out of such a task cannot be achieved without the support of a community life lived in obedience and in the testimony of poverty.
3. Direct tying up with Rome. To le Vasseur, this was an indispensable condition for a truly missionary apostolate, that is, one that was detached from the ordinary structures of dioceses and parishes (Libermann, 2015, p. 5)<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> “Os missionários da França, residentes perto do Colégio Estanislau, também participaram desse apostolado: forneceram livros ao neófito e ofereceram sua capela para a cerimônia do Batismo, que lhe foi administrada pelo Abade Auger, na santa véspera do Natal de 1826. Seu padrinho era o Barão François de Mallet, e sua madrinha, a Condessa Aglae-Marie d'Heuze, membro de uma associação de caridade feminina, fundada para auxiliar os novos convertidos. Por gratidão, e como para melhor recordar esse grande dia, o neófito desejou adotar os nomes de Francisco e Maria, aos quais acrescentou o de Paulo, o fervoroso defensor da Lei de Moisés, por quem, desde então, sentia particular devoção” (tradução nossa).

<sup>37</sup> Localizada no Oceano Índico, próximo a Madagascar, atualmente é chamada de Ilha de Reunião e ainda pertencente a França.

<sup>38</sup> “As Memórias de Le Vasseur apresentam, portanto, três elementos principais, que mais tarde serão retomados e desenvolvidos pelo verdadeiro Fundador da nova Sociedade, Padre Libermann. Eis os seguintes: 1. A finalidade missionária da Obra: ir aos mais abandonados, isto é, aos que estão privados do contato com uma Igreja já estabelecida. 2. A realização de tal tarefa não pode ser alcançada sem o apoio de uma vida comunitária vivida na obediência e no testemunho da pobreza. 3. A ligação direta com Roma. Para Le Vasseur, esta era uma

Em torno desses pontos principais estabelecidos por Le Vavas seur se estrutura o grupo religioso e os seus objetivos. Enviar missionários para locais onde a Igreja não se faz presente, a relação de proximidade e aceitação da pobreza e da vida em comunidade e a obediência as ordens superiores são preceitos da Congregação do Sagrado Coração de Maria e o aproximam dos Espiritanos, que davam relevada importância a esses preceitos. O terceiro ponto, a ligação direta com as ordens emitidas pelo Vaticano, não apenas blindam as ações dos membros religiosos da política religiosa francesa, mas vai ao encontro da política de romanização da Igreja Católica no período.

Libberman, La Vavas seur e Tisserand eram homens que provavelmente não teriam tanta liberdade de atuação ou ocupariam lugares de destaque na igreja francesa no período, tendo em vista que um era ex-judeu, extremamente pobre por ter sido excluído da sua família e portador de uma doença (epilepsia) que trazia uma grande carga de preconceito social (Libermann), e dois negros oriundos de colônias francesas que buscavam formas de intervir na realidade de origem deles e na relação da Igreja com as pessoas do seu grupo étnico e social em suas localidades. Libermann tornou-se o primeiro superior do grupo e criou as primeiras regras, baseado nos votos de pobreza, castidade, obediência e submissão as ordens superiores (Goepfert, 1880; Mare, 2010). Desde os seus primeiros anos a Congregação do Sagrado Coração de Maria conseguiu atingir o seu objetivo inicial, o envio de missionários para evangelizarem negros em diferentes locais do mundo (Mare, 2010).

Ao longo da década de 1840 os objetivos e o campo de atuação dos membros da Congregação do Espírito Santo sob a invocação de Maria Imaculada e dos membros da Congregação do Sagrado Coração de Maria chegaram a ocorrer no mesmo espaço, e esse contato entre os membros das duas ordens nem sempre ocorriam de forma amistosa (Borges, 2015). Porém, havia uma aproximação ideológica entre as congregações religiosas que facilitaram a aproximação e a fusão entre elas. Ambas as congregações tinham o propósito de formação de missionários para locais que outras ordens religiosas poderiam não se interessar e tinham extrema relação com a pobreza e obediência a ordens superiores, e esses fatores, possivelmente, contribuíram para que houvesse a fusão dos dois grupos.

---

condição indispensável para um apostolado verdadeiramente missionário, isto é, desvinculado das estruturas ordinárias das dioceses e paróquias” (tradução nossa).

### 1.2.2 OS ESPIRITANOS NA ATUALIDADE

Essa fusão ocorreu após negociações que duraram anos entre os líderes dos dois grupos, e foi sacramentada após reunião ocorrida em 24 de agosto de 1848 que estabeleceu as bases para essa fusão (Limbour, 1909), que foram as seguintes:

- 1° La Congrégation restera consacrée au Saint-Esprit sous l'invocation du Saint et Immaculé Coeur de Marie.
  - 2° Les regles du Saint-Esprit, approuvées par la Sacrée Congrégation de la Propagande, seront conservées, saui les modifications touchant la pauvreté.
  - 3° L'admission des membres du second ordre sera suspendue jusqu'à nouvelle décision de la Propagande. (II n'en fut plus question).
  - 4° Copie de cet accord sera envoyée aux membres de chaque Congregation qui désormais se regarderont comme frères, et s'aimeront comme tels.
  - 5° Il sera statué ultérieurement sur les points non prévus au moyen de réglemens approuvés par la majorité.
- Cet acte porte la signature de MM. Monnet, Warnet, Gaultier, Hardy, Vidal, pour le Saint- Esprit; Libermann, Briot, Boulanger, François, Ignace Schwindenhammer, pour le Saint-Coeur de Marie (Limbour, 1909, p. 97-98)<sup>39</sup>.

Sacramentada em 4 de setembro de 1848, essa fusão conferiu a nova ordem religiosa um novo nome, que passou a se chamar Congregação do Espírito Santo sob a invocação do Sagrado e Imaculado Coração de Maria, contendo os nomes das duas congregações religiosas (Limbour, 1909). Com a proibição de aceitação de novos membros na Congregação do Sagrado Coração de Maria e a escolha de Libermann como 11° superior da Congregação do Espírito em novembro de 1848 e o primeiro após a fusão dos dois grupos, cargo que ele exerceu até a sua morte, em 1852, os membros do Sagrado Coração de Maria foram totalmente incorporados aos espiritanos e passaram a compor um único grupo.

Mesmo ficando apenas 4 anos na liderança da ordem, Libermann tornou-se uma das principais figuras da mesma, tendo significativa importância ao impulsionar o caráter missionário da ordem e estabelecer orientações para o desenvolvimento do trabalho

---

<sup>39</sup> “1° A Congregação permanecerá consagrada ao Espírito Santo sob a invocação do Sagrado e Imaculado Coração de Maria. 2° As regras do Espírito Santo, aprovadas pela Sagrada Congregação da Propaganda, serão preservadas, exceto por modificações que afetem a pobreza. 3° A admissão de membros da segunda ordem será suspensa até nova decisão da Propaganda. (Este assunto não foi mais discutido). 4° Uma cópia deste acordo será enviada aos membros de cada Congregação, que doravante se considerarão irmãos e se amarão como tais. 5° Quaisquer pontos não previstos serão decididos posteriormente por meio de regulamento aprovado pela maioria. Este ato leva a assinatura dos Srs. Monnet, Warnet, Gaultier, Hardy, Vidal, para o Espírito Santo; Libermann, Briot, Boulanger, François, Ignace Schwindenmmer, para o Sagrado Coração de Maria” (tradução nossa).

missionário em locais distantes e com pessoas que não eram o centro de interesse da Igreja (Borges, 2015), e esse trabalho missionário baseava-se na adoção de uma vida regrada, de adoção da pobreza como estilo de vida, de uma vida em comunidade, de abnegação e de obediência as ordens superiores, que permanecem com os espiritanos até a atualidade, como pode ser observado abaixo:

70. Vivendo num mundo, em que os pobres são muitas vezes oprimidos pelos ricos, queremos, com a nossa pobreza efetiva, testemunhar o advento dum mundo novo, mundo de justiça e de partilha.

70.1. A nossa pobreza e a nossa vida comum implicam igualmente a solidariedade e a partilha com as outras comunidades espiritanas e entre as circunscrições.

70.2. Como testemunho de pobreza, entregamo-nos à Providência, aceitamos os desenraizamentos culturais e por isso uma certa separação da família, até mesmo a insegurança que as nossas atividades apostólicas podem impor-nos.

71. A nossa habitação, a nossa hospitalidade e maneira de viver são simples e sóbrias. Esta simplicidade de vida aproxima-nos dos pobres, dos desfavorecidos e dos desenraizados e torna-nos solidários com eles. Facilita o nosso compromisso a seu lado, para melhorar as suas condições de vida e transformar, com eles, as estruturas injustas de que são vítimas (Congregação do Espírito Santo sob a proteção do Imaculado Coração de Maria, 2013, p. 43).

Places criou essa comunidade com o objetivo explícito de auxiliar estudantes pobres a se manterem durante o curso e se formarem, e após a ordenação poderem exercer a função de missionários, estando a disposição para execução de serviços que outros grupos religiosos poderiam não se dispor para realizar, teve esse aspecto missionário amplificado por Libermann que buscou orientar e efetivar o trabalho missionário da ordem (Limbou, 1909), inclusive para execução de serviços que não despertem o interesse de outras ordens é na atualidade um dos lemas dos espiritanos, como pode ser visto na imagem a seguir:

Imagem 11: Página da internet com os lemas da Ordem dos Espiritanos

**Vocação e Missão** INÍCIO / QUEM SOMOS / VOCAÇÃO E MISSÃO

É no coração do Povo de Deus e entre outras vocações suscitadas pelo Espírito Santo, que nós, Espiritanos, somos chamados pelo Pai para o anúncio da Boa Nova do Reino, no seguimento de seu Filho.

Com mais de 300 anos de missão, os Espiritanos olham o futuro com renovada confiança na ação do Espírito Santo. São estas as suas prioridades:

- Ao lado dos mais pobres e abandonados**  
*"Somos os advogados, o sustentáculo dos fracos e dos pequenos contra todos aqueles que os oprimem"*
- Ao serviço da primeira evangelização**  
*"Vamos, primeiro, para aqueles que não ouviram a mensagem do Evangelho"*
- Em defesa da Justiça e da Paz**  
*"Daremos uma atenção especial a tudo o que serve para promover a reconciliação e a resolução de conflitos"*
- Ao serviço das Igrejas locais**  
*"Assumimos tarefas para as quais a igreja dificilmente encontra obreiros"*
- No diálogo com as outras religiões**  
*"Dialogamos e colaboramos lealmente com os responsáveis e os crentes de outras religiões"*

Tendo Maria como modelo, vivemos a nossa missão na docilidade ao Espírito Santo. Somos consagrados ao Espírito Santo, mas vivemos também sob a protecção do Coração Imaculado de Maria.

Retendo como ideal de vida fraterna e apostólica o que se dizia das primeiras comunidades cristãs, a Congregação tomou como divisa: «Um só coração e uma só alma» (Cf. Act. 4, 32).

Fonte: <https://espiritanos.pt/missao/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Atualmente os Espiritanos conservam o seu carácter missionário, contando em 2022 com 2.729 membros trabalhando em mais de 60 países do mundo (Begley, 2023), e conseguiram destacada importância na estrutura da Igreja Católica, com seus membros ocupando cargos e exercendo funções de destaque na hierarquia católica. Sobre esse fato, o missionário spiritano Michael Begley (2023, p. 123) afirma que:

Ao longo dos anos, os membros da Congregação do Espírito Santo desenvolveram uma longa tradição de assistência à Igreja universal na sua liderança e supervisão das comunidades a nível local. Desde 1767, os então 222 membros da família spiritana forneceram dois cardeais, 46 arcebispos, 128 bispos ou vigários apostólicos e 46 outros prelados cuja tarefa foi supervisionar o desenvolvimento administrativo e pastoral de várias regiões eclesásticas. Destes, 48 ainda estão vivos e quatro Espiritanos desempenham actualmente funções importantes a nível da Conferência Episcopal. Dois Espiritanos são agora Secretários Gerais da Conferência Episcopal do Lesoto e da Conferência Episcopal de Angola e Saint-Tomé. Dois outros são Presidente da Conferência

Episcopal do Oceano Índico e Vice-Presidente da Conferência Episcopal do Paraguai.

Os importantes cargos e funções exercidas por membros da Congregação do Espírito Santo descritos pelo autor exemplificam o *status* ocupado pelo ordem, que teve a sua atuação amplificada a partir da segunda metade do século XIX, notadamente na atuação missionária da ordem, com o envio de missionários para missões em diversos locais do planeta, e dentre os locais o Brasil, que, conforme visto anteriormente, passava por um processo de reformulação da atuação da Igreja Católica no período, e dentre as ações realizadas nesse processo a chegada de novas ordens religiosas no país se fazia presente, com os Espiritanos sendo uma dessas ordens que passaram a atuar em território brasileiro a partir da segunda metade do século XIX.

### 1.3 Espiritanos na Amazônia

Entre os séculos XVI e XIX aproximadamente 11 milhões de pessoas foram sequestrados de seus locais de origem no continente africano e aportaram em portos americanos para serem escravizados, dentre os quais 4 milhões desembarcaram em portos no Brasil (Albuquerque; Fraga Filho, 2006). A congregação religiosa criada por Libermann, Le Vavas seur e Tisserand, Sagrado Coração de Maria, tinha o propósito de trabalhar com negros, o Brasil, contando com mais de 1,5 milhões de escravos em um total de menos de 10 milhões de pessoas (Brazil, 1974?) logicamente despertaria o interesse do grupo religioso. Segundo o missionário Espiritano Antônio Farias (2004), ainda em 1844 Libermann tinha planos de enviar missionários para o Brasil. A fusão com os Espiritanos e a escolha de Libermann como Superior Geral da Ordem trouxe poder para o grupo, mas os planos de envio de missionários para o Brasil não foram realizados durante o período de vida de Libermann, tendo sido efetivado após negociações com o então Bispo do Pará, Dom Macedo Costa (1830-1891), um dos principais nomes da Romanização no Brasil, que tinha tido contato com os Espiritanos desde o seu período de estudos na França e na Itália (Gruyters; Ferreira, 2002).

Em 1885 chegaram no Brasil os primeiros Espiritanos a para administrar o seminário de Nossa Senhora do Carmo em Belém, função essa exercida até 1897 quando, por divergências com o Bispo de Belém à época, Dom Antônio Brandão, os Espiritanos deixaram de atuar em Belém<sup>40</sup> (Farias, 2004). Nesse mesmo ano a ordem religiosa iniciou suas atividades no Amazonas, resultado de negociações que ocorriam desde 1893 entre o

---

<sup>40</sup> Segundo Farias (2004), apenas na segunda metade do século XX, a partir da década de 1960, os espiritanos retornaram a atuar em Belém, na administração de Paróquias.



padre espiritano Xavier Libermann (sobrinho de Francis Mary Paul Libermann) e o primeiro Bispo de Manaus, Dom José Lourenço da Costa Aguiar (1847-1905), para o envio de missionários para o Amazonas, principalmente para trabalhar no interior do Estado com indígenas (Gruyters; Ferreira, 2002).

Como condição para o envio de missionários, o Conselho Geral dos Espiritanos estabeleceu pontos que deveriam ser atendidos pelo Bispo de Manaus: um ponto de apoio permanente em Manaus; obediência direta a Congregação da Propagação da Fé; custos das viagens dos missionários por conta da Diocese; e que os recursos conseguidos no ministério pudessem ser utilizados pelo Conselho Geral (Farias, 2004). Com a aceitação por parte de Dom José Lourenço da Costa Aguiar desses pontos, alguns missionários espiritanos foram enviados para o Amazonas:

Foi a 13 de abril de 1897 que, a pedido do então Bispo de Manaus, Dom Lourenço Aguiar, o Pe. Xavier Libermann, sobrinho do nosso segundo fundador, tomou o barco em Lisboa para se dirigir à Amazônia, juntamente com mais 3 companheiros franceses: os padres Friederich e Parissier e o irmão Donaciano. O objetivo era, segundo o contrato feito pelo Bispo com a Congregação, a evangelização dos povos indígenas (Missão [...], 2016, p. 6).

Os padres Friedrich e Parissier assumiram a Igreja de São Benedito em Manaus, que seria o ponto de apoio para a missão dos Espiritanos, e os Padres Xavier Libermann e Louis Berthon, em companhia dos irmãos<sup>41</sup> Tito Kuster e Donaciano Hoffman se dirigem para Tefé e lá recebem uma porção de terra nos arredores da cidade, onde iniciam suas atividades de evangelização e de formação profissional na região com a construção da Escola Agrícola e Industrial da Boca de Tefé (Gruyters; Ferreira, 2002; Farias, 2004). A instituição supracitada, também chamada de “Comunidade da Missão” (Oliveira, 2003), “Boca da Missão” (Teles; Abreu, 2014) ou simplesmente “Missão” se constituía em um complexo onde funcionavam internatos, olarias, carpintarias, dentre outras atividades de formação profissional ali desempenhadas se constituindo em um importante local de formação profissionalizante na região (Oliveira, 2023; Gruyters; Ferreira, 2002).

Este lugar, desde então, chamado “Missão”, tornou-se, com efeito, um pólo de desenvolvimento não só religioso como cultural, social e mesmo econômico. Enquanto uns ficavam na Missão fazendo funcionar as diversas escolas profissionais entretanto fundadas, outros navegavam, com os meios possíveis, pelos rios Solimões, Japurá, Juruá,

---

<sup>41</sup> “Irmãos” é a forma como os Espiritanos se referem aos membros leigos da ordem, pessoas que seguem os votos da ordem, mas não são ordenados.

Jutaí e outros acima, até ao Peru e à Colômbia, levando a Palavra de Deus e os sacramentos aos grupos indígenas então espalhados ao longo dos numerosos rios e lagos da região (Missão [...], 2016, p. 6).

Aliado a Escola Agrícola e Industrial da Boca de Tefé, os Espiritanos criaram posteriormente na cidade o Seminário São José, o Colégio Santa Tereza, o Externato São José, a Banda de música Santa Cecília, o Externato feminino, a Escola de canto para moças, o prendário feminino e a Escola Normal Rural (Menezes, 2002), que transformaram Tefé em um polo de formação profissional e religiosa para o interior do Amazonas.

Ao longo da segunda metade da década de 1900 os Espiritanos passaram a ser incentivados a assumir mais responsabilidades no Amazonas. Baseado no sucesso da Escola Agrícola e Industrial da Boca de Tefé, ocorreu uma articulação para que os Espiritanos assumissem a Escola Industrial e Agrícola de Paricatuba, o que ocorreu no período 1906-1908, sem atingir o mesmo sucesso (Farias, 2004). Além dessa infrutífera empreitada, os Espiritanos tiveram o apoio do segundo Bispo de Manaus, Dom Frederico Benício de Souza Costa (1875-1948), para o desenvolvimento e ampliação de suas atividades.

O novo Bispo de Manaus, Dom Frederico Costa, ex-aluno do seminário do Carmo de Belém e amigo dos Espiritanos, logo concedeu ampla jurisdição aos padres da Missão de Tefé e insistia com Roma para ser criada a Prefeitura Apostólica de Tefé. Pensava-se em dividir a diocese de Manaus em três ou quatro prelazias, a de Tefé seria confiada aos Espiritanos. Entretanto o visitador, Pe. Xavier Shurrer, regressou a Paris em julho 1907 com um contrato pelo qual o novo Bispo de Manaus confiava “em perpetuidade” a paróquia de Tefé à Congregação, cujos limites coincidiam com os da prefeitura projectada, o que dava aos Espiritanos um vasto campo de apostolado. O Bispo aposentou o cónego Dupuy com 68 anos, pároco de Tefé durante 25 anos, que regressou a França e nomeou pároco o Pe. Donnadieu, o primeiro espiritano pároco de Tefé. Em 1908 o Bispo visitou Tefé e a Missão, ficou satisfeito com o movimento e nomeou o Pe. Parissier como vigário de Fonte Boa, ampliando assim o campo de acção dos Espiritanos (Farias, 2004, p. 11).

Durante a gestão de Dom Frederico Benício de Souza Costa (1907-1913) na Diocese de Manaus os Espiritanos contaram com liberdade de atuação e expansão territorial de suas atividades, assumindo paróquias em diferentes locais do Estado, contando inclusive com o apoio do Bispo para assumir a Prefeitura Apostólica de Tefé, criada em 1910. O primeiro administrador dessa prefeitura foi o espiritano francês Dom Miguel Alfredo Barrat (1864-1950), conhecido como Monsenhor Barrat, que tinha

trabalhado no Escola Agrícola e Industrial de Paricatuba no período que os Espiritanos a administraram.

Ainda nos primeiros anos da administração de Monsenhor Barrat (1910-1946) há a expansão das atividades dos Espiritanos no Amazonas, não restritos apenas a Tefé, mas em regiões do Rio Solimões e do Rio Juruá, que, mesmo pertencente a Diocese de Manaus, é confiada em 1912 aos Espiritanos, que irão desenvolver na região as suas atividades missionárias, desobrigas<sup>42</sup> (Farias, 2004), criação de Paróquias, como a de Nossa Senhora da Glória, em Cruzeiro do Sul no Acre em 1915, e participaram da criação de municípios, como o município de Carauari, em 1911 (Menezes, 2012).

A partir de 1919 Monsenhor Barrat enfrentou problemas referentes a falta de padres na Prelazia. A administração dos Espiritanos resolveu passar o controle da missão para os Espiritanos Alemães nesse ano, o que sofreu oposição de Monsenhor Barrat e não se concretizou (Gruyters; Ferreira, 2002). Em 1931 foi criada a Prefeitura Apostólica do Alto Juruá<sup>43</sup> e seu controle foi passado para os Espiritanos alemães, de forma independente da Prefeitura de Tefé.

A pouca presença de padres na Prelazia de Tefé, que contava com apenas 6 sacerdotes em 1942 (Farias, 2004), só veio a se modificar com a nomeação do Padre Espiritano holandês Joaquim de Lange (1906-1992) para substituir Monsenhor Barrat em 1946 no comando da Prelazia, com o envio de 10 padres holandeses (Gruyters; Ferreira, 2002). Em 1950, com a elevação da Prefeitura Apostólica de Tefé a Prelazia de Tefé, o Padre Joaquim de Lange tornou-se o seu administrador apostólico, e, após a sua ordenação para Bispo em 1952, Dom Joaquim de Lange, que ficou conhecido como Monsenhor Joaquim, tornou-se o Bispo titular da Prelazia, função que exerceu até a sua renúncia por idade em 1982 (Gruyters; Ferreira, 2002).

Ao longo da segunda metade do século XX os Espiritanos, tanto alemães quanto holandeses, expandiram as suas atividades no Brasil, e a partir dos anos 1970 chegaram ao país os Espiritanos irlandeses e os portugueses, que passaram a desenvolver suas atividades em todas as regiões do país, com a criação de seminários, escolas, além da

---

<sup>42</sup> Prática de viagens realizadas por membros da Igreja Católica a regiões distantes de paróquias ou de difícil acesso, onde eles buscam contato com pessoas que moram longe das paróquias para catequizar, converter e levar os sacramentos.

<sup>43</sup> Com sede no município de Cruzeiro do Sul, no Acre, A Prelazia do Alto Juruá foi elevada a Diocese de Cruzeiro do Sul em 1987 e na atualidade é responsável pelas paróquias de 8 municípios acreanos (Cruzeiro do Sul, Feijó, Mâncio Lima, Porto Walter, Marechal Taumaturgo, Rodrigues Alves, Tarauacá e Jordão) e 4 municípios amazonenses (Guajará, Envira, Ipixuna e Eirunepé). Cf. <https://diocesecruzeirodosul.org.br/historia-da-diocese/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

criação e administração de paróquias (Farias, 2004). No Amazonas, a atuação de Dom Joaquim de Lange de reorganização pastoral na Prelazia e de maior presença de religiosos na Amazônia culminou na criação de várias paróquias no território administrado pela Prelazia, como Carauari e Alvarães (1958), Jutai (1950), Itamarati (1958), Uarini (1969), Juruá (1971), Maraã (1981), dentre outras, com muitas dessas paróquias se constituindo em municípios amazonenses na atualidade (Abreu; Oliveira, 2019; Lucena; Coelho, 2022).

## 2 ITAMARATI-AM: A CRIAÇÃO DE UM MUNICÍPIO

Nessa seção buscarei analisar as emancipações políticas de Itamarati-AM, bem como as ações paroquiais e educacionais para a construção do núcleo urbano do município, utilizando como fontes documentos oficiais, legislações nacional e estadual, documentos paroquiais, documentos oficiais, livros de memórias e fotografias. Devido à ausência de referências sobre a criação de municípios no Amazonas no período do século XX no qual Itamarati-AM foi emancipado do município de Carauari, inicialmente em 1961, reintegrado a Carauari em 1964 e emancipado definitivamente em 1983, iremos inserir os processos de emancipação política de Itamarati-AM no processo de surgimento de municípios no Amazonas e no Brasil no período.

Itamarati-AM não é um município solto no tempo e espaço. Ele está inserido em um contexto histórico, e para compreensão de seu percurso ao longo do tempo é necessário analisar os contextos estadual e nacional do seu período de emancipação, extinção e posterior emancipação. Estudar a história de um município amazonense distante da capital 983 km é uma tarefa extremamente difícil, tendo em vista a dificuldade em encontrar registros históricos. Em pesquisa sobre a criação e extinção de municípios amazonenses entre 1955 e 1964, Dutra e Pereira (2018, p. 52) destacam que:

Na história da configuração municipal do Amazonas, maior Estado da Federação, faltam registros que apontem, com clareza e precisão, os aspectos norteadores adotados em sua divisão territorial, que conta hoje com apenas 62 municípios, com área média de 25 mil km<sup>2</sup>, enquanto a média nacional é de apenas 1,5 mil km<sup>2</sup>. Com exceção de alguns dos atuais municípios existentes no Amazonas, os motivos e condicionantes históricos que determinaram sua divisão municipal ainda permanecem obscuros. As motivações para criação e extinção dos municípios amazonenses, quaisquer que sejam a natureza delas – culturais, econômicas, políticas e/ou geográficas, por exemplo –, juntamente de seus respectivos atos de criação ou extinção, são matérias de escassos registros históricos.

Auxilia na pouca existência de registros históricos sobre a formação dos municípios amazonenses um fenômeno regional: o “sumiço” de documentos municipais oficiais, que ocorrem de uma administração para outra. Muitas vezes, mesmo quando a sucessão na administração do executivo ou legislativo municipal ocorre entre aliados políticos, os documentos oficiais da gestão anterior não são encontrados, o que acaba contribuindo para que os municípios e seus habitantes acabem tendo a sua própria história não registrada.

Diante desse fato e do interesse de analisar a emancipação política de Itamarati-AM inserindo-a nos contextos nacional e regional, considero de suma importância buscar compreender como se deu o surgimento dos municípios no Brasil e no Amazonas. O Estado do Amazonas possuía 25 municípios até 1955 (Dutra; Pereira, 2018), e essa quantidade pequena de municípios, mesmo com a grande quantidade de terras que compõem o Estado, se deve as características regionais, tendo em vista que desde o século XVI as cidades foram sendo criadas, em sua grande maioria, em função de um rio, de um espaço estratégico, muitas vezes a partir de fortes construídos para defesa do território, ou decorrentes da apropriação do território.

Antes de 1955, o último ano em que foram criados municípios amazonenses foi 1938, com a publicação do Decreto n. 68, de 31 de março de 1938, no governo do então interventor federal Álvaro Botelho Maia<sup>44</sup>, que estabeleceu a mudança de nome dos municípios de Floriano Peixoto e Silves para Santa Maria da Boca do Acre e Itapiranga<sup>45</sup>, respectivamente, e criado os seguintes municípios: Urucurituba, Urucará, Barreirinha, Borba, Codajás, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Carauari<sup>46</sup>, Canutama, Moura, Barcelos e São Gabriel, além dos dois citados anteriormente que tiveram seus nomes modificados (Amazonas, 1938b).

Enquanto nos anos 1930 houve a criação de municípios no Amazonas, essa situação só veio ocorrer novamente na década de 1950, com a criação de centenas de

---

<sup>44</sup> Álvaro Botelho Maia foi chefe do executivo estadual do Amazonas por 3 períodos: 1930-1933, sendo interventor federal nesse período; 1935-1945, sendo eleito pela Assembleia Estadual Constituinte em 1935 e, a partir de 1937, sendo novamente interventor federal; e no período 1951-1954, tendo sido eleito para o cargo de governador, tendo renunciado em 1954 para concorrer a uma vaga ao senado federal, não tendo logrado êxito. Para mais informações biográficas sobre Álvaro Maia, Cf. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-botelho-maia>.

<sup>45</sup> O ato de criação desse município estabeleceu como sede a atual sede do município de Silves, e não a sede do atual município de Itapiranga, que veio a tornar-se o município independente de Silves em 1956. A história desses dois municípios se confunde desde o século XVIII, sendo que a divisão estabelecida em 1956 que estabeleceu os dois municípios persiste até os dias atuais.

<sup>46</sup> Importante destacar que o município de Carauari já existia desde 1913, tendo sido extinto em 1930, com seu território sendo reanexado ao município de Tefé. No ano seguinte, 1931, Carauari voltou a ser novamente considerado município. Ou seja, o decreto n. 68 de 1938 tornou município um município que já possuía essa denominação desde o início da década de 1930. Para mais informações sobre a história de Carauari, CF.

[https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=3102#:~:text=Hist%C3%B3rico%3A%20denomina%C3%A7%C3%A3o%20do%20munic%C3%ADpio,hist%C3%B3rico%3A%20Carauari%20\(AM\)](https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=3102#:~:text=Hist%C3%B3rico%3A%20denomina%C3%A7%C3%A3o%20do%20munic%C3%ADpio,hist%C3%B3rico%3A%20Carauari%20(AM))

municípios no intervalo 1955-1964, quando o Amazonas passou a contar com mais de 250 municípios (Dutra; Pereira, 2018), tendo o município de Itamarati-AM surgido nesse contexto.

Diante desse *boom* de surgimento de municípios no Estado nos anos 1950-1960, surgiu o questionamento: Quais acontecimentos históricos fizeram com que ocorresse a criação desse grande número de municípios no Amazonas, que aumentou em mais de dez vezes a quantidade de municípios que tinha em um período de 10 anos? Com o propósito de responder a esse questionamento, busquei perceber, em nível estadual e nacional, o contexto político que provocou esse aumento expressivo de municípios no Amazonas.

Destaco que a história enquanto ciência é marcada por constantes rupturas e permanências, e a noção de acontecimento é ligado a ideia de mudança, sendo o período em que ocorrem as transformações nas sociedades. Nessa perspectiva, é possível afirmar que:

Acontecimento, podemos acrescentar, significa a expressão tangível e, ao mesmo tempo, em certo sentido, a *unidade mínima identificável* de movimento. O tipo de movimento que chamamos processo é igualmente uma sequência de acontecimentos que, falando rigorosamente, estão sujeitos a uma lei de comportamento. A existência do acontecimento e, como consequência, do movimento, é, sem dúvida, a condição necessária e suficiente da mudança, ainda que o acontecimento *não seja* a própria mudança (Aróstegui, 2006, p. 333).

Dessa forma, entendo que para analisar o *boom* na criação de municípios amazonenses no período entre 1955-1964 é necessário buscar identificar quais fatores anteriores a esse período possibilitaram esse significativo aumento de municípios, e como esse aumento se relaciona com os contextos políticos estadual e nacional.

Após o Estado Novo<sup>47</sup>, foi promulgada, em 1946, uma nova constituição federal. Essa constituição ficou marcada pela tentativa de descentralização administrativa, de uma relação de igualdade nas relações de poder e de autonomia administrativa de estados e municípios (Meireles, 1998). Para os municípios, o princípio de autonomia se fez presente no texto constitucional nos artigos 23 e 28, reproduzidos abaixo na íntegra:

---

<sup>47</sup> Forma como é conhecido o período 1937-1945 da república brasileira. O Estado Novo foi uma ditadura comandada por Getúlio Vargas, iniciada com um golpe de estado em 10 de novembro de 1937, e finalizada com a renúncia de Vargas em 29 de outubro de 1945.

Art. 23. Os Estados não intervirão nos Municípios, senão para lhes regularizar as finanças, quando:

I – se verificar impontualidade no serviço de empréstimo garantido pelo Estado;

II – deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, a sua dívida fundada.

Art. 28. A autonomia dos Municípios será assegurada:

I – pela eleição do Prefeito e dos vereadores;

II – pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação

das suas rendas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

§ 1º Poderão ser nomeados pelos governadores dos Estados ou dos Territórios os

prefeitos das capitais, bem como os dos Municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União.

§ 2º Serão nomeados pelos governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país (Brasil, 1946).

A autonomia municipal se dava até mesmo com relação aos estados, sendo vetado aos estados a intervenção nos municípios, salvo em situações específicas. Essa autonomia administrativa se deu na constituição federal também com a destinação de recursos para os municípios, que passaram a ter recursos próprios previstos nos artigos 15 e 29 Constituição:

Art. 15. Compete à União decretar impostos sobre:

I – importação de mercadorias de procedência estrangeira;

II – consumo de mercadorias;

III – produção, comércio, distribuição e consumo, e bem assim importação e exportação de lubrificantes e de combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, estendendo-se esse regime, no que fôr aplicável, aos minerais do país e à energia elétrica;

IV – renda e proventos de qualquer natureza;

V – transferência de fundos para o exterior;

VI – negócios de sua economia, atos e instrumentos regulados por lei federal.

[...]

§ 2º A tributação de que trata o n. III terá a forma de impôsto único, que incidirá sobre cada espécie de produto. Da renda resultante, sessenta por cento no mínimo serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, proporcionalmente à sua superfície, população, consumo e produção, nos termos e para os fins estabelecidos em lei federal.

[...]



§ 4º A União entregará aos Municípios, excluídos os das capitais, dez por cento do total que arrecadar do imposto de que trata o no IV, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se, pelo menos, metade da importância em benefícios de ordem rural.

[...]

Art. 29. Além da renda que lhes é atribuída por força dos §§ 2º e 4º do art. 15, e dos impostos que, no todo ou em parte, lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios os impostos:

I – predial e territorial urbano;

II – de licença;

III – de indústrias e profissões;

IV – sobre diversões públicas;

V – sobre atos de sua economia ou assuntos de sua competência (Brasil, 1946).

A partir da Constituição de 1946 os municípios passaram a dispor de impostos próprios para sua administração, o que visava uma maior independência dos municípios frente aos estados. A participação dos municípios na arrecadação da União e dos Estados, bem como a existência de impostos que seriam arrecadados integralmente por eles significou um importante marco para os municípios brasileiros. Sobre os avanços na questão orçamentária para os municípios presentes na Constituição de 1946, Lima Sobrinho (2012, p. 3) destacou que:

No correr do tempo, a República sacrificou muito os Municípios, não só lhes restringindo a autonomia, cada vez mais ameaçada pelos Estados, senão também os desfavorecendo na discriminação das rendas públicas.

Pouco a pouco, a fatia do leão coube ao Tesouro Federal, que arrecadava mais de 63% dos tributos pagos a todos os brasileiros, ao passo que os Municípios, em 1945, não chegavam a receber 7%, cabendo a diferença aos Estados (mais ou menos 30%).

Esse fenômeno impressionou vivamente os constituintes. Para melhorar as finanças dos Municípios, deram-lhes todo o Imposto de Indústrias e Profissões (antes tinham só 50% dele); uma quota em partes iguais, no rateio de 10% do Imposto de Renda excluídas as capitais; e quando a arrecadação estadual de impostos, salvo o de exportação, excedesse, em Município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-ia anualmente 30% do excesso arrecadado.

A partir da Constituição de 1946 os municípios brasileiros passaram a ter uma autonomia administrativa e financeira que nunca tinham tido ao longo da história do país, com uma significativa ampliação das receitas dos municípios, e isso serviu de estímulo para a criação de novos municípios no país. Como destacado por Dutra e Pereira (2018, p. 55), “O fortalecimento dos municípios e a localização deles em um novo patamar de importância político-regional promoveram um momento de intensa divisão territorial em todos os Estados”.

Curiosamente essa intensa divisão territorial não foi observada no Amazonas na segunda metade da década de 1940 mesmo com mais um incentivo econômico para os municípios amazônicos, incentivo esse inserido na Constituição de 1946 pelo deputado federal amazonense Leopoldo Peres (Lima Sobrinho, 2012) com a criação do Plano de Valorização da Amazônia:

Art. 199. Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

*Parágrafo único.* Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal.

O Plano de Valorização da Amazônia não serviu inicialmente de estímulo para o surgimento de municípios no Amazonas. A Constituição Estadual de 1947, determinou, em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 17º. Os municípios deverão, no prazo de dois anos, a contar da promulgação deste Ato, promover, por acôrdo, a demarcação de suas linhas de fronteiras, podendo, para isso, fazer alterações e compensações de áreas, que atendam aos acidentes naturais do terreno, às conveniências administrativas e à comunidade das populações lindeiras (Amazonas, 1947).

Essa determinação de demarcação de fronteiras seguiu padrão de outras constituições estaduais<sup>48</sup> promulgadas no período, e em outros locais do país facilitou a criação de novos municípios, o que não ocorreu nos anos 1940, tampouco na primeira metade da década de 1950 no Amazonas. Dutra e Pereira (2018) afirmam que no período entre o fim do Estado Novo (1937) e a instauração da Ditadura Civil Militar no Brasil (1964), aproximadamente 2.379 municípios foram criados no Brasil, o que demonstra a pujança nesse processo de formação de municípios no período.

---

<sup>48</sup> A exemplo das Constituições Estaduais do Rio de Janeiro ([https://www2.alerj.rj.gov.br/biblioteca/assets/documentos/pdf/constituicoes/rio\\_de\\_janeiro/constituicao\\_1947/Constituicao\\_1947.pdf](https://www2.alerj.rj.gov.br/biblioteca/assets/documentos/pdf/constituicoes/rio_de_janeiro/constituicao_1947/Constituicao_1947.pdf)); Minas Gerais (<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/CON/1947/1947/?cons=1>); Rio Grande do Sul ([https://ww2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=ab\\_rJmqsoWc%3D&tabid=3456&language=pt-BR](https://ww2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=ab_rJmqsoWc%3D&tabid=3456&language=pt-BR)) e Santa Catarina ([https://www.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/Const\\_Est\\_1947.pdf](https://www.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/Const_Est_1947.pdf)), também promulgadas em 1947 e que estabeleceram a obrigatoriedade dos municípios estabelecerem seus limites.

Tendo em vista que o Amazonas não seguiu o padrão nacional de criação de municípios nos anos 1940 até meados dos anos 1950, quais foram os acontecimentos que possibilitou a grande quantidade de municípios no Amazonas no período 1955-1964? Dutra e Pereira (2018) alertam para a precariedade e a escassez dos registros históricos para a análise dos fatos, motivos e razões para a criação e anulação dos municípios amazonenses no período. Diante da falta dessas informações, uma análise do contexto histórico amazonense na primeira metade dos anos 1950 fornece indícios para uma maior compreensão dos motivos que fizeram o Amazonas não ter passado por um processo de criação de municípios entre a segunda metade da década de 1940 e primeira metade da década de 1950, e ter passado por uma explosão de criação de municípios a partir de 1955.

O Amazonas chegou à década de 1950 em uma situação financeira extremamente complicada, devido a segunda crise da Borracha. Com o término da Segunda Grande Guerra (1939-1945) a economia amazonense estava passando por dificuldades, como destacado por Renha (2017, p. 97):

No começo da década de 1950, o Amazonas encontrava-se em circunstâncias complicadas em todos os aspectos. Sua economia estava presa à indústria extrativa, praticamente não existia pecuária e a agricultura exibiu rendimento apenas local. Não existia crédito ou qualquer tipo de financiamento regular para projetos industriais ou o custeio de safras. Seu sistema de transportes era precário e antiquado [...].

Nesse contexto, Manaus passava a concentrar os parques e insuficientes recursos financeiros estaduais, contando com a falta de recursos até mesma para a manutenção dos prédios públicos, e o impacto da crise econômica provocada pela crise da venda borracha fez com que houvesse um grande êxodo para a capital, fazendo com que cada vez mais fosse necessário o gasto com recursos públicos em Manaus, provocando menos investimento nos municípios do interior, como destaca Nunes (1951, p. 142):

A concentração das riquezas e das vantagens na capital ampliava as correntes do êxodo. Para sustentar os crescentes serviços na capital, era preciso extrair e negar maiores recursos ao interior. Consequentemente o Estado evoluiu, cada vez mais, para a condição de um órgão caro, entre a União e os Municípios, preocupado em haurir proventos para a manutenção de sua sede.

Essa dinâmica vivenciada no Amazonas desde o fim da Segunda Grande Guerra efetivamente desestimulava a criação de novos municípios no interior do Estado. Porém, acredito que o acontecimento que veio a mudar esse panorama e que contribuiu

decisivamente para a intensa criação de municípios a partir de 1955 foi a criação, em 1953, da Lei 1.806, que buscava regulamentar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto na Constituição Federal de 1946 (Brasil, 1953). Essa Lei criou o Fundo de Valorização da Amazônia, que contava inicialmente com o aporte de 8 milhões de cruzeiros (Brasil, 1953), equivalente a R\$ 9.151.013,21<sup>49</sup> na atualidade. Além desse valor, o fundo contava, conforme estabelecido no texto constitucional de 1946 e replicado na Lei 1.806/53, com a destinação de 3% da arrecadação da União, dos Estados e municípios da região<sup>50</sup> para comporem esse fundo.

Essa Lei criou também a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (Brasil, 1953)<sup>51</sup>, com sede em Belém e que teve como primeiro superintendente Arthur César Ferreira Reis, político e escritor amazonense, futuro interventor no Amazonas no período 1964-1967. A publicação dessa Lei produziu impactos diretos no cenário político amazonense, com expectativa positiva para o futuro do Estado:

É certo, senhores Deputados, que nos alentam as grandes esperanças do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que nos dará braços que nos ajudem a povoar o nosso deserto; mas já vos disse que essa linda miragem ainda nos sorri de longe, pois que a burocracia e a técnica consumirão todo este ano de 1953 em demorados estudos, e nós temos de pautar a vida do Estado sem delongas, dentro do realismo duro da hora atual (Amazonas, 1953, p. 120).

Esse discurso do então governador Álvaro Botelho Maia deixa transparecer a expectativa de melhoria econômica do Estado com a criação da Lei 1.806/53 ao longo do tempo. Porém, deixa claro que a situação econômica do Estado não era das melhores e que os problemas do Estado não seriam sanados de forma imediata. Obviamente esses problemas não foram extintos com as medidas e ações do SPVEA, que, mesmo investindo

---

<sup>49</sup> Cálculo de atualização feito pelo Índice Geral de preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) *pro rata die* no período 01/01/1953 a 23/09/2024. O cálculo foi realizado a partir do link <https://drcalc.net/index.asp>. Acesso em: 23 set. 2024.

<sup>50</sup> O território que essa lei abrangia é o da Amazônia Legal, com o estabelecimento dos limites da Amazônia brasileira atendida por essa lei em seu artigo 2º: “A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º” (Brasil, 1953, p. 13).

<sup>51</sup> A SPVEA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966.

maciçamente na região da Amazônia Brasileira, contou com suspeitas de desvios de recursos e com constantes faltas de repasses da União, dos Estados e municípios para o desenvolvimento de seus projetos<sup>52</sup> (Renha, 2017).

A criação da SPVEA em 1953 e suas ações a partir desse ano no Amazonas, a promessa de aporte de recursos para o desenvolvimento da Amazônia e do Amazonas no período, aliado a ações como a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a inauguração do aeroporto de Ponta Pelada, ambos em 1954, bem como a descoberta do petróleo no município amazonense de Nova Olinda do Norte em 1955 e sua posterior exploração em 1956 (Renha, 2017), trouxeram perspectivas de dias melhores para o Amazonas. Acredito que esse contexto de expectativa positiva para o crescimento econômico futuro do Amazonas, no qual a garantia de repasse de recursos, inclusive da União, para o desenvolvimento da região garantidos, tenha sido o acontecimento que motivou a criação de municípios no período 1955-1964, dentre os quais Itamarati-AM em 1961.

Com a Lei n. 1, de 12 de abril de 1961, Itamarati-AM tornou-se município, com sede no Santos Dumont (Amazonas, 1961). Essa mesma Lei emancipou outros 34 municípios, dentre os quais apenas os municípios de Beruri, Manaquiri, Tonantis e Boa Vista do Ramos, além de Itamarati-AM, existem na atualidade (Amazonas, 1961). Essa Lei apresenta três curiosidades: a primeira é a extinção do município de Atalaia do Norte, existente na atualidade, que havia sido criado em 1955 e foi substituído pelo município de Estirão<sup>53</sup>. A segunda curiosidade é a recriação do município de Içana, que havia sido criado em 1955, e a terceira é a ausência do estabelecimento dos limites do município de Itamarati-AM, devido à falta de um artigo na edição do Diário Oficial do Estado:

---

<sup>52</sup> Para mais informações sobre a implantação e ações desenvolvidas pelo Plano de Desenvolvimento Econômica da Amazônia e pela SPVEA, cf. Renha, C. E. A. P. de C. A. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953- 1966). 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, 2017. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6135/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_Carlos%20E.%20A.%20P.%20C.%20Renha.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6135/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Carlos%20E.%20A.%20P.%20C.%20Renha.pdf). Acesso em: 20 ago. 2024.

<sup>53</sup> O município de Atalaia do Norte foi restaurado pela lei n. 8 de 14 de junho de 1961. Cf. Amazonas. Lei n. 8, de 14 de junho de 1961. *Revoga o art. 43 da Lei 1 de 12 de abril de 1961*. Diário Oficial do Estado, 17 de junho de 1961, p. 1.



Imagem 12: Extrato da página do Diário Oficial do Estado de 13 de abril de 1961 com destaque para o art. 13º (em amarelo) e os limites de Itamarati-AM (verde).

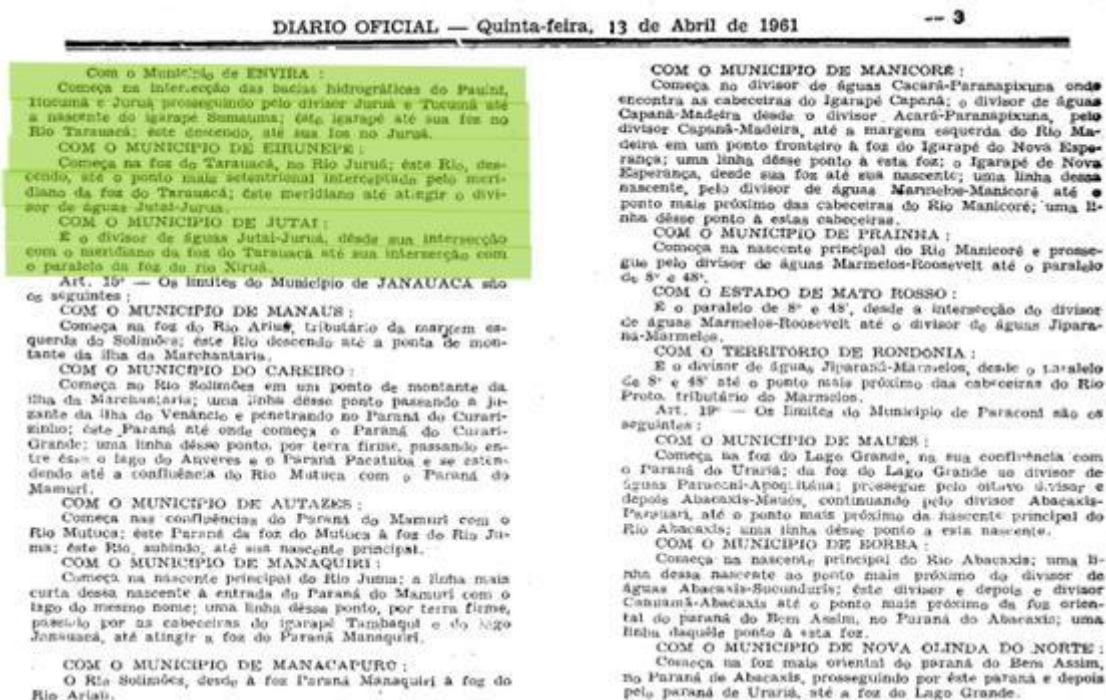
2 —	DIÁRIO OFICIAL — Quinta-feira, 13 de Abril de 1961
<p><b>COM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO IGA:</b> Começa na confluência do paranã Bogari com o Solimões e prossegue por esse paranã até sua confluência com Auaí Parana; o meridiano dessa confluência até o divisor de águas Japurá-Auaí-Paraná.</p> <p>Art. 5.º — Os limites do Município de APUAU, são os seguintes:</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE CARVOEIRO:</b> O Rio Negro desde a foz do Rio Jau até Jausaperi.</p> <p><b>COM O TERRITÓRIO DO RIO BRANCO:</b> São os estabelecidos em Lei Federal.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE URUCARA:</b> Começa nas cabeceiras do Rio Uatunã e prossegue por este Rio até a confluência do Igarapé Santo Antônio.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA:</b> Começa na foz do Igarapé Santo Antônio e prossegue por este Rio até as suas cabeceiras; das cabeceiras do Igarapé Santo Antônio à foz do Rio Urubui.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE MANAUR:</b> Começa nas cabeceiras do Rio Urubui e daí prossegue até alcançar as do Rio Auaí, passando pelas do Rio Urubui; o Rio Auaí desde de sua nascente até a sua foz, na margem esquerda do Rio Negro; uma linha da foz do Auaí a um ponto do Rio Negro, fronteira à foz do Igarapé Açu.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE AIRAÓ:</b> O Rio Negro, desde um ponto na linha entre a foz do Rio Auaí e a do Igarapé Açu, até a foz do Rio Jau.</p> <p>Art. 6.º — Os limites do Município de BURITI, são os seguintes:</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE MANACAPURU:</b> Começa no Rio Solimões, em sua parte fronteira à foz do Furo da Cuiá; daí e ponto pelas foz do lago Anaribua até esse lago; o lago Acuriua até encontrar o furo Mundurucá; o furo Mundurucá até alcançar o rio Castanho Mirim; este rio, subindo, até alcançar o divisor de águas Solimões-Tupana.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE BOMBA:</b> Começa na cabeceira do rio Castanha Mirim, no divisor Solimões-Tupana e prossegue por este divisor e depois pelo divisor Purai-Tupana até alcançar o ponto mais próximo da cabeceira do lago Xavier.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE AIAPUA:</b> Começa no divisor Purai-Tupana no ponto mais próximo da cabeceira do lago Xavier; uma linha desse ponto a cabeceira desse lago; este lago até a sua foz no rio Purai; este rio, descendo, até a foz do paranã Cuianá no prosseguimento do paranã do Salta.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE ANORI:</b> Começa na foz do paranã do Cuianá no rio Purai; este rio, descendo, até sua foz no Solimões; este rio, descendo até um ponto em frente ao furo do Cuiá.</p> <p>Art. 7.º — Os limites do Município de CAMARÁ são:</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE COARI:</b> Começa no divisor de águas Coari-Purá, no ponto mais próximo da nascente do Igarapé Pauapixuna; uma linha desse ponto à nascente principal do lago Mamã; o formador principal do lago Mamã e depois este lago até sua foz no rio Solimões.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE PIORINI:</b> O Rio Solimões, desde a foz do lago Mamã até a foz do furo do Geraldo.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE ANORI:</b> Começa na foz do furo do Geraldo, no Solimões; este furo até encontrar o Paranã do Salta, na confluência do Igarapé Cabeceira do Salta.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DO AIAPUA:</b> Começa na foz do Igarapé Cabeceira do Salta, prosseguindo por este Rio até sua nascente, e daí, pelo divisor de águas Coari-Purá, até o ponto mais próximo da nascente do Igarapé Pauapixuna.</p> <p>Art. 8.º — Os limites do Município de CONCORDIA, são:</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DO JURUÁ:</b> E o paralelo da foz do montante do Paranã do Breu desde a margem direita do Rioninho ao divisor de águas do Juruá-Tefé.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE TEFÉ:</b> E o divisor de águas Juruá-Tefé desde o paralelo da foz do montante do Paranã do Breu, até o paralelo da foz do Juruá, do Paranã Amal.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE CARAUARI:</b> Começa no divisor de águas Juruá-Tefé, onde encontra o paralelo da foz do Amal, no Rio Juruá; este paralelo até o Rio Juruá e depois este Rio até a foz do Igarapé São Sebastiãozinho, seguindo por este curso d'água até o lago Pauapixuna e daí penetrando pelo Igarapé do mesmo nome até sua nascente; desta nascente por um paralelo até encontrar o Rioninho, afluente do Rio Jutai.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE COPATANA:</b> E o Rioninho desde o paralelo da nascente do Igarapé Pauapixuna até o paralelo da foz do Paranã do Breu.</p> <p>Art. 9.º — Os limites do Município de CARVOEIRO são:</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE BARCELOS:</b> Começa no divisor de águas Japurá-Negro onde encontra o divisor de águas Cuiuni-Unini e prossegue por este divisor e depois pelo divisor Cauré-Unini até encontrar o ponto mais próximo, por uma linha curva, da foz do Cauré; esta linha até essa foz; o Rio Negro, da foz do Cauré até a foz do Jufari.</p> <p><b>COM O TERRITÓRIO DO RIO BRANCO:</b> O Rio Negro da foz do Jufari à foz do Jausaperi.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE APUAU:</b> O Rio Negro da foz do Jausaperi à foz do Jau.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE AIRAÓ:</b> O Rio Jau, desde sua foz até sua nascente principal no divisor de águas Fiorini-Negro.</p>	<p><b>COM O MUNICÍPIO DE CODAJÁS:</b> O divisor Fiorini-Negro, desde a nascente do Rio Jau, até a nascente principal do Rio Arumã, formador do Fiorini.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE PIORINI:</b> Das cabeceiras do Rio Arumã, pelo divisor do lago Anamã-Negro até o ponto mais próximo da nascente principal do Igarapé Centro-Grande.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE MARAA:</b> O divisor Anamã-Negro e depois Japurá-Negro, desde o ponto mais próximo da nascente principal do Igarapé Centro-Grande até o divisor Cuiuni-Unini.</p> <p>Art. 11.º — Os limites do Município do ESTIRAO, são os seguintes:</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE JAVARI:</b> Começa no rio Javari, na foz do Rio Curupá; este Rio, desde a sua foz até a nascente principal, prosseguindo pela linha mais curta, desde esta nascente até o divisor de águas Ipixuna-Javari.</p> <p><b>COM O MUNICÍPIO DE IPIXUNA:</b> Começa no divisor de águas Ipixuna-Javari, no ponto mais próximo da nascente do Rio Curupá; prossegue por este divisor de águas até encontrar a linha Cunha Gomes, na divisa com o Território do Acre.</p> <p><b>COM O TERRITÓRIO DO ACRE:</b> E a linha Cunha Gomes desde sua intersecção com o divisor de águas Ipixuna-Javari até os limites do Brasil com o Peru. Com a República do Peru são os limites internacionalmente reconhecidos neste trecho do Território Brasileiro.</p> <p>Art. 12.º — Os limites do Município de EVA, são os seguintes:</p> <p>Com o Município de Manaus:</p> <p>Começa na foz do Rio Paracurupá, tributário da margem esquerda do Rio Anariçua; daí, Rio de sua foz a sua nascente principal; uma linha dessa nascente ao divisor das águas Tarumã-Açu e Preto da Eva; este divisor até o ponto mais próximo da cabeceira principal do Rio Preto da Eva; a linha mais curta desde ponto a esta cabeceira.</p> <p>Com o Município de ITACOATIARA:</p> <p>O Rio Preto da Eva desde a sua cabeceira principal a sua foz, no Rio Amazona.</p> <p>Com o Município de AUTAZES:</p> <p>O Rio Solimões desde a sua foz do Rio Preto da Eva, até a foz do Furo do Bôto.</p> <p>Com o Município do Carreiro:</p> <p>O Rio Solimões desde o Furo do Bôto, até a foz do Rio Paracurupá.</p> <p>Art. 13.º — Os limites do Município de Laurete, são:</p> <p>Com o Município de ICANA:</p> <p>Começa na intersecção da linha geodésica entre os Rios Uaupés e Içana, na fronteira com a Colômbia, com o divisor de águas Uaupés-Içana; prossegue por este divisor até encontrar o meridiano da nascente principal do Igarapé Curupira, tributário da margem esquerda do Uaupés.</p> <p>Com o Município de TARAUÁ:</p> <p>Começa na intersecção do divisor de águas Uaupés-Içana com o meridiano da nascente principal do Igarapé Curupira; este meridiano e depois este Igarapé até sua foz, no Uaupés; este Rio, descendo, até a foz do Igarapé Cigarra, na sua margem direita; esse Igarapé de sua foz até sua nascente principal; uma linha dessa nascente principal até o divisor de águas Uaupés-Tiquê; esse divisor até a geodésica entre os rios Apapores e Papuri, na fronteira com a Colômbia.</p> <p>Com a República da COLOMBIA:</p> <p>São os limites internacionalmente reconhecidos.</p> <p>Art. 14.º — Os limites do Município de ICANA, são os seguintes:</p> <p>Com o Município de UAUPEDES:</p> <p>Começa na foz do Igarapé Temauabe, tributário do Rio Canaburi; o Igarapé Temauabe, de sua foz até sua nascente; uma linha dessa nascente, passando pelas cabeceiras do Igarapé, Bacabalha, das estradas e do Iacubu, formadores do Rio Demili, e as cabeceiras do Igarapé, Badabalha, formador do Rio Ia, até alcançar a cabeceira Ipadó, no Rio Negro.</p> <p>Com o Município de TARAUÁ:</p> <p>Uma linha da cabeceira Ipadó no Rio Negro, passando pelo divisor de águas o Uaupés-Içana, até alcançar o meridiano da nascente do Igarapé Curupira, tributário da margem esquerda do Içana.</p> <p>Com o Município de LAURETE:</p> <p>Começa na intersecção do meridiano da nascente do Igarapé Curupira com o divisor de águas o Uaupés-Içana, prosseguindo por este divisor até alcançar os limites do Brasil com a Colômbia.</p> <p>Com a República da COLOMBIA:</p> <p>São os internacionalmente reconhecidos neste trecho do Território Brasileiro.</p> <p>Com a República da VENEZUELA:</p> <p>São os internacionalmente reconhecidos neste trecho do Território Brasileiro.</p> <p>Com o Município de CARAUARI:</p> <p>E o paralelo da foz do Rio Xirua, afluente da margem direita do Rio Juruá, desde o divisor das águas Jutai-Juruá até o divisor Juruá-Purui.</p> <p>Com o Município de TAPAUÁ:</p> <p>E o divisor das águas Juruá-Purui, desde a sua intersecção com o paralelo da foz do Rio Xirua até as cabeceiras do Rio Tapauá.</p> <p>Com o Município de PAUTNI:</p> <p>E o divisor das águas Juruá-Pautni desde a cabeceira do Rio Tapauá até encontrar o divisor Tucumã-Pautni e o divisor Tucumã-Juruá.</p>

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

Fonte: Amazonas, Lei n. 1 de 12 de abril de 1961. *Cria novos municípios no Amazonas e dá outras providências*. Manaus: Diário Oficial do Estado, 1961. p. 2.

Na Lei n. 1 de 12 de abril de 1961 não há o artigo 14º e seu enunciado. A Lei “pula” do artigo 13º para o 15º. O artigo 14º seria o que estabeleceria os limites do município de Itamarati-AM. Porém, esses limites são estabelecidos logo após os limites de Içana, no Alto Rio Negro, no 13º artigo da lei. Na imagem 09, no destaque na cor amarela destaquei os limites do município de Içana, e na cor verde destaquei os limites de Itamarati-AM.

Imagem 13: Extrato da página do Diário Oficial do Estado de 13 de abril de 1961, com destaque em verde para os limites de Itamarati-AM.



Fonte: Amazonas, Lei n. 1 de 12 de abril de 1961. Cria novos municípios no Amazonas e dá outras providências. Manaus: Diário Oficial do Estado, 1961. p. 3.

Na imagem 13 é destacada a continuidade dos limites de Itamarati-AM na cor verde. Ao analisar os limites dos municípios de Içana e Janaucá, situados as margens do Rio Negro e do Rio Solimões, respectivamente, e presentes nos artigos 13º e 15º da Lei n. 1 de 1961, é perceptível que o artigo 13º estabelece para Içana limites que fariam com que o município tivesse um território que cortaria todo o Estado do Amazonas de norte a sul, da região do Alto Rio Negro, noroeste do Estado, até a região do Rio Juruá, no sudoeste. Como os municípios de Içana e Janaucá, já extintos, nunca tiveram essa enorme extensão territorial, e Itamarati-AM de fato faz limite com Carauari, Tapauá, Pauini, Envira, Eirunepé e Jutai, presentes no artigo 13º da Lei supracitada, é possível afirmar que, mesmo sem o artigo 14º e seu enunciado, as informações apresentadas fornecem

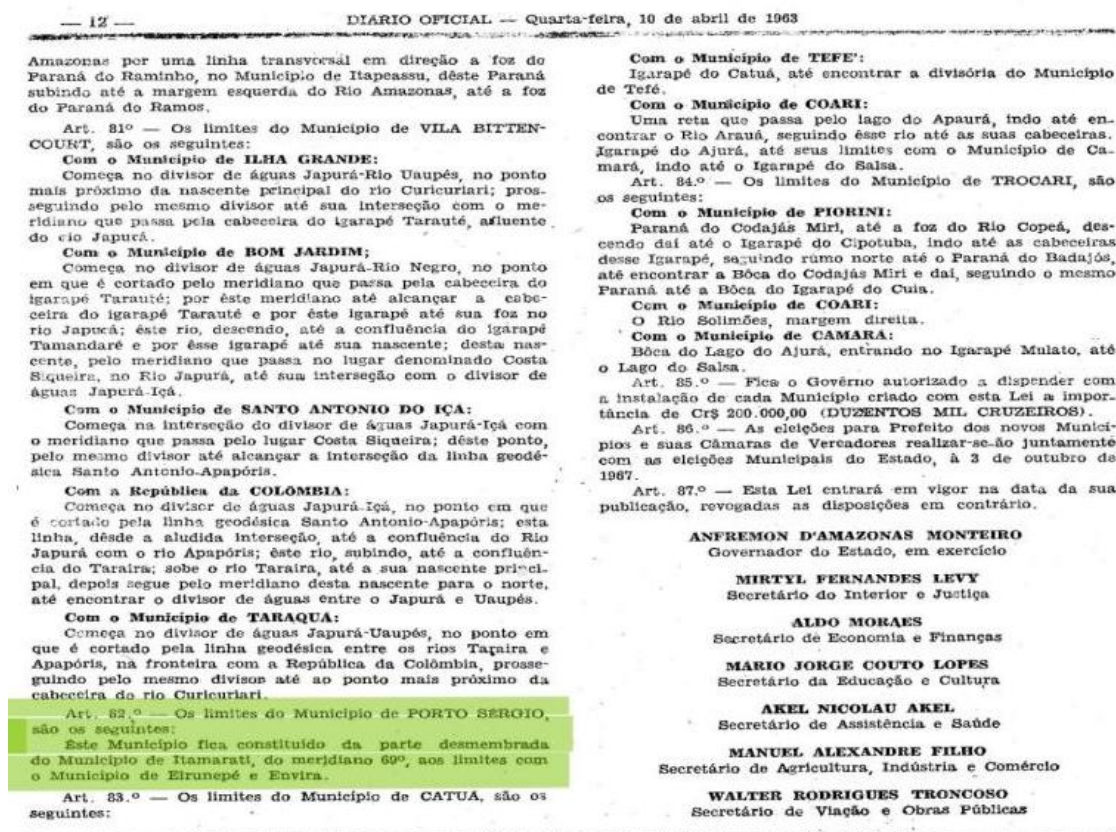


indícios que permite afirmar que os limites do município de Itamarati-AM estão presentes na referida Lei.

Entre 1955 até o dia 30 de março de 1964, dia anterior a instauração da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no Brasil, o Amazonas teve como chefes do executivo estadual duas pessoas: Plínio Ramos Coelho (1955-1959, depois 1963-1964) e Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo (1959-1963), que em seus governos criaram juntos 321 municípios no Estado. Os primeiros anos da década de 1960 foi o período no qual ocorreu a maior quantidade de municípios criados no Amazonas, sendo 1963 o ano no qual esse fenômeno teve mais força, com a criação de 220 municípios (Dutra; Pereira, 2018).

Como o processo de criação de municípios estava em alta no Amazonas, Itamarati-AM passou por mudanças em seus limites, inclusive com a criação de um novo município a partir do desmembramento de seu território, estabelecido com a Lei número 7 de 9 de abril de 1963 (Amazonas, 1963), que, em seu artigo octogésimo segundo estabeleceu a criação do município de Porto Sérgio:

Imagem 14: Extrato da página 12 do Diário Oficial do Estado de 10 de abril de 1963 destacando o artigo 82º.



Fonte: Amazonas. Lei nº 7, de 9 de abril de 1963. Cria outros municípios no Estado do Amazonas. Diário Oficial do Estado, 10 de abril de 1963. p. 12.



Com a criação do município de Porto Sérgio, que teve seus limites definidos no artigo 82º da Lei número 7 de 9 de abril de 1963 (Amazonas, 1963), uma parte das terras pertencentes a Itamarati-AM, situadas mais a oeste, passaram a pertencer ao município de Porto Sérgio, no processo de franca expansão da política de criação de municípios no Amazonas.

Os municípios no período tiveram seus prefeitos nomeados pelo governador, como no Decreto publicado no dia 14 de abril de 1961 que nomeou Raimundo Rufino de Oliveira como prefeito de Itamarati-AM e mais 34 prefeitos de municípios recém-criados (Amazonas, 1961). Acerca de eleições para escolha de prefeitos e vereadores, a Lei n. 3 de 28 de março de 1963 estabeleceu que elas seriam realizadas no dia 3 de outubro de 1967, junto com as eleições municipais a serem realizadas nesse período (Amazonas, 1963).

Além de Raimundo Rufino de Oliveira, Itamarati-AM teve nesse período como prefeitos Jovelino Francisco Carvalho, nomeado em 31 de julho de 1963 (Amazonas, 1963), e Pery Romero Pereira, cujo nome aparece na obra de “Seu” Cosmo (2021), mas não sua nomeação ou qualquer menção em nenhum outro documento. Segundo o Livro de Tombo da paróquia de São Benedito, o nome do terceiro prefeito de Itamarati-AM foi Francisco Campelo, cujo nome também não encontramos referências em nenhum outro documento, o que deixa a inexatidão sobre o nome do terceiro prefeito do município. Acerca desses governos, “Seu” Cosmo (Domingos, 2021, p. 19) afirma que:

O primeiro o prefeito nomeado foi Raimundo Rufino de Oliveira, que veio morar com os padres pois nem residência própria para ele existia. Com bons planos de trabalhos e o propósito de trabalhar pelo bem estar social de todos viu-se preso às necessidades próprias do lugar e a grande distância da capital não pode fazer quase nada por falta de recursos. Ficou aqui por dois anos. Em março de 1963 teve que ir embora deixando como seu sucessor o senhor Juvelino nomeado também como prefeito pelo governador do Estado. Raimundo Rufino foi embora porque recebeu um convite do povo e de autoridades de Carauari, para concorrer a uma vaga como candidato a prefeito o que prontamente aceitou o convite exatamente em 1964, o povo de Carauari acreditava e gostava de seu trabalho além de ser filho do nosso interior. Foi eleito com a maioria dos votos da população carauariense. O sucessor do ex-prefeito Raimundo Rufino de Oliveira, Jovelino permaneceu aqui por apenas seis meses trabalhou bastante união com os padres unindo esforços pelo desenvolvimento do povoado principalmente na área da saúde e da educação que era o desejo dos habitantes do lugar em seu lugar foi nomeado o senhor Pery Romero Pereira que chegou com grandes planos de trabalho. Governou Itamarati por apenas seis meses.

Em setembro de 1964 a população itamaratiense recebe uma lamentável notícia, o governador do estado baixa um decreto extinguindo todos os municípios que não tivessem a população estabelecida em lei.

O processo de criação de municípios no Amazonas teve fim a partir da subida ao poder dos militares no Brasil. O governador Plínio Ramos Coelho foi deposto em 27 de junho de 1964, e em seu lugar assumiu o interventor Arthur César Ferreira Reis, que, com a Lei número 41 de 24 de julho de 1964, determinou:

Art. 1 – Ficam extintos todos os municípios que nunca tiveram Prefeitos Eleitos, sendo as suas áreas reincorporadas às dos Municípios dos quais foram desmembradas.

Art. 2º - O Governo do Estado promoverá a revisão da divisão municipal, em seis meses a partir da publicação desta Lei, recorrendo para isso à colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Serviço Geográfico do Exército e do Conselho Nacional de Economia.

[...]

Art. 3º - Os Municípios originários ficarão responsáveis pelos bens dos Municípios extintos, até que se proceda à revisão da divisão municipal do Estado (Amazonas, 1964, p. 1).

Essa Lei extinguiu a maior parte dos municípios criados no período 1955-1964, dentre eles Itamarati-AM. Ela determinou a extinção dos municípios que não tivessem prefeitos eleitos (Amazonas, 1964), mesmo com esses municípios tendo suas eleições já marcadas para 1967 (Amazonas, 1963), o que fez com que Itamarati-AM deixasse de ser município e seu território voltasse a pertencer a Carauari. Dutra e Pereira (2018) destacam que não havia nenhuma legislação que possibilitasse a extinção desses municípios. Porém, vale destacar que legalidade não foi o forte do Brasil no período que os militares estiveram no poder. Segundo os autores supracitados:

Um entendimento que precisa ser construído diz respeito à violação das regras jurídicas impostas, ou não, pelo governo ditatorial de 1964. A lei estadual vigente no período determinava as regras para a criação de municípios e a instalação definitiva deles tinha como prazo definido as eleições agendadas para 1967. Assim sendo, a Lei nº 41 de 24 de julho de 1964, que utilizou o argumento da inexistência de prefeitos eleitos até 1964 para a extinção dos municípios, foi um duro golpe no municipalismo amazonense. Fica evidente, no que concerne à questão federativa, o procedimento adotado em julho de 1964, a “corte raso”, no Amazonas, pode ser visto como único e em pleno conflito com o Pacto Federativo, uma vez que houve movimentos de criação de municípios até maiores em outros Estados durante e após o período da ditadura (Dutra; Pereira, 2018, p. 63-64).

Dessa forma, é possível afirmar que a decisão oficial tomada significou um retrocesso para o pacto federativo no Amazonas e que foi uma medida discriminatória

específica para o Amazonas em relação a outros entes federativos do país, com destaque para os Estados do sul e do sudeste, que continuaram com seus processos de criação de municípios.

O Amazonas passou o período da segunda metade da década de 1960 e toda a década de 1970 sem passar por um processo de criação de municípios, o que só veio a ocorrer no Estado na década de 1980, chegando ao ápice de 88 municípios estabelecidos na Constituição Estadual de 1989. Esse número inicial teve 22 municípios reduzidos por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1996, devido a não observância do requisito constitucional da realização de plebiscito para a criação de municípios (Brasil, 1996), chegando aos atuais 62 municípios a partir da Emenda Constitucional número 76 de 10 de julho de 2013 (Amazonas, 2013).

Itamarati-AM se faz presente entre esses 62 municípios amazonenses existentes na atualidade, e acredito que a sua recriação nos anos 1980 foi resultante do seu percurso histórico, que será abordado na próxima subseção.

## **2.1 Surgimento e ressurgimento do município no contexto nacional e regional**

Itamarati-AM fica situado às margens do Rio Juruá<sup>54</sup>, e o território que veio a se constituir como o município foi habitado por diferentes grupos indígenas ao longo do tempo, como os Kanamari, os Deni e os Kulina (Domingos, 2021), que ainda habitam esse território. No município de Itamarati-AM essas 3 etnias indígenas distribuem-se em 8 aldeias e 58 aglomerados rurais, com os Deni e os Kanamari sendo majoritários (Itamarati, 2012).

Para além de uma busca das origens da invasão e ocupação no território que veio a se constituir no município de Itamarati-AM, destaco que aquele território já era ocupado, e que o processo de transformação desse território em município ocorreu, provavelmente, como em outros locais do país, a partir da expulsão desses grupos indígenas para áreas mais afastadas do local que veio se constituir como a sede do município.

---

<sup>54</sup> Para mais informações sobre o processo histórico de ocupação humana às margens do Rio Juruá, cf. Silva, H. H. C. da. *Expressões da Assistência Social no Médio Juruá-Amazonas*. Manaus: EDUA, 2012.

Afinal, o que vem a ser um território? Fazendo uso da interdisciplinaridade, tão cara a área de história após os *Annales* e ao campo da história da educação, é que entendemos, assim como o geógrafo baiano Milton Santos (2007, p. 14), que

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

O território é, portanto, o lugar onde se realizam as ações humanas, onde a história humana se desenrola (Santos, 2007), e o seu processo de construção ocorre a partir de uma construção identitária de pertencimento aquele lugar. Sobre o conceito de “território usado”, Santos (2012, p. 138) destaca que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”, só podendo ser pensado em conjunto com a ocupação humana e o uso do espaço, transformando-o em território. A partir dessa concepção,

O território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga, não importa o seu poder. O território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo (Santos, 2002, p. 84).

Essa concepção ampla de território auxilia no processo de compreensão da historicidade do município de Itamarati-AM ao longo do tempo, que em seu início foi ocupado por diferentes sujeitos que ali construíram os seringais. Para análise da história do território de Itamarati-AM, antes da emancipação do município, a obra memorialística de “Seu” Cosmo (Domingos, 2021) nos fornece valorosas informações. Mesmo fazendo uma exaltação aos grandes nomes da história do município ao longo do texto, essa obra possibilitou o contato com informações presentes na memória coletiva local e sobre os acontecimentos da história do município.

A memória individual sempre se constrói a partir de um sentimento de pertencimento a um grupo social, não existindo apartada do grupo a que o indivíduo está inserido, e a memória coletiva é o trabalho de rememoração do grupo social, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns (Halbwachs, 2006). Produzida a partir dos relatos de diferentes indivíduos daqueles grupos, a memória coletiva destaca

aquilo que foi (é) considerado importante para aquele grupo social, produzindo aquilo que pode ser chamado de um acervo de lembranças compartilhadas que nada mais é que o conteúdo da memória coletiva (Halbwachs, 2006).

Pollak (1992) afirma que a memória tem como elementos constitutivos os acontecimentos, as pessoas e os lugares, que o indivíduo pode ter tido contato de forma direta ou indiretamente, denominada pelo autor de “vivido por tabela”, pois, para ele, “[...] é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorre um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (Pollak, 1992, p. 201). Mesmo se o indivíduo não tiver vivido os acontecimentos, tido contato com as pessoas ou visitado os lugares, essa memória “quase que herdada” fará parte de seus relatos memorialísticos, uma vez que eles reproduzem e reforçam aquilo que o grupo no qual esse indivíduo está inserido busca rememorar, mesmo não se situando no espaço-tempo da pessoa que rememora. Longe de ser neutra, a memória possui as suas intencionalidades, e o discurso produzido por ela busca reforçar e exemplificar a memória do grupo.

No caso da obra de “Seu” Cosmo (2021), o título “História de Itamarati”, e o recorte temporal (1950 até a segunda metade da década de 1990) demonstra essa intencionalidade em contar a história do município desde a sua gênese até fins do século XX, onde o autor reproduz os acontecimentos e os relatos sobre pessoas e lugares anteriores a sua chegada no município, em meados da década de 1980, pois alguns desses acontecimentos e relatos poderiam se perder ao longo do tempo, não fosse a iniciativa do autor registrá-los. Essas considerações se tornam importante para destacar a importância da obra e a forma como ela foi analisada durante a pesquisa.

Acerca do início do processo de invasão e ocupação do território do município por não indígenas, podemos destacar, de acordo com “Seu” Cosmo (Domingos, 2021, p. 5), que:

Os majores chegando a Itamarati, os índios já tinham quase todos os ido embora, com medo de serem mortos pelos brancos como eles costumavam chamar, ou não se sabe na verdade se já tinham sido dizimados pelos desbravadores europeus, ou pelos primeiros seringalistas que adentraram a região para demarcarem seus imensos domínios territoriais para aqui se fixarem e formarem os antigos seringais, hoje com o nome de comunidades.

Os habitantes locais se referiam aos donos dos seringais com o uso do termo “major”. O uso desse termo não necessariamente afirma que aquela pessoa possuía aquela ou alguma patente militar, mas servia de distinção social perante aquela sociedade, com o uso do termo para expressar respeito e reconhecimento pela posição social e econômica daquela pessoa, que, pode-se dizer, detinha o poder local. O termo “major” servia para se referir aquilo que na literatura amazônica é chamado de “coronel de barranco”, forma como era chamado o patrão seringalista, o suposto “dono” das terras onde era extraída o látex da seringueira que abastecia o mercado internacional de borracha, e mantinha o controle do território e dos habitantes dos seringais, mantendo o monopólio do comércio local e fazendo com que os habitantes permanecessem sob seu controle devido as dívidas contraídas<sup>55</sup>.

A própria organização geográfica dos seringais facilitava esse controle. Eles eram formados por “estradas” (caminhos abertos na floresta) com tamanho entre 10 e 15 quilômetros, e ao longo dessas “estradas” ficavam as seringas para serem “sangradas”<sup>56</sup>. Os “donos” das terras controlavam a atividade econômica no seringal a partir do barracão, onde se localizava a residência do “dono” das terras, o porto utilizado para embarque e desembarque de mercadorias, de novos trabalhadores e o depósito das balas de borracha. Essa localização estratégica permitia evitar fugas ou extravio de mercadores. No barracão localizava-se também o armazém, que era “provido de aguardente, tabaco, gêneros alimentícios, panos, munições, medicamentos, sal, água de cheiro e todas as quinquilharias que possam estimular o trabalhador a gastar prontamente o salário” (Ribeiro, 2017, p. 28-9). Segue abaixo imagem do barracão no Seringal Santos Dumont:

---

<sup>55</sup> A figura do “coronel de barranco” foi amplamente explorada pela literatura ficcional amazônica. Dentre as obras que destacam as relações de poder desenvolvidas pelos “coronéis de barranco”, destacamos: Lima, C. de A. *Coronel de Barranco*. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2002; Peregrino Jr., J. *A mata submersa e outras histórias da Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960; Potyguara, J. *Terra Caída*. São Paulo: Globo, 2007; Ferrante, M. J. *Seringal*. São Paulo: Globo, 2007; Souza, M. *Breve História da Amazônia*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

<sup>56</sup> Forma como é popularmente o processo de extração do látex da seringueira. É feito um corte vertical na árvore, bem longo e profundo, e vários cortes profundos em formato de “V”, ligados a esse corte vertical onde escorre o látex, que nada mais é que a seiva da planta. Após essa extração, esse látex passa por um processo de defumação onde se transforma em borracha e organizada em bolas, também chamadas de pêlas.

Imagem 15: Fotografia do barracão de Antonio Gonçalves de Azevedo Maia no seringal Santos Dumont provavelmente na década de 1960.



Fonte: Foto gentilmente cedida pela professora Raimunda Nogueira de Aguiar.

A fotografia acima mostra o barracão do seringal Santos Dumont, feito de madeira e coberto com palha. A casa do “dono” das terras, Antonio Gonçalves de Azevedo Maia, do lado direito, com 4 janelas, e no lado esquerdo temos o armazém, com produtos sendo expostos na porta e janela. As construções estão elevadas em relação ao solo, o que possibilita deduzir que as águas do rio que se vê no lado direito da foto devem chegar até o barracão na época da cheia. As crianças bem vestidas e posando para a foto deixam perceber que a foto tinha um caráter formal.

Darcy Ribeiro (2017), ao abordar o processo de invasão e ocupação para exploração da borracha na floresta amazônica, destaca que esses “donos” das terras foram os verdadeiros desbravadores da floresta, com chegada anterior a dos missionários religiosos, afirmando que: “em consequência da rapidez e da violência desta invasão, o que fora uma das áreas amazônicas de maior população indígena despovoou-se em poucos anos, na medida em que nasciam núcleos civilizados” (Ribeiro, 2017, p. 44).

O processo de expulsão e assassinato de indígenas das terras a partir do momento que as terras passam a ter valor econômico é um fenômeno presente na história do Brasil desde a chegada dos europeus no século XV, e em Itamarati-AM isso não foi diferente. Itamarati-AM surgiu no território de um desses seringais, o Santos Dumont, que,

conforme a memória coletiva local, era propriedade de uma indígena antes de ser de propriedade de Antônio Gonçalves de Azevedo Maia.

Aqui ele se estabeleceu, terras estas de acordo com antigos moradores pertenciam a uma senhora (nome) que aqui se encontrava a dona da terra, era uma senhora de origem indígena, uma forte guerreira. Mas devido sua idade e não podendo usar da força para trabalhar em suas terras, ela começou a comprar produtos diversos e durante anos, por não possuir outro meio de sobrevivência além do que possuiria, veio a contrair uma dívida muito grande com o Major Maia não podendo pagar entregou suas terras ao Major em pagamento de seus débitos, não tendo como reaver suas posses de volta dizem que embarcou em uma velha canoa e foi embora sem direito a nada de tudo que lhe pertencia (Cosmo Domingos, 2021, p. 5-6).

É perceptível que o processo de encontro entre indígenas e não-indígenas em Itamarati-AM ocorreu a partir da expulsão dos indígenas das terras a partir do momento que essas terras passaram a ter importância econômica para os não indígenas. Após a expulsão dessa indígena,

[...] o major Maia tomou posse das terras, achou de fato exuberante repleta de plantações, achou por bem chamá-la de Santos Dumont, em homenagem ao iluminado inventor brasileiro Albert Santos Dumont. Homem de sonhos que conquistou seu espaço e deixou registrado nos livros e na história uma das mais lindas invenções de todos os tempos. Que foi a criação da primeira aeronave chamada de 14 Bis. Ele deu continuidade aos trabalhos, pois como já tinha algumas atividades sendo desenvolvida era só dar continuidade aos trabalhos tentando desenvolver o Seringal Santos Dumont como passou a ser chamado (Cosmo Domingos, 2021, p. 6).

Mesmo não sendo o foco dessa pesquisa essa relação entre indígenas e não indígenas, considero importante destacar como se deu essa relação em Itamarati-AM devido a importância dessa relação na região. Se Itamarati-AM na atualidade existe como município emancipado, esse processo de emancipação ocorreu concomitantemente ao processo de expulsão e aculturação dos indígenas ali presentes, habitantes daquele território. Sobre essa relação na atualidade, Silva (2012, p. 23) afirma que “no município de Itamarati-AM são constatados conflitos entre populações tradicionais (índios e seringueiros), decorrentes das invasões das áreas de uns e outros”, destacando que a relação entre indígenas e não indígenas permanece até os dias atuais longe de ser harmônica.

O seringal Santos Dumont era apenas mais um seringal na região, e se constituía em um distrito de Carauari. Ele era o 11º de um total de 15 distritos que Carauari possuía,



que eram: Carauari, Ipiranga do Juruá, Renascença, Concórdia, Santa Rosa, Araújo, Imperatriz, Mararí, S. Romão, Vista Alegre, S. Dumont, Gaviãozinho, Soledade, Três Unidos, Aquidabam (Amazonas, 1938a). O Decreto n. 176 de primeiro de dezembro de 1938 fixou os limites territórios dos municípios amazonenses e seus distritos, estabelecendo para o Distrito Santos Dumont de Carauari os seguintes limites: “Começa na Foz do Igarapé Bacaba, ambas as margens do Juruá, até a boca do Igarapé Muturini, à margem direita, compreendendo as terras que se prolongam até as raias dos municípios vizinhos” (Amazonas, 1938a, p. 65).

Sendo apenas mais um seringal na região, que se tornou um distrito de Carauari, foi no território desse seringal que se instalou o núcleo urbano que se constituiu no município de Itamarati-AM. Ao chegarem no seringal Santos Dumont em 14 de janeiro de 1958 para construir a Paróquia de São Benedito, os padres José Leowfls e Godofredo Van Der Looy, primeiro pároco de Itamarati-AM, descreveram o espaço como tendo:

Um sítio na capoeira, um barracão decaído. Os moradores desconfiados, as crianças desnutridas. Eles iam dispensar uma casa, mas ainda iam fazer uma casa. O dono – Antônio Maia não estava. Ele devia estar em Monte Mário umas horas mais para cima. Resolvemos de ir até lá.

Ajustamos com ele e voltamos no dia 16 de janeiro para ficar em Santos Dumont. Desembarcamos no mesmo dia a bagagem e demos graças a Deus (Livro de Tombo I, 1958, p. 2)<sup>57</sup>.

Essa primeira visão dos padres José e Godofredo do seringal Santos Dumont, que não possuía ainda sequer alojamento para recebê-los, tampouco uma infraestrutura urbana mínima, possibilita a afirmação de que o seringal Santos Dumont não diferia muito dos demais seringais da região. Sobre os seus primeiros momentos no seringal, os padres reafirmaram: “encontramos o barracão abandonado e muito deteriorado. Este será por enquanto nossa moradia. Tirando umas paredes de dentro dá uma capela provisória” (Livro de Tombo I, 1958, p. 5), mostrando que eles tiveram que se adaptar a realidade local e inicialmente adaptar as instalações existentes para poderem fazer uso delas.

Ao saírem de Tefé no dia 20 de dezembro de 1957 os padres José e Godofredo já foram com destino ao seringal Santos Dumont (Livro de Tombo I, 1958). Sobre o seringal

---

<sup>57</sup> Como informado na introdução, a parte textual utilizada dos Livros de Tombo serão referenciadas de acordo com o arquivo em PDF disponibilizado pela paróquia, e as datas utilizadas serão de acordo com o ano estabelecido nos Livros de Tombo.

Santos Dumont ter sido o local escolhido para a ida dos padres e construção da Paróquia, “Seu” Cosmo (Domingos, 2021, p. 6) destaca que essa escolha ocorreu:

Devido alguns atrativos que no momento era prioridade dos moradores desse seringal, muitos outros seringueiros começaram a fixar moradia no local. Entretanto vale dizer que a iniciativa motora para que isso acontecesse partiu do senhor Major Maia em aceitar a instalação dos padres no seringal. Algumas atividades de cunho social começaram a ser trabalhado pelos padres como, odontologia, assistência médica, na área da educação, no comércio através de uma cooperativa.

O autor destaca que a ida dos padres para o Santos Dumont provocou um aumento de pessoas no seringal, e justifica esse aumento populacional destacando as ações dos padres, como serviços médicos, educacionais e na área de comércio. Enquanto para “Seu” Cosmo (Domingos, 2021) essas foram as justificativas para o crescimento populacional inicial, para os padres um outro fator foi determinante para esse crescimento. De acordo com o Livro de Tombo I (1958, p. 5), “[...] aparecem casas até hoje nunca vista no Santos Dumont. Tudo por causa do cemitério antigo embaixo da gameleira grande. Três pessoas já foram sepultadas no cemitério novo”.

Enquanto para “Seu” Cosmo (Domingos, 2021) os aspectos da vida material foram determinantes para que os habitantes da região se dirigissem para o Santos Dumont, para os padres o aspecto espiritual do além vida foram determinantes. Curiosamente os padres destacaram que não foi o novo, mas o antigo cemitério que provocou o aumento populacional. Porém, as pessoas não se dirigiram para o Santos Dumont anteriormente, mesmo já existindo anteriormente o antigo cemitério, e sim após a chegada dos padres. Desse modo, acredito que a existência do antigo cemitério não deve ter sido a motivação para essa migração, mas sim a presença dos padres, com suas ações sociais e espirituais que se constituíram em fato novo na região e que contribuiu decisivamente para o crescimento populacional.

A paróquia de Itamarati-AM é dedicada, desde a sua fundação, a São Benedito, santo nascido na Itália e descendente de africanos. Sobre a escolha de São Benedito, “Seu” Cosmo (Domingos, 2021, p. 6-7) destaca que:

O grande Major Maia homem de muita cultura e trabalhador era também muito católico e fiel em sua devoção e orações a Deus. Como um homem bastante religioso e temeroso a Deus resolveu construir uma capela para que aos domingos e dias “santos” se reunissem para louvar a Deus, pensou em um santo da sua grande devoção. Como ele era um

homem de cor um pouco escura, mandou buscar o São Benedito “santo” compatível com sua cor. O mesmo chegou ao mês de dezembro no dia 24 e foi aí que ele começou a comemorar o padroeiro do seu lugarejo com festas, orações comidas e o arraial. O seringal Santos Dumont crescia tanto em área de terra como a população.

A escolha de um santo de pele escura, São Benedito, para uma paróquia em Itamarati-AM, no interior do Amazonas, se deve a semelhança étnica que o dono das terras onde a paróquia foi erguida supostamente tinha com esse santo, que construiu uma capela em suas terras para esse santo, que posteriormente se transformou numa paróquia, inicialmente ligada ao município de Carauari, e teve o surgimento do município de Itamarati-AM ao redor dessa paróquia.

O fato de um homem negro ser possuidor de terras no interior do Amazonas, contando com o prestígio e *status* social que essa posição lhe dava, chama atenção, principalmente pela pequena quantidade de pessoas autodeclaradas negras no Amazonas no período, 17.410 pessoas, que equivalia a 3,39% da população amazonense no período, que era de 514.099 pessoas (Brasil, 1950). Devido a impossibilidade de ida a Itamarati-AM ao longo do curso de doutorado, inicialmente devido a pandemia de COVID-19 e posteriormente devido a falta de recursos financeiros, não pude me aprofundar na biografia de Antonio Maia, o que poderia possibilitar a compreensão sobre as relações desenvolvidas por esse homem, supostamente negro, no interior do Amazonas em meados do século XX.

Pouco tempo depois da extinção de Itamarati-AM e reintegração do território a Carauari, em 1964, Antonio Maia, proprietário das terras onde se desenvolveu a sede do município, solicitou do governo do Amazonas indenização dessas terras:

Processo de Antonio Gonçalves de Azevedo Maia, solicitando ao Governo indenização de suas terras que foram desapropriadas por utilidade pública e com a criação do Município de Itamarati. DESP: Indeferido à vista do parecer da Procuradoria Jurídica. Em 13.11.64. (Amazonas, 1964, p. 1).

Maia não logrou êxito em sua solicitação, não conseguindo a indenização requerida ao Estado. Chamou-me atenção o fato de, em 1967, o deputado estadual Manoel José de Andrade Neto solicitou, em requerimento, “[...] ao Senhor Governador para que mande estudar a recriação do Município de Itamarati-AM, no rio Juruá [...]” (Amazonas, 1967, p. 1), junto com outros pedidos a diferentes órgãos da administração estadual. Os motivos que levaram o então deputado a pedir a recriação do município são por mim

desconhecidos, porém a iniciativa demonstra que Itamarati-AM ainda não tinha sido totalmente esquecido no cenário político amazonense.

Mesmo com a lógica desenvolvimentista e de ocupação do território amazônico do período da Ditadura Civil-Militar, durante o período 1964-1981 Itamarati-AM permaneceu pertencente a Carauari. Essa situação veio a se modificar apenas a partir da Emenda Constitucional número 12 de 10 de dezembro de 1981 (Amazonas, 1981), que restaurou a condição de município de Itamarati-AM. Essa emenda estabeleceu que o Amazonas era formado por 71 municípios, dentre os quais alguns a serem instalados:

Art. 177 [...]

§ 3º - A instalação dos municípios de Alvarães, Amaturá, Anamã, Beruri, Boa Vista do Ramos, Caapiranga, Iauaretê, Iranduba, Itamarati, Manaquiri, São Sebastião do Uatumã, Tabatinga, Tonantins e Uarini, far-se-á com a realização das eleições gerais de 1982, mediante a posse dos Prefeitos e dos Vereadores eleitos nos municípios referidos nesse artigo (Amazonas, 1981, p. 4).

Ficou estabelecido que os municípios recém recriados só seriam instalados a partir da posse dos prefeitos e vereadores locais, e Itamarati-AM teve a sua eleição. Os candidatos para o executivo municipal foram Armando Vieira, José Monteiro e Raimundo Pereira Lisboa. Acerca do posicionamento político dos candidatos e da apuração dos votos, “Seu” Cosmo (Domingos, 2021, p. 21) afirmou que:

Começou a campanha eleitoral e todos pertenciam à situação não existindo oposição pelo fato de ser esta a primeira eleição ocorrida nesta cidade. Passado o período de campanhas eleitorais foi feita a votação, realizada no dia 15 de novembro de 1982. Encerrada a votação as urnas foram levadas para o município de Carauari para a apuração dos votos, isso porque Itamarati não possuía condições adequadas para a efetuação da contagem dos votos.

Depois da contagem dos votos sabe-se que o então candidato Raimundo Pereira Lisboa juntamente com seu vice Antonio Paulo Pereira de Paula, haviam sido eleitos com 60 votos contra 40 do segundo colocado Armando Viera dos Santos juntamente com os seguintes vereadores: O primeiro presidente da Câmara Municipal: Gesse Pereira da Silva; O segundo presidente: José Gregório de Azevedo Maia; e os vereadores restantes foram Miguel Ruiz Coral; Wilson Fernandes de Oliveira e Antonio Carvalho Silva.

As informações apresentadas pelos padres sobre o resultado das eleições destoam das informações de “Seu” Cosmo (Domingos, 2021). Os padres apresentam os seguintes dados:

15/11/1982- Eleições para o novo prefeito de Itamarati. Os candidatos são Armando Vieira, José Monteiro e Raimundo Lisboa.

18/11/1982- Depois da contagem dos votos em Carauari, foi eleito Raimundo Lisboa, com 64 votos. (Armando Vieira com 29 votos e José Monteiro com 20 votos). Para vereador, Jesse Pereira com 17 votos, Antonio Carvalho com 16, Pedro Fernandes, 10 e José Maia com 07 (Livro de Tombo II, 1982, p. 96-97).

A diferença na quantidade de votos está longe de ser significativa, porém, enquanto no Livro de Tombo II (1974-2013) paroquial constam quatro vereadores eleitos, na obra de “Seu” Cosmo (Domingos, 2021) aparecem os nomes de 5 vereadores. A busca pelos nomes dos vereadores eleitos se mostrou uma tarefa árdua, inclusive com solicitações por *e-mail* ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TER-AM) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de documentos com resultados das eleições de Itamarati-AM em 1982.

O TRE não respondeu a solicitação, e o TSE respondeu apenas no dia 30 de setembro de 2024, nove meses após a solicitação. A resposta do TSE foi com um arquivo contendo os resultados das eleições municipais dos 58 municípios no Amazonas que participaram daquele pleito. Segue o documento cedido pelo TSE sobre as eleições municipais em Itamarati-AM em 1982:

Imagem 16: Extrato de documento disponibilizado pelo TSE com as informações sobre as eleições de 1982 em Itamarati-AM.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES - FORMULÁRIO RESUMO			
ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 15 DE NOVEMBRO DE 1982			
21A	ZONA - ESTADO	AMAZONAS	MUNICÍPIO ITAMARATI
	SEÇÕES		ELEITORADO
ORGANIZADAS	1	FUNCIONARAM	1
NÃO FUNCIONARAM	-	ANULADAS	-
		(1) APTO A VOTAR	187
		VOTANTES	116
CANDIDATOS ELEITOS			
PREFEITO E VICE-PREFEITO			
	NOME	LEGENDA OU SUBLEGENDA	VOTAÇÃO OBTIDA
PREFEITO	RAIMUNDO PEREIRA LISBOA	PDS 111	64
VICE	ANTONIO PAULO PEREIRA DE PAULA		
VEREADOR			
(NÃO INCLUIR OS SUPLENTES)			
1 -	GERSON PEREIRA DA SILVA	PDS	16
2 -	ANTONIO CARVALHO DA SILVA	"	13
3 -	WILSON FERNANDES DE SOUZA	"	12
4 -	MIGUEL RUIZ CORAL	"	10
5 -	JOSÉ GREGÓRIO DE AZEVEDO MAIA FILHO	"	7
6 -			
7 -			

Fonte: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eleição. *Resultado de eleições Amazonas*. Eleições municipais de 15 de novembro de 1982. Documento disponibilizado por e-mail.

No documento constam as informações sobre quantas seções eleitorais tinham no município (apenas uma), a quantidade de pessoas aptas a votar (187) e a quantidade de votantes (116). Constam também os nomes do prefeito e do vice-prefeito eleitos em chapa única, bem como os vereadores eleitos no município, todos com suas respectivas votações. Chama atenção o fato de todos os candidatos pertencerem ao Partido Democrático Social (PDS), partido do então governador Paulo Pinto Nery, que assumiu o poder após a renúncia de José Bernardino Lindoso, também do PDS, em 15 de maio de 1982, para concorrer a uma vaga no Senado Federal, sendo derrotado por Fábio Pereira de Lucena Bittencourt do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O vereador “Gerson Pereira da Silva” é chamado de “Gessé” em todas as nossas fontes, inclusive em edição do Diário Oficial do Estado. O fato de todos os candidatos eleitos em Itamarati-AM nas eleições de 1982 demonstram um alinhamento com o governo estadual, e, provavelmente, fez com que o prefeito Raimundo Pereira não tivesse que enfrentar uma oposição na Câmara dos Vereadores de Itamarati-AM.

Devido a demora na resposta do TRE e do TSE, procurei no Diário Oficial do Estado os nomes dos vereadores eleitos em Itamarati nas eleições de 1982. Esses nomes se fazem presentes em uma decisão do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Amazonas (TCM) em 1987 que recomendava ao presidente da Câmara Municipal de Itamarati-AM o pagamento do valor de Cr\$548.648,00 (quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e oito cruzeiros) aos vereadores da legislatura anterior como diferença de valores que eles teriam recebido (Amazonas, 1987). Os vereadores que teriam o direito a receber são: Gessé Pereira da Silva, José Gregório de Azevedo Maia Filho, Wilson Fernandes de Souza, Antonio Carvalho da Silva e Miguel Ruiz Coral (Amazonas, 1987), contabilizando, assim como “Seu” Cosmo (Domingos, 2021) 5 vereadores que, junto com Raimundo Pereira Lisboa, primeiro prefeito, foram os primeiros candidatos eleitos no município.

Itamarati-AM teve um processo de emancipação política que se articula com o processo de criação de municípios no Brasil e no Amazonas ao longo da segunda metade do século XX. Emancipado politicamente de Carauari em 1961, no bojo da expansão da política de criação de municípios no Estado, reintegrado a Carauari em 1964 no início do governo militar no país, reintegração essa ocorrida sem justificativa legal, e emancipado novamente de Carauari a partir de 1983 com a eleição de seus legisladores e do chefe do

executivo municipal, em um contexto no qual o Amazonas estava, novamente, passando por um forte processo de criação e recriação de municípios, sendo Itamarati-AM um dos municípios recriados nesse período.

## 2.2 As ações paroquiais e a construção de um núcleo urbano

O território que veio a se constituir enquanto sede do município de Itamarati-AM, o seringal Santos Dumont, distrito de Carauari, se transformou em um núcleo urbano a partir de fins dos anos 1960. Sobre a constituição do município, “Seu” Cosmo (Domingos, 2021, p. 19) faz uma importante observação:

Sabemos que o município de Itamarati não nasceu somente da vontade dos políticos, não devemos esquecer principalmente dos esforços imediatos Don Joaquim de Lange os padres José Leowsfls e Godofredo van de Loy que sempre lutaram junto a autoridades para que o seringal Santos Dumont fosse elevado a categoria de Município.

O autor chama atenção que aliada a iniciativa política, as ações tomadas por religiosos também devem ser levadas em consideração. O autor apresenta um questionamento que casa perfeitamente com o nosso problema de pesquisa, mesmo eu tendo tido acesso ao livro apenas após o meu ingresso no curso de doutorado. O questionamento é o seguinte: “Perguntemo-nos, será que se os padres não tivessem vindo para a região pertencente a este município desenvolver atividades missionárias, educacionais e médicas os políticos teriam incluído na emenda constitucional o nosso município?” (Domingos, 2021, p. 20). Acredito que para o processo de transformação de Itamarati-AM em Município teve extrema importância a atuação dos padres da paróquia de São Benedito, que levaram acalanto espiritual e realizaram ações que fizeram com que essas pessoas ficassem o mais próximo possível da paróquia.

Ao chegarem em Itamarati-AM em dezembro de 1958, os padres viram que o local não possuía infraestrutura mínima, nem mesmo residência para eles. A primeira ação que eles pensaram foi realizar a construção de um trapiche<sup>58</sup>, de uma capela e uma escola (Livro de Tombo I, 1958). Em pouco tempo no seringal os padres já percebiam a diferença na localidade:

Fins de Junho. Com seis meses, o sítio Santos Dumont está diferente. A capela provisória está quase pronta. Um bom pedaço da capoeira foi

---

<sup>58</sup> Estrutura de madeira em formato de ponte destinada a atracação de embarcações.

cultivado – chegaram novos moradores que fizeram novas barracas. O varador (caminho) foi aberto e limpo e ponteadado.

Esse aumento de pessoas observado pelos padres ocorre em conjunto com as primeiras construções efetuadas por eles no Santos Dumont, sendo a primeira a casa paroquial, que servia de capela, enfermaria e de moradia para os padres (Livro de Tombo I, 1958). Segue abaixo foto da primeira casa paroquial:

Imagem 17: Foto da primeira casa paroquial provavelmente da década de 1960.



Fonte: Gentilmente cedido pela professora Raimunda Nogueira de Aguiar.

Na imagem podemos ver, além da casa paroquial ao centro, o início da construção do trapiche, tão importante para a localidade por se constituir no grande armazém geral do local, possibilitando armazenar e receber alimentos e demais produtos para comercialização, tanto para compra na comunidade quanto para venda a pessoas de outros locais que para ali se dirigiam. No lado direito da imagem é possível visualizar o Rio Juruá cheio, e as construções próximas ao rio se devem a sua importância, não apenas se constituindo em um grande fornecedor de alimentos, como peixes e tracajás (uma espécie de tartaruga), mas também por ser a principal “estrada” da região, em suas margens se desenvolver a agricultura e pelo seu papel central na vida das pessoas da localidade, fenômeno esse que ocorre nas cidades da região amazônica, onde “o rio comanda a vida” (Tocantins, 2021).



Após a casa paroquial, outras construções foram feitas, como a escola e o hospital, que levou a construção de residências próximo a esses locais. Na imagem a seguir podemos ver algumas das primeiras construções feitas no seringal Santos Dumont:

Imagem 18: Foto da primeira escola, primeiro hospital e primeiro conjunto de residências em Itamarati-AM.



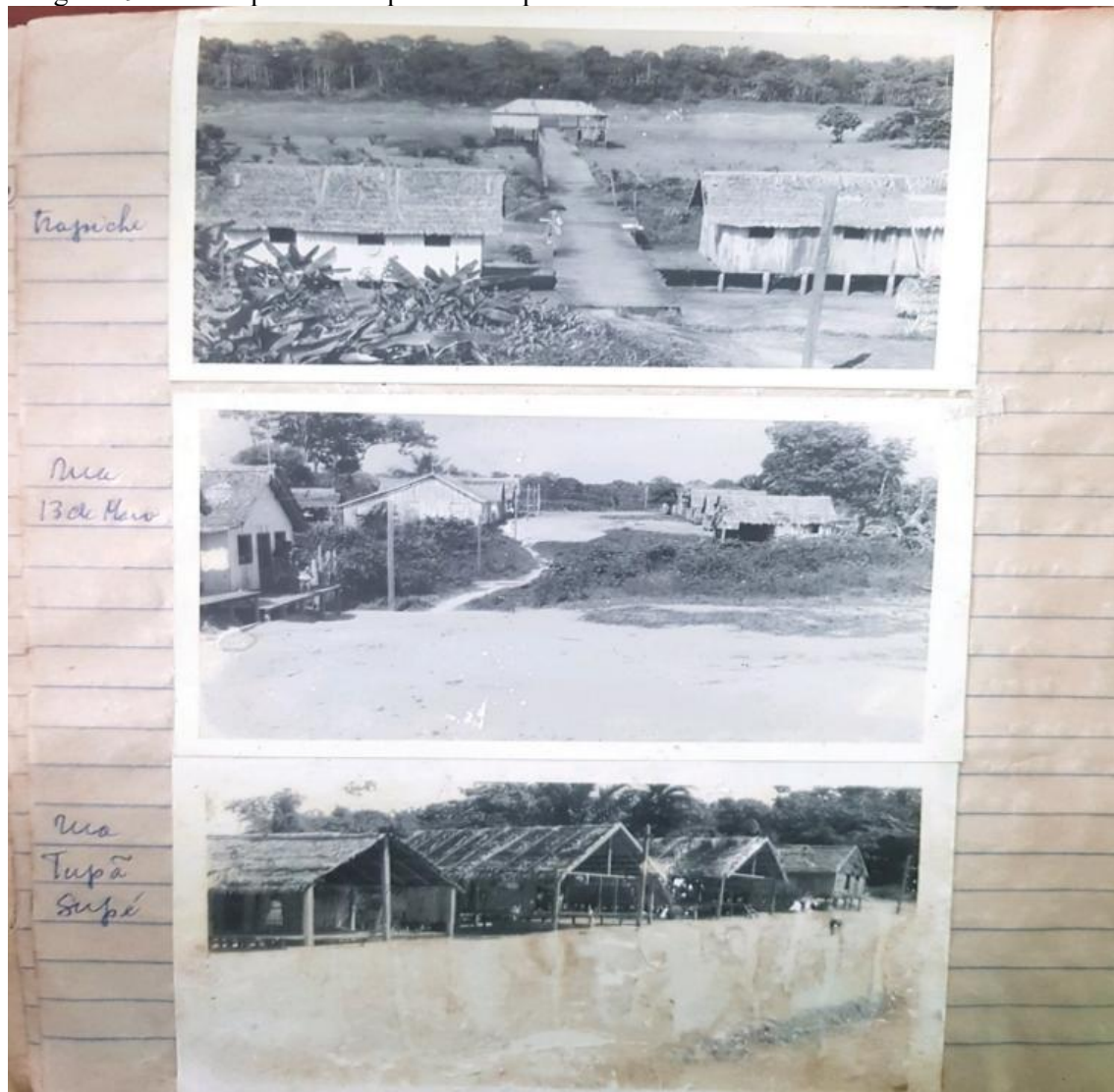
Fonte: Livro de Tombo I, 1958, p. 14<sup>59</sup>.

A precariedade das construções é perceptível, bem como a grande área florestal presente em torno das construções. A vegetação, sempre abundante em torno das construções, mostram que a cidade foi construída no meio da floresta amazônica. A construção do trapiche e de ruas, devido ao aumento na quantidade de moradores na localidade, que passaram a construir suas residências em locais específicos (que pode ter

<sup>59</sup> Como afirmado na introdução, utilizarei duas formas de referenciar os Livros de Tombo da Paróquia de São Benedito: a primeira se refere aos textos, que serão referenciados a partir dos arquivos disponibilizados pela paróquia. Já as imagens serão referenciadas a partir do Livro de Tombo impresso, tendo em vista que nos arquivos as imagens não estão presentes.

sido por iniciativa pessoal; ou por serem os locais onde o dono das terras, “Major” Antonio Maia permitiu; ou a partir de orientação dos padres), fez com que aparecessem os primeiros traços de uma geografia urbana, conforme pode ser visto nas imagens abaixo:

Imagem 19: Foto do primeiro trapiche e das primeiras ruas.



Fonte: Livro de Tombo I, 1958, p. 15.

A construção do trapiche era considerada como de suma importância pelos padres, devido a sua importância para o recebimento de insumos (Livro de Tombo I, 1958). É possível perceber que as casas dos moradores possuíam extrema semelhança com as residências indígenas, não só no uso dos mesmos materiais, mas também a sua estrutura, com grandes espaços sem divisória, fazendo com que as casas não tivessem muitos cômodos. As ruas recém criadas tinham como destino a capela, também recém construída, cuja imagem trago a seguir:

Imagem 20: Foto da primeira capela.



Fonte: Livro de Tombo I, 1958, p. 19.

A capela se constituía em uma construção frágil, feita de madeira e coberta de palha, situada em um grande terreiro, se transformou rapidamente no centro do povoado, sendo o local onde todas as reuniões aconteciam, além, é claro, das cerimônias religiosas. Os materiais utilizados nas construções, madeira e palha, se deve ao fato de as construções serem realizadas utilizando o que estava disponível na região.

Sobre o crescimento populacional nos primeiros anos de Itamarati-AM, “Seu” Cosmo (Domingos, 2021, p. 14) afirmou:

Cada dia que passava a paróquia de Santos Dumont crescia tanto em população quanto em melhoria de condições de vida para os habitantes daqui. Todos os dias chegavam mais famílias de outros seringais para morarem aqui, inicialmente o seringal era um lugarejo com 15 (quinze) famílias aumentando posteriormente para 90 (noventa) famílias no total. Essas boas notícias se espalhavam por todos os seringais que compunham o a localidade Santos Dumont, mais tarde Itamarati, que tinham chegado os padres e que aqui estava um lugar muito bom de viver. E a borracha continuava sendo a melhor fonte de renda para famílias.

Esse significativo crescimento populacional ocorria com a manutenção da principal fonte de renda da região, a extração do látex da seringueira para a fabricação de borracha. Os padres também desempenhavam um importante papel para esse crescimento, desde as ações desenvolvidas em torno da paróquia quanto em outras

atividades, como a realização das desobrigas, que fazia com que os moradores das regiões circunvizinhas tivessem conhecimento da Paróquia e das ações por ela realizadas:

No mesmo tempo construímos o trapiche. Passei o mês de abril só, porque Pe. José faz a desobriga no Cheruan, pela primeira vez. O padre visitou os índios da primeira maloca. Eles são muito maltratados pelos comerciantes. Por ser muito mais longe não visitou a outra maloca. Padre José batizou vinte oito índios. Voltando trouxe um Cearense, que já morava nove anos na maloca. Trouxe também um mestre e começou a construção do hospital por conta dos remédios (Livro de Tombo I, 1959, p. 3).

Na desobriga os padres visitavam também comunidades indígenas, analisando a realidade local e a relação entre indígenas e comerciantes da região, além do papel de catequese e de ingresso a religião católica dos indígenas, por meio dos batismos. Os padres também levavam pessoas para morar na região próxima a paróquia, alguns já com atividade específica a desempenhar, o que contribuiu para o aumento populacional.

Os padres passaram a oferecer para os habitantes locais serviços de assistência social, serviços médicos, odontológicos e educacionais (Domingos, 2021; Livro de Tombo I, 1958). Além dessas ações, os padres também:

Passaram a abastecer a população com alguns gêneros alimentícios que vinham para eles como: leite, óleo, trigo, queijo, etc. Também vinha roupa, retalhos de pano, remédios, brinquedos, ferramentas de carpintaria, além de outros materiais. Padre José além de celebrar a missa, trabalhava a parte medicinal, pois tinha conhecimentos para desempenhar esse papel social de fundamental importância para os ribeirinhos e os que aqui já habitam, chegando a curar várias pessoas. Até as mulheres ajudavam como lavar telhas usadas e outras atividades, recebendo em troca roupas, retalhos, gêneros alimentícios (Domingos, 2021, p. 12).

Essas atividades desenvolvidas pelos padres de distribuição de alimentos, remédios, roupas, brinquedos, dando ocupação para os habitantes locais e promovendo uma divisão social do trabalho e gênero. Os homens trabalhavam na construção, na busca por alimentos e nas atividades em que era necessário o uso de força, como o transporte de produtos pesados. Enquanto isso as mulheres eram envolvidas em atividades diversas, como lavagem de telhas, preparação de alimentos, cuidar da agricultura, dentre outros (Livro de Tombo I, 1958). As crianças tinham papel ativo estudando e cuidando dos preparativos das celebrações religiosas (Livro de Tombo I, 1958). Essa atuação como organizadores da vida social, somado ao papel de líderes espirituais desempenhados pelos

padres serviram de estímulo para que as pessoas se estabelecessem no seringal Santos Dumont.

Para que as construções ficassem mais firmes, os padres passaram a produzir tijolos, com os quais puderam reconstruir as construções existentes e fazer outras, inclusive a Igreja, cujos primeiros tijolos começaram a ser reservados em 1961 (Livro de Tombo, 1961), o início das obras em 1967 (Livro de Tombo, 1967) e a primeira missa realizada em 1971 (Livro de Tombo, 1971). Ao longo desse período Itamarati-AM tornou-se município, foi extinto e reintegrado a Carauari, com os padres tendo participação ativa na vida política local.

As construções em Itamarati, tanto pessoais, como a casa do prefeito, quanto os prédios públicos, como a delegacia, a prefeitura, o hospital e as escolas também foram construídos com os tijolos produzidos nas olarias criadas pelos padres, acrescidos de tijolos que chegaram via doação (Livro de Tombo I, 1962-1963).

Ao longo desse período Itamarati-AM tornou-se município, foi extinto e reintegrado a Carauari, e os padres tiveram uma relação de proximidade com os três prefeitos que o município teve ao longo do período 1961-1964. Essa relação de proximidade se deve ao fato de os padres morarem no município, enquanto os prefeitos apenas visitavam o município por determinado período, levando insumos, alimentos, materiais escolares ou equipamentos (Livro de Tombo I, 1961-1964).

Quando estavam na cidade, os prefeitos residiam na casa dos padres (Domingos, 2021), o que fortalecia essa relação de proximidade. Essa relação não necessariamente era amistosa o tempo inteiro, com períodos com registros de elogios e de críticas aos prefeitos, como ao prefeito Raimundo Rufino de Oliveira,

O trapiche novo está bem perto de ser concluído. Nem o Pe. Jaime não tinha mais um pinga de confiança de ver o trapiche este inverno ainda. De fato a única razão está no dinamismo propulsor do jovem prefeito que se mostra capaz de tomar a responsabilidade para o progresso de um povo que geralmente tem um pavor de responsabilidade (Livro de Tombo I, 1962, p. 18).

Itamarati está sem dinheiro e por enquanto não tem esperança de uma volta do prefeito, nem dele mandar dinheiro de lá. O que contraria é do prefeito sempre prometer o que não pode ou não quer cumprir (Livro de Tombo I, 1963, p. 21).



A situação local de penúria e a falta de efetividade nas ações dos prefeitos foram motivos de críticas, que não se restringiram a Raimundo Rufino de Oliveira, mas também aos prefeitos Jovelino Francisco Carvalho, que o sucedeu ou ao terceiro prefeito do município (Livro de Tombo I, 1962-1964), que, mesmo todos eles sendo do grupo político do governador Plínio Ramos Coelho, não faziam, na concepção dos padres, aquilo que eles esperavam pelo município que estava crescendo.

Uma demonstração do crescimento de Itamarati-AM ficou perceptível com as eleições municipais de 1963, para prefeitura de Carauari, com a disputa entre a então primeira-dama do município e o ex-prefeito de Itamarati-AM Raimundo Rufino de Oliveira:

Ao término do mandato [o prefeito Raimundo Miber de Carvalho Jucá] lançou a sua esposa Waldiza Jucá como candidata a prefeita. Mesmo vencendo na área jurisdicional de Carauari, perdeu no Distrito de Santos Dumont (atual Itamarati), resultando na derrota da mesma [...] (Costa, 2022, p. 231).

A eleição de Raimundo Rufino de Oliveira para a prefeitura de Carauari demonstra a importância eleitoral de Itamarati-AM dois anos após ser emancipada, com os eleitores do município ainda sendo eleitores em Carauari e sendo decisivos para a eleição de um candidato contra a esposa do então prefeito, que possuía o controle da máquina pública.

Com a extinção de Itamarati-AM em 1964, esperava-se que diminuísse a quantidade de pessoas no território. Porém, não foi isso que ocorreu. Após a extinção do município, “Seu” Cosmo (Domingos, 2021, p. 15) destaca que:

Mesmo assim os padres não desistiram e continuaram com os trabalhos missionários e sociais, onde contavam muito com ajuda de amigos ricos que tinham, através dessas amizades conseguiam angariar além de recursos financeiros, roupas e uma variedade muito grande de outros produtos provenientes de sua terra, Holanda.

A persistência dos padres na construção de um núcleo urbano em Itamarati-AM e de desenvolvimento de ações com vistas a melhorar a vida da população ali residente permaneceu mesmo após a extinção do município. Frequentemente ocorriam visitas de outros membros da Ordem da Congregação do Espírito Santo (espiritanos), principalmente da Holanda, dos EUA e da Alemanha. A Paróquia de São Benedito foi

controlada pelos espiritanos o ano 2000, quando foi substituída pela Ordem da Sagrada Família, cujos membros são párocos da paróquia até os dias atuais.

Ainda em 1963 os padres pensaram em formas de melhor organizar a compra e venda da principal atividade econômica do município, a extração da seringa. Para atingir esse objetivo, “foi planejada uma associação tipo, ‘cooperativa’, que poderia ser dirigida pelos padres da paróquia. Uma vez que o ambiente esteja pronto será entregue a uma diretoria plena Brasileira com estatutos próprios de uma cooperativa” (Livro de Tombo I, 1963, p. 23). A publicação do estatuto da cooperativa veio a ocorrer em 1965, em publicação do diário oficial do dia 6 de fevereiro de 1965 e tinha, em seu capítulo I:

#### Capítulo I

##### Da denominação, sede e prazo de duração

Art. I – Sob a denominação particular da Cooperativa dos Seringueiros de Itamarati – Limitada; fica constituída; nesta data; entre os abaixo assinados e os que no futuro forem regularmente admitidos uma Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada; nos termos do Decreto Federal n.º 22.239 de 19.12.32; revigorado com modificações pelo Decreto-Lei n.º 581 de 1.8.38 e pelo Decreto-Lei n.º 8401 de 19.12.45.

Art. II – A sede da cooperativa será na Sede da Paróquia de Itamarati – Rio Juruá; Município de Carauari e o seu fôro jurídico será na comarca de Carauari.

Art. III – A área de ação da cooperativa estende-se no Município de Carauari.

Art. IV – O prazo de duração da Sociedade é indeterminado e o ano social começará à 1.º de janeiro e terminará à 31 de dezembro (Amazonas, 1965, p. 3).

A sede da cooperativa era situada na paróquia, o que demonstra a liderança exercida pelos padres na condução das ações da cooperativa, bem como o controle exercido por eles sobre ela. A cooperativa tinha como objetivos:

#### Capítulo III

##### Dos objetivos da Sociedade e suas operações

Art. XIV – A Cooperativa dos Seringueiros de Itamarati – Limitada tem por objetivo principal defender econômica e profissionalmente os seus associados; estabelecendo uma relação direta entre a produção e o consumo; para isso observando o seguinte programa de ação; em sessões distintas; de acordo com as necessidades econômicas e a critério do Conselho de Administração, tendo em vista; especialmente:

a) instalar um armazem cooperativo;

b) comprar; por conta de seus associados; o material de que estes precisam para os seus serviços e manutenção de suas famílias.

Art. XV – Para as vendas em comum da produção de seus associados a cooperativa providenciará, no sentido de:

a) abrir e manter armazem destinado a recebimento dos produtos consignados pelos associados;  
 b) fazer aos associados; quando possível; adiantamento de até 80% (oitenta por cento) sobre o valor dos produtos que os mesmos entregarem a sociedade.

c) promover a propaganda dos produtos recebidos; zelando pela sua boa qualidade e boa apresentação.

Art. XVI – A cooperativa ainda se propõe; dentro do programa traçado pelos presentes Estatutos; abrir terras devolutas que nunca foram exploradas – criando mais recursos na região. Tudo para o pobre ficar menos pobre (Amazonas, 1965, p. 4).

A organização da cooperativa e os objetos estabelecidos no estatuto demonstram uma tentativa de organização não apenas do comércio da borracha, principal atividade econômica, mas também da organização do comércio de produtos para a subsistência, como alimento. Essa preocupação, bem como a proposta de fazer “tudo para o pobre ficar menos pobre”, faz parte da proposta missionária e assistencialista da Igreja Católica, que, mesmo não sendo abordadas nessa pesquisa, devem sempre ser levadas em consideração.

A cooperativa se outorgou ainda a responsabilidade de, com as sobras da cooperativa, abrir novos seringais e plantar novas seringueiras (Amazonas, 1961). Mesmo com a borracha natural sofrendo uma significativa crise na segunda metade do século XX, deixando de ter a importância nacional e regional que teve ao longo da Segunda Grande Guerra, em Itamarati-AM nos anos 1960 ela ainda era o principal produto econômico, a ponto de os padres criarem uma cooperativa para melhor organização e controle desse mercado. Sobre a cooperativa, “Seu” Cosmo (Domingos, 2021, p. 14) destaca que:

[...] [Os padres] fundaram a cooperativa, compravam as mercadorias nos regatões por um preço bem acessível e vendia aos sócios da cooperativa, compravam toda produção de borracha dos associados. Outra forma de comprar os produtos para cooperativas se dava com a contribuição de todos os associados onde alguns davam dinheiro e outros contribuía com quilos de borracha, dependendo das viagens realizadas a Manaus pelos padres a arrecadação geral tanto podia ser mensal quanto anual e todo o dinheiro era destinado para o abastecimento da cooperativa, ressaltando que o preço dos produtos era paralelo aos da capital.

A cooperativa tinha por presidente o seringueiro Gessé Pereira da Silva e vice-presidente Francisco Melo Barroso os produtos eram todos a granel, bolacha, açúcar, arroz, e demais estivas.

O nome de Gessé Pereira da Silva, apresentado pelo autor como presidente da cooperativa, é o nome do primeiro presidente da Câmara Municipal de Itamarati-AM, o que demonstra que a cooperativa, além de ter importância na organização da vida econômica de Itamarati-AM, também trouxe capital político para seu principal dirigente,



que conseguiu no início da década de 1980 se eleger vereador e foi o primeiro presidente da casa legislativa de Itamarati-AM.

Em 1966 a Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM passou por mudanças na sua direção. Os padres Godofredo Van Der Looy e José Leowfls foram substituídos pelo padre Jacobus (Jaime) Appelman, segundo pároco de Itamarati-AM, e pelo irmão Luiz, que ficou como auxiliar da paróquia por mais de 30 anos. Sobre as ações conjuntas do padre Jaime e do irmão Luiz em Itamarati-AM, “Seu” Cosmo (Domingos, 2021, p. 13-14) destaca que:

Padre Jaime e Irmão Luis, se davam muito bem, eram amigos e queriam trazer um modesto desenvolvimento para Itamarati, então decidiram iniciar seus trabalhos com uma pequena Olaria, para fazerem tijolos e com isso gerar trabalho (emprego) para algumas pessoas. Trouxeram as primeiras vacas, iniciando no lugar a pecuária. A intenção deles era criar e dar a cada morador uma vaca para quem a recebesse ele mesmo cuidar e dali em diante comesse sua criação. Só que tinha um, porém nessa história, se a primeira cria da vaca que a pessoa tinha ganhado fosse fêmea seria doada para a paróquia (não para os padres), para que eles pudessem agraciar (doar) para um outro morador. Um total de 22 famílias receberam cada uma 1 vaca, a qual representava uma riqueza enorme para as pessoas que as recebiam, pois produziam o leite de fundamental importância para seus filhos.

A doação de vacas, bem como a geração de empregos, proporcionada pelas olarias construídas, bem como as construções feitas com os tijolos produzidos nas olarias que tinham como mestre de obras o Irmão Luiz, além das ações da cooperativa, contribuiu para a manutenção e ampliação do núcleo urbano que se transformou na sede do município de Itamarati-AM.

Ao longo do tempo as ações da cooperativa foram motivos de rixas locais entre os párocos, que detinham o controle da cooperativa, e os “donos” de seringais que detinham o controle do comércio local. Importante destacar que cada seringal possuía um armazém que vendia produtos aos seringueiros que era controlado pelo “dono” do seringal, e a comercialização se dava por meio da troca de produtos (principalmente a borracha extraída), com os preços dos produtos sendo estipulados pelo dono do seringal, de forma que mantivesse o controle dos seringueiros. Como exemplo de um desses conflitos, destaco o ocorrido em 1970, assim registrado pelos padres:

**2 de maio** às 3 horas da madrugada chegou no porto de Itamarati a lancha da prefeitura com muitas autoridades: o Padre José para fazer sua primeira visita como principal [de Carauari], Irmão Gilberto, que

trabalha já 19 anos para a prelazia sem conhecer Itamarati, o padre João como coordenador de promoção humana, o vice-prefeito Sr. Emídio e o delegado José Freitas para apurar a verdade sobre as acusações que suas pessoas daqui tinham feito em Carauari contra a paróquia. As acusações foram que a cooperativa fez lucros, vendeu a não associados, tirou produtos dos seringueiros, não pagou ao fim do ano os juros e lucros aos sócios etc. Que o padre empatou de pagar renda sobre a roça aos donos do terreno, que ele vendeu amostras de remédios, que ele se meteu no policiamento etc.

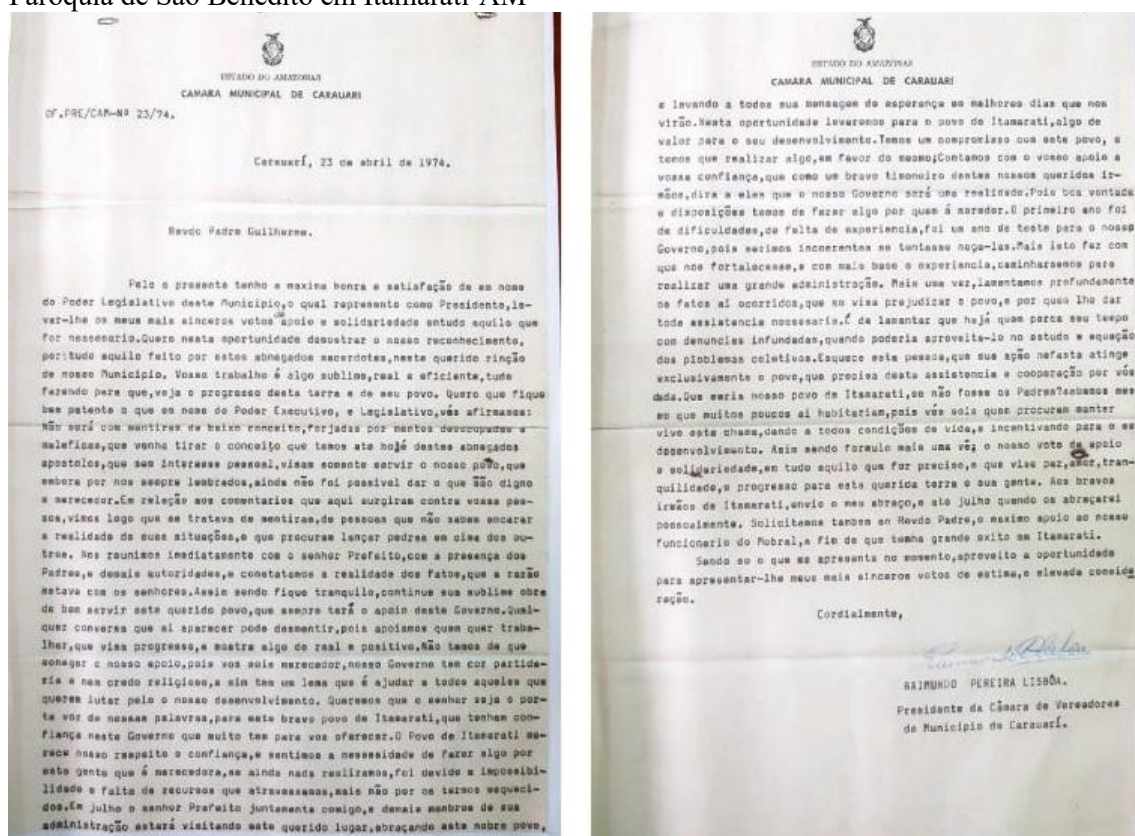
Mas em uma reunião do prefeito, presidente da câmara, delegado, coletor e as duas pessoas que fizeram queixa em Carauari ficou já clara que tudo era mentira. Portanto para verificar melhor foi mandada a comissão para fazer um inquérito entre todos os moradores de Itamarati. Foi chamado também o pessoal do seringal Dejedah que declarou que na loja do seringal tinha nada e que o gerente exigia entrega dos produtos sem poder dar os alimentos mais necessários, que a gente lá andou até necessitado.

A comissão ficou impressionada com a situação miserável no rio e a impossibilidade de defender seus direitos contra os patrões. O inquérito mostrou claramente que a paróquia tinha defendido só os direitos humanos e pela cooperativa e por outros meios tinha procurado aliviar a miséria da gente. Na reunião do sábado a tarde com a comissão o vice-prefeito declarou que ele não tinha encontrado nenhuma queixa em Itamarati contra os padres, mas o contrário. Explicamos às autoridades surgiram por falta de policiamento, que por motivo da distancia não podia ser assegurado bastante pela delegacia de Carauari e também pela dificuldade de fazer apelo às autoridades nos casos de opressões ou de arbitrariedade dos guardas no exercício de sua missão. A reunião terminou num contato muito agradável por um melhor conhecimento da situação de Itamarati e dos esforços que a prefeitura faz para remedia-la. A noite houve na praça da igreja a despedida com cânticos pelos alunos da escola e palestras do vice-prefeito, delegado e padre José. O vice-prefeito expressou sua satisfação de maneira que ele foi recebido pelo povo. O delegado agradeceu os guardas de Itamarati pelo cumprimento de seu dever difícil, nos comunicou que por motivo do desentendimento entre eles, ele achava melhor nomear novos guardas. Nas festas não podem entrar menores, mas os pais devem cooperar com isso. A cooperativa pode continuar de portar seus serviços para o bem do povo. Os moradores de Itamarati que plantam roças no terreno dos seringais em redor paguem só 5% da renda sobre o produto comercializado e não sobre o produto que teve para próprio consumo (Livro de Tombo, 1970, p. 74-75).

Esse conflito, gerado a partir de denúncias de pessoas de Itamarati-AM sobre a condução dos recursos da cooperativa pelos padres, que demandou a ida de uma comissão composta por autoridades de Carauari, como o prefeito, o presidente da Câmara municipal, o delegado, o padre da paróquia de Carauari, dentre outras pessoas, mostram que a atuação da cooperativa teve um impacto significativo na lógica comercial local, abalando o controle que os “donos” dos seringais tinham sobre a população local.

As denúncias feitas contra os párocos de Itamarati-AM não se restringiam apenas as ações da cooperativa, mas também a própria atuação dos padres. Essas denúncias eram feitas, em sua grande maioria, por donos de seringais locais, que viam cada vez mais a paróquia assumir um papel de liderança política na região, sendo perceptível em correspondências trocadas entre a Câmara Municipal de Carauari e a Paróquia de São Benedito, como pode ser percebido na imagem a seguir:

Imagem 21: Ofício da Câmara Municipal de Carauari para o padre Guilherme Burmanje da Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM



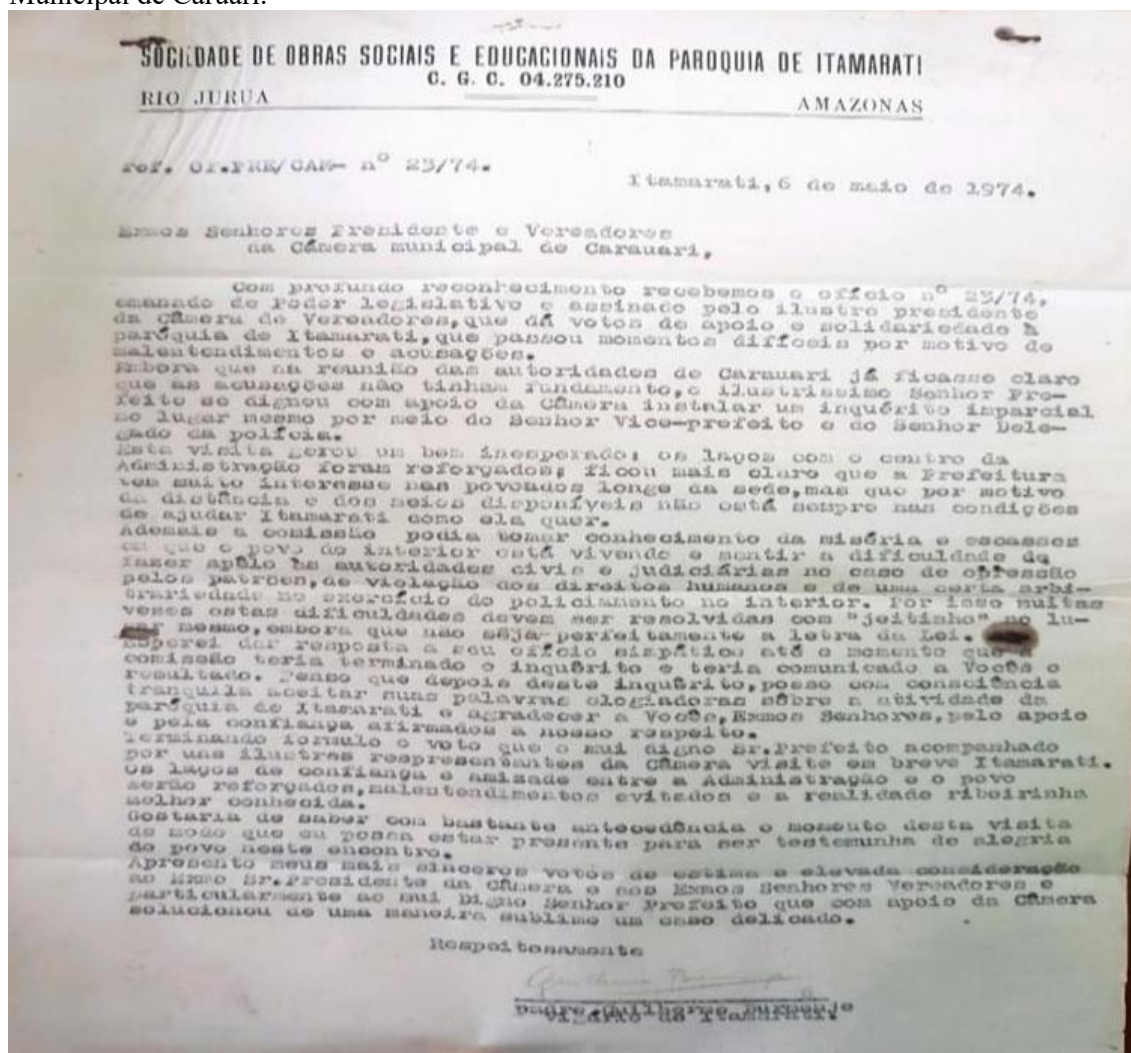
Fonte: Carauari. Câmara Municipal de Carauari. OF.PRE/CAM-N. 23/74. Câmara Municipal de Carauari, 23 de abril de 1974(a).

No ofício o então presidente da Câmara Municipal de Carauari, Raimundo Pereira Lisboa, busca tranquilizar o então pároco de Itamarati-AM, Guilherme Burmanje, sobre denúncias contra a atuação do pároco, fazendo uma exaltação das ações da paróquia e justificando a não atuação do executivo e do legislativo de Carauari em Itamarati. O ofício ainda informa uma futura visita dos representantes do executivo e do legislativo de Carauari a Itamarati-AM, e pede auxílio dos padres na recepção e adaptação de um

funcionário (possivelmente professor) enviado pela prefeitura para atuar em Itamarati-AM pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)<sup>60</sup>.

Diante do recebimento desse ofício, o padre Guilherme Burmanje se prontificou a responder ao presidente a da Câmara Municipal de Carauari:

Imagem 22: Resposta do padre Guilherme Burmanje ao ofício 23/74 da presidência da Câmara Municipal de Caruari.



Fonte: Carta enviada pela Paróquia de São Benedito de Itamarati-AM a Presidência da Câmara Municipal de Caruari em resposta ao ofício 23/74. 06/05/1974.

<sup>60</sup> O Mobral foi um programa de educação criado durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil existente no período 1967-1985. O programa objetivava alfabetizar jovens e adolescentes preparando-os como mão de obra para o mercado do trabalho. Para mais informações sobre o programa, Cf. Coelho, L. R. Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): as balizas curriculares, pedagógicas e técnicas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v. 7, n. 1, jan. 2021. 21 p. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/458/263>. Acesso em: 3 out. 2024.

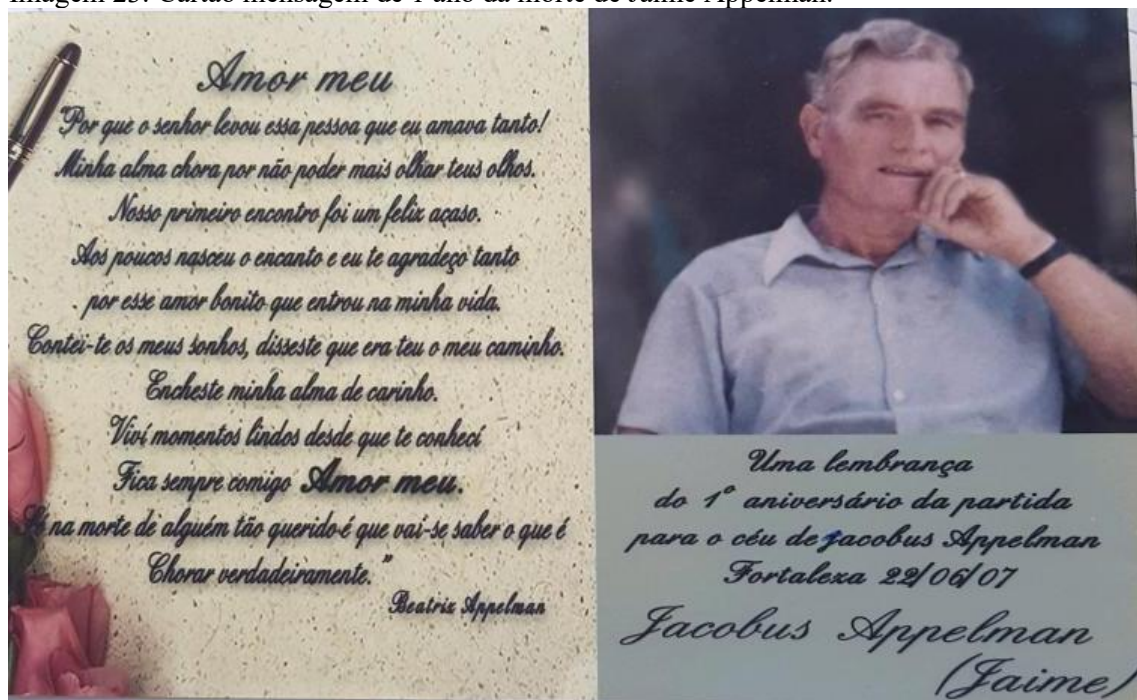


Na resposta o padre deixa bem claro o seu descontentamento com a instauração de inquérito para apuração das denúncias, destacando o lado positivo do inquérito, que fez com que o vice-prefeito e o delegado de polícia de Carauari visitassem Itamarati-AM e vissem a realidade local. O padre finaliza a carta destacando a sua expectativa para a futura visita do prefeito e dos vereadores de Carauari, pedindo para que a paróquia fosse avisada com antecedência dessa visita.

Em ofício enviado no dia 05 de agosto de 1974, o Presidente da Câmara Municipal de Carauari informou ao padre Guilherme Burmanje a não realização da visita, elencando como justificativa para esse cancelamento uma série de justificativas, dentre as quais a ida do prefeito a Manaus para buscar o dinheiro que seria usado para o pagamento das professoras do município e dos monitores do Mobral (Carauari, 1974b).

O padre Guilherme Burmanje foi para Itamarati-AM em 1970 para substituir temporariamente o padre Jaime Appelman, que foi designado para uma nova função na ordem dos espíritanos e, por isso, deixou a paróquia em 1969 (Livro de Tombo I, 1969). Curiosamente o padre Jaime, na época com 50 anos de idade, casou-se com uma freira em 1976 em Manaus, e essa união permaneceu até a sua morte, em 2007.

Imagem 23: Cartão mensagem de 1 ano da morte de Jaime Appelman.



Fonte: Appelman, B. Cartão mensagem de 1 ano de morte de Jaime Appelman. Fortaleza, 22 jun. 2007, 1 p. Documento cedido gentilmente por Raimunda Nogueira Aguiar.

Chama atenção o fato de um padre largar o sacerdócio para casar-se, e o fato de o padre Jaime já ser um homem de meia idade quando se casou. Retornando para a sucessão do padre Jaime, o padre Guilherme Burmanje foi efetivado em 1971, após nomeação de Dom Joaquim, bispo da Prelazia<sup>61</sup> de Tefé:

**CARTA DE DOM JOAQUIM, BISPO DA PRELAZIA DE TEFÉ  
AO POVO DE ITAMARATI**

*Prelazia de Tefé*

*Dom Joaquim de Lange, por mercê de Deus e da sé Apostólica, Bispo-Prelado de Tefé, a todos que ouvirem essa Paz no Senhor!*

*Considerando, que o Padre Jaime Appelman no fim do ano de 1969 foi nomeado Padre Principal dos Padres da Congregação do Espírito Santo, e que por esse motivo teve que deixar a Paróquia de Itamarati, de que era Vigário, Considerando por outro lado, que o Padre Guilherme Burmanje já no princípio de 1970 veio tomar o lugar dele nessa paróquia, Considerando ainda, que o povo de Itamarati quer que o Padre e o Irmão fiquem aqui, e que por sua vez Padre Guilherme como o Irmão Luiz desejam ficar nesta paróquia e com esse povo, a que querem muito bem.*

Temos por bem

*de nomear o Sr. Padre Guilherme oficialmente como Vigário dessa Paróquia de São Benedito de Itamarati, assistido pelo Sr. Irmão Luiz para o bem dessa paróquia.*

*Recomendamos que haja sempre o melhor entendimento e cooperação entre o Vigário Irmão e o povo para a Glória de Deus e o bem de todos.*

*Itamarati, 26 de Setembro de 1971*

*Dom Joaquim de Lange, Bispo. Prelado de Tefé (Lange, Dom J. de. [Carta] 26 set. 1971, Prelazia de Tefé [para] Itamarati. 2 f. Carta de Dom Joaquim, Bispo da Prelazia de Tefé ao povo de Itamarati.*

Sob a administração do padre Guilherme Burmanje a Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM teve uma ação extremamente importante para a manutenção e desenvolvimento de um núcleo urbano, que foi a criação de um “furo” no Rio Juruá. “Furo” no rio é uma expressão amazônica para se referir a um canal de ligação entre cursos d’água, que conectam rios e lagos a um rio principal. Louzada (2020) destaca que os “furos” não possuem correnteza própria, e os distingue em duas categorias:

Os furos podem ser classificados em duas categorias o furo natural que é um tipo de canal de ligação, esculpido na várzea alta pelo próprio sistema hídrico dominante. Geralmente são estreitos e rasos, e drenam água do rio principal durante a enchente, para o interior da bacia de inundação, e durante a vazante ocorre o contrário, alguns trechos podem permanecer com água represada durante a vazante.  
[...].

---

<sup>61</sup> Forma como a Igreja Católica se refere a um território administrado por um bispo ou por um padre, em preparação para se tornar uma diocese (composta por várias paróquias e governada por um bispo), porém sem a sua organização.

Já o furo artificial exerce as mesmas funções que um furo natural, todavia é fruto de interferência humana na paisagem, através do rompimento proposital da várzea alta, para que as águas do rio, adentrem com maior rapidez e facilidade a várzea baixa, dessa forma acelerando o processo de deposição nessas áreas, criando novas paisagens antropogênicas na várzea (Louzada, 2020, p. 87)

Segundo a autora os “furos” possuem uma perenidade que acompanha o volume das águas do rio principal, e o “furo” artificial, fruto de interferência humana, criando paisagens resultantes dessa ação humana. A autora destaca que os furos artificiais servem também para proporcionar abrigos para as embarcações durante as tempestades (Louzada, 2020), o que dá uma funcionalidade extra para eles.

Sobre as ações do padre Guilherme Burmanje em Itamarati-AM e a construção do “furo” no Rio Juruá, “seu” Cosmo destaca que:

O padre Guilherme cuidava de sua igreja e também dava assistência ao povo na área da saúde na parte de medicina e odontologia, era incansável no exercício de seu ofício a qualquer hora que o procurassem ele estava sempre de braços abertos para atender seus irmãos paroquianos, deu continuidade a saúde, educação, a cooperativa, criação de gado e outros trabalhos que beneficiava seus irmãos. Foi aí que surgiu a ideia de acabar com a grande volta do rio Juruá, no intuito de minorar o percurso que era efetuado em todo trajeto pelas balsas e outras embarcações uma das outras possibilidades era a criação de um lago como reserva para os moradores da comunidade.

Os barcos que passavam na volta do rio paravam e muitas pessoas iam por terra para a cidade pelo furo, se os barcos não parassem nos seringais 12 horas depois eles chegavam à cidade e se houvessem paradas nos seringais essa viagem levaria de dois a três dias.

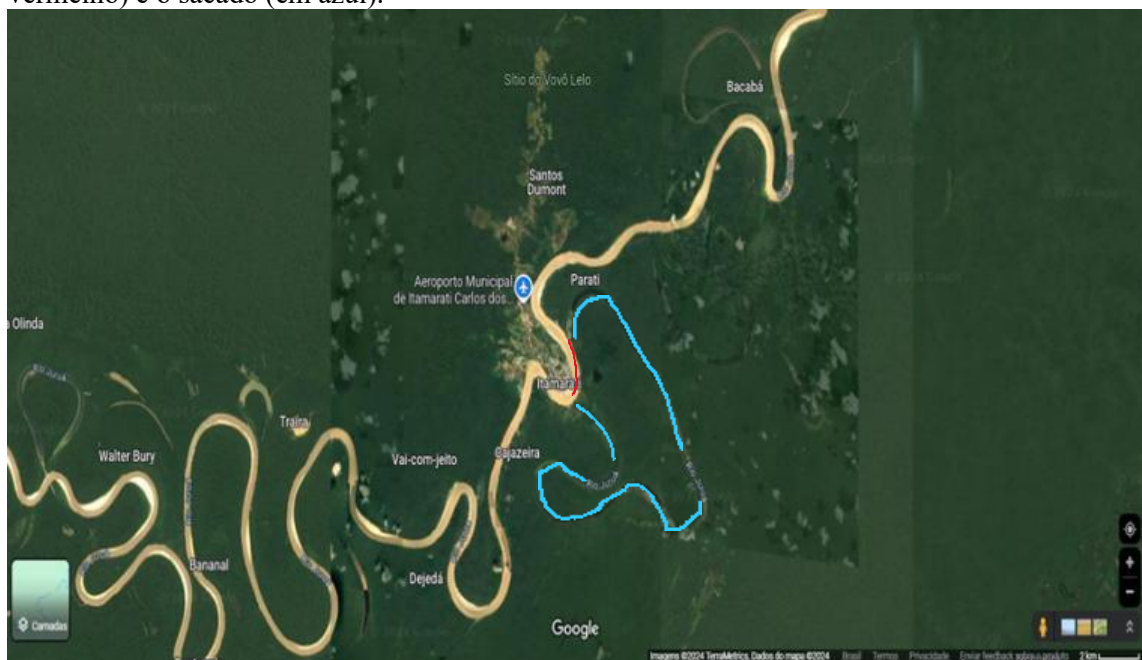
Tempos depois o padre Guilherme teve a iluminada ideia de escavar o furo com o propósito de desviar o curso do rio encurtando tamanha distância. Foram gastos precisamente 30 dias para que o furo estivesse pronto para a passagem mais avantajada das águas, com a força e generosa impetuosidade as águas se encarregaram de fazer o restante do trabalho. Os moradores não mediram esforços e boa parte da mão de obra foi comunitária, pediu também ajuda dos comerciantes que navegavam o rio Juruá, de amigos que tinham em seu país de origem e da prelazia de Tefé estas contribuições serviram para pagar as pessoas que ajudavam a fazer derrubada de árvores nas margens do furo. Como foi previsto pelos padres, após a natureza completar o que o homem tinha começado, não levou muitos anos o furo sacou e ficou rio navegável e a enorme volta transforma-se em um sacado<sup>62</sup>, muito farto de peixe e de bicho de casco (quelônios) (Domingos, 2021, p. 16-17).

---

<sup>62</sup> Braço de rio ou igarapé (curso de água pouco profundo e estreito que corre no interior das matas) que surge a partir da mudança de leito de um rio.

“Seu” Cosmo destaca que a construção do “furo” ocorreu em paralelo com o desenvolvimento das atividades religiosas e de assistência social realizadas pela paróquia. O autor destaca o aspecto comunitário da construção, bem como foram arrecadados os recursos financeiros para a construção, que tiveram desde doações de comerciantes locais, de holandeses e do Bispo de Tefé, até o estabelecimento de um “pedágio não obrigatório” nas margens do Rio Juruá, com todas as ações e iniciativas estando presentes nos documentos paroquiais. “Seu” Cosmo afirma que o “furo” foi construído em 30 dias, porém, nos documentos paroquiais, os registros da construção do “furo” ocorrem no período 1970-1975, inclusive com as ampliações devido a quedas de barrancos, facilitados por retiradas de árvores das margens. A partir de 1977 o “furo” passa a substituir completamente o curso natural do rio, conforme pode ser observado na imagem a seguir:

Imagem 24: Imagem de satélite do município de Itamarati-AM, destacando o “furo” do rio (em vermelho) e o sacado (em azul).



Fonte: Adaptado do *google maps*. Disponível em: [https://www.google.com/maps/@-6.443443,-68.2297233,52729m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&g\\_ep=EgoyMDI0MTAwMi4xIKXMDSOASA FQAw%3D%3D](https://www.google.com/maps/@-6.443443,-68.2297233,52729m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MTAwMi4xIKXMDSOASA FQAw%3D%3D). Acesso em: 08 out. 2024.

Essa mudança no curso do Rio Juruá, cujo curso original (em azul) foi transformado em um sacado e substituído pelo “furo” (em vermelho), que se transformou no novo leito do rio, é uma modificação que teve significativa importância para Itamarati-AM, com os documentos paroquiais destacando a significativa diminuição tanto para o tempo da viagem até a localidade, quanto para o custo dela, bem como porque o sacado se transformou em um importante reservatório de peixes e de quelônios (tartarugas) para



alimentação local, que se tornaram abundantes até mesmo em períodos de baixa das águas do rio.

A relação da paróquia com os poderes executivo e legislativo de Carauari na maior parte do período 1964-1982 foi amistosa, devido aos interesses de ambas as partes. Os padres tinham interesse que os representantes do poder público de Carauari realizassem ações em Itamarati-AM, e os políticos carauarienses viam Itamarati-AM como importante reduto eleitoral, e uma boa relação com os padres renderia para eles propaganda positiva e, conseqüentemente, votos. Porém, essa relação sempre foi de constante cobranças por parte dos padres para que o poder público realizasse obras públicas e ações em Itamarati-AM, o que fez com que em certos momentos houvesse discordâncias entre os padres e os prefeitos e vereadores de Carauari, mas nada que retirasse da paróquia a liderança política que tinha, com os padres buscando para si a primazia das ações desenvolvidas em Itamarati-AM.

Os padres buscavam para a paróquia essa liderança política, inclusive se opondo a lideranças locais, que, graças ao poderio econômico que tinham na região, também possuíam relações próximas com o poder político carauariense, que, inclusive, pedia ajuda para a paróquia e para essas lideranças locais para o desenvolvimento das ações do poder público em Itamarati-AM. Os padres demonstravam claramente a sua insatisfação a essas situações, deixando-as registradas: “Numa carta ele [o prefeito] disse que contava com o apoio da paróquia e da família Maia. Respondi ao prefeito que nada pode ser consentido sem licença do bispo, que a família Maia nunca fez coisa nenhuma para o povoado” (Livro de Tombo II, 1975, p. 71). Essa busca dos padres em assumir o papel de principal (ou exclusiva) liderança provocou conflitos entre a paróquia e os grupos mais abastados de Itamarati-AM, inclusive com a família Maia, que possuía o controle das terras onde foi erguida a paróquia e se estabeleceu o núcleo urbano que se transformou na sede de Itamarati-AM. Esses conflitos muitas vezes extravasavam os limites de Itamarati-AM, chegando inclusive a interferir diretamente na relação com o poder público de Itamarati-AM, como pode ser percebido no relato abaixo:

Na conversa com o vigário, o prefeito comunicou que 1.000x1.000 metros do terreno da paróquia era desapropriado e que no juiz tinha uma certa importância para isso, mas bloqueada. Não sei a importância nem os motivos por que o dinheiro é bloqueado. Protestei contra o fato que a desapropriação foi feita em escondido e que não foi comunicada por escrito, também contra a maneira que não respeitou as exigências

legais. Agora está incerto com qual parte do terreno a paróquia vai ficar para seus serviços religiosos, sociais e educacionais. Nem está segurado se cada morador vai receber um lote de graça como foi a intenção da paróquia com aprovação do Senhor Bispo. Eu fiz um protesto no tribunal de Carauari do qual tem uma cópia neste diário. Entretanto a prefeitura se comporta como se fosse o terreno dela. Mandou limpar as ruas sob comando de Mauricio Maia sem nenhum entendimento com o vigário. Parece que vão derrubar os alicerces que foram feitos para a nova escola, sendo errados, pois foram projetados para duas salinhas de 5x5 metros. Primeiro conflito surgiu quando Mauricio Maia fez derrubar a seringueira perto da escola. Perguntei com qual autoridade ele o fazia. Resposta: “o terreno é nosso”, “Eu tenho uma casa o título definitivo” e “agora vai a situação dos moradores melhorar”, “Eu vou dar à paróquia o lugar onde está a igreja e a casa paroquial”, “A benfeitoria que a paróquia no terreno fez, não somos nós que mandamos fazer. É por conta dela”, “Aliás nós pagamos a luz”. Estas frases mostram bem a mentalidade. Uma parte do povo corre agora atrás dos Maia pois eles cheiram dinheiro, seja que o dinheiro da limpeza vem da prefeitura pelas mãos de Mauricio Maia que diz que ele é dono de Itamarati tendo contratado com os herdeiros por 4 anos Arapu I + II e Monte Mário. Quando o prefeito voltou, dia 19, perguntei se o Sr. Mauricio tem título definitivo do terreno da paróquia, ele disse que não. Mas parece que pela oposição contra estes “cabos eleitorais” o prefeito hesita ainda de nomear Sr. Mauricio como vice prefeito (Livro de Tombo II, 1975, p. 75-76).

Essa briga política em Itamarati-AM pendia para o lado dos padres nos períodos próximos as eleições municipais, devido ao interesse dos políticos de Itamarati-AM em se elegerem, período no qual os candidatos a prefeitos e vereadores em Carauari buscavam o apoio da paróquia, prometendo diversas ações e cumprindo algumas que tinham sido prometidas no pleito anterior, conforme registros nos Livros de Tombo. Importante destacar que os eleitores de Itamarati-AM votavam em Carauari, tendo em vista que apenas a partir de 1978 houve urnas para votação em Itamarati-AM, que contava nesse ano com 700 eleitores, dos quais apenas 87 votaram em Itamarati-AM devido à falta de propaganda (Livro de Tombo II, 1978).

O padre Guilherme Burmanje foi transferido no dia 26 de junho de 1978 para a Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição de Carauari (Livro de Tombo II, 1978), o que fez com que Itamarati-AM ficasse sem pároco até o retorno do próprio padre Guilherme Burmanje, em 30 de janeiro de 1979 de forma temporária, permanecendo na paróquia até a sua morte, em 20 de janeiro de 1981, afogado nas águas do Rio Juruá após a embarcação que o levava para um encontro de religiosos em Tefé naufragar (Livro de Tombo II, 1974-2013; Domingos, 2021).

No período 1959-1982, os padres espiritanos da Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM conseguiram, por meio de suas ações, contribuir para a construção de um núcleo urbano no território que teve papel decisivo para que Itamarati-AM seja um dos 62 municípios amazonenses na atualidade. Longe de terem sido apenas líderes espirituais, os padres se transformaram em lideranças políticas na região, realizaram ações de assistência social e desempenharam um papel de suma importância na vida econômica local, desde a criação de construções e postos de trabalho para a população ali residente, a criação da cooperativa, que diminuiu o poder dos donos de seringais locais, a idealização e construção do “furo” do Rio, que passou a margear o município. Além dessas ações, os padres buscaram levar a educação formal para municipal, tendo um papel de suma importância no desenvolvimento educacional em Itamarati-AM, com esse desenvolvimento educacional tendo grande contribuição para o desenvolvimento de Itamarati-AM, conforme será visto na próxima subseção.

### **3 DESENVOLVIMENTO EM ITAMARATI-AM**

Desenvolvimento é um conceito polissêmico, que possui diferentes facetas ou áreas (econômico, ambiental, social, regional, dentre outros) que abarcam diferentes aspectos da vida social na atualidade. Nessa seção irei analisar esse conceito e a sua utilização, sem o interesse em abordar a gênese de construção do conceito ou em buscar modelos explicativos para analisar as ações paroquiais ou a sociedade itamaratiense, mas buscarei tecer algumas considerações sobre os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento regional para que se tenha uma compreensão do seu significado, sinalizando a superação da relação quase sinônima entre desenvolvimento e crescimento econômico, a forma como o desenvolvimento regional pode ser pensado para analisar realidades sociais na Amazônia e como as ações paróquias contribuíram para o desenvolvimento daquela comunidade.

Tendo em vista o foco em na produção de uma obra historiográfica das outras duas seções dessa pesquisa, nessa seção buscarei realizar uma abordagem mais analítica, a partir da análise das ações desenvolvidas pelos padres espiritanos na Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM e a relação dessas ações com o desenvolvimento regional e local que culminaram na construção de um núcleo urbano que possibilitou a emergência de Itamarati-AM enquanto cidade, buscando relacionar essas ações e seus impactos com os contextos regional e nacional.

#### **3.1 Desenvolvimento: análise de um conceito**

Poucos conceitos nas áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais possuem uma complexidade de compreensão e uma amplitude de utilização tão grande quanto desenvolvimento, o que faz com que noções como industrialização, crescimento, progresso, modernização, urbanização, industrialização, transformação, evolução, dentre outros, sejam frequentemente utilizados como sinônimos de desenvolvimento. O economista Nali de Jesus de Souza afirma que:

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente (Souza, 2012, p. 5).

O autor destaca a dificuldade de conceituação do desenvolvimento, e a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o conceito: uma que percebe o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, e outra que vê o crescimento econômico com suma importância para o desenvolvimento, mas não como premissa básica.

Entendo que o crescimento econômico é um dos fatores mais importantes para análise do desenvolvimento na sociedade capitalista, sem estabelecer parâmetros de hierarquia como sendo um fator que seria mais ou menos importante que outros. Nesse ponto, concordo com o economista polonês Ignacy Sachs (1927-2023) quando o autor afirma:

Por outro lado, o fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento (Sachs, 2001, p. 157-158).

Partindo da concepção que o crescimento econômico e o desenvolvimento não são antagônicos, mas que devem se complementar, com o crescimento econômico sendo importante para a transformação da realidade social e possibilitando que o desenvolvimento ocorra com objetivos sociais, que possibilite transformações positivas na sociedade em diferentes dimensões da vida social, como a social, material, econômica, cultural, ambiental, social, política, territorial, científica, tecnológica, ou seja, que promova uma revolução na sociedade, permitindo aos membros daquela sociedade não apenas ganhos econômicos, mas também qualidade de vida e participação naquela sociedade.

Mas, afinal, o que é desenvolvimento? Ao tentar responder essa questão, o economista José Eli da Veiga (2010) destaca que a resposta é possível a partir de três formas de compreensão sobre o desenvolvimento: a primeira vê o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico; a segunda vê o desenvolvimento como ilusão, um mito ou manipulação ideológica e, assim como o aqueles que vêm o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, os membros desse segundo grupo preferem utilizar a expressão “desenvolvimento econômico” em detrimento a “desenvolvimento”,

tendo em vista que, para esses dois grupos, essas expressões podem ser vistas como sinônimas.

A terceira forma de compreensão do desenvolvimento entende-o como liberdade, tendo ganhado visibilidade no mundo a partir da publicação do Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1990, e das reflexões do filósofo indiano Amartya Sen (1933-) proferidos em conferências entre os anos de 1996-1997, que foram reunidos na obra *Desenvolvimento como liberdade* (2000), que de acordo com Veiga (2010, p. 33) é “[...] a obra que certamente mais traz respostas positivas e diretas à pergunta: o que é desenvolvimento”.

Para Sen (2000) o desenvolvimento é liberdade e deve ser medido pela extensão do conjunto das capacidades das pessoas. De forma simplista, é a possibilidade de se viver a vida que se deseja. Para o autor “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente a sua condição de agente” (Sen 2000, p. 10). Para o autor o desenvolvimento só ocorre a partir da liberdade, que possibilitará o exercício da cidadania, com os sujeitos tendo uma participação social ativa, exercendo o seu papel de agente na sociedade. Ou seja, o desenvolvimento ocorre tendo como ponto de partida o exercício da cidadania, e não a sua oposição. Longe de se opor a relação de desenvolvimento e crescimento econômico, Sen destaca que:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (Sen, 2000, p. 28).

Como um fim a ser perseguido, o exercício da liberdade constitui o desenvolvimento, que tem como objetivo a eliminação dos fatores que privam os sujeitos do exercício da liberdade, tendo em vista que, como destaca Veiga (2010, p. 35-36):

A despeito de aumentos sem precedentes da opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas, talvez até a maioria. Às vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças curáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, a possibilidade de ter acesso à água tratada

ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação, ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Há ainda as situações em que a violação de liberdades resulta diretamente de uma negação das liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

Sen (2000) afirma que as liberdades substantivas são básicas, como a liberdade de sobreviver, não ter privações como fome, desnutrição, subnutrição, mortes evitáveis ou prematuras, assim como a liberdade de ser alfabetizado, ter participação política e liberdade de expressão. As liberdades substantivas possuem significativa importância para que haja a interação e organização social que possibilitem o pleno exercício da cidadania. Compartilho dos pensamentos de Sen (2000) e de Veiga (2010) que o desenvolvimento ocorre com a oferta dos direitos de atendimento de necessidades básicas, como alimentação, nutrição adequada, saúde, habitação, participação da vida em comunidade, respeito, participação social e política, acesso a bens, serviços e produtos. Porém, o desenvolvimento não deve ser visto a partir de fatores iguais para todos os lugares, tendo em vista que não necessariamente irão corresponder a um padrão único para todas as comunidades, principalmente no tocante a renda e acesso a bens, que se modificam a partir das necessidades de cada grupo (Sen, 2000).

A importância da não padronização das necessidades sociais se mostra extremamente valiosa para compreensão do desenvolvimento em Itamarati-AM, no interior do Amazonas, não apenas para o período analisado nessa pesquisa, mas até a atualidade. Os recursos, bens e serviços ofertados em grandes centros como Manaus não necessariamente irão possuir a mesma importância em Itamarati-AM, como por exemplo o uso de aplicativos de transporte e entrega de alimentos e mercadorias, tendo em vista que em Itamarati o serviço de *internet* funciona de forma precária. Importante destacar que isso não quer dizer que o serviço de transporte e entrega via aplicativos seja desnecessário em Itamarati, mas apenas que ele não possui a mesma importância que em Manaus, tanto pelas relações de sociabilidade e de extensão territorial em Itamarati-AM, que por ser um município cujo núcleo urbano situado na sede do município caberia em boa parte dos bairros de Manaus, não possui os problemas de trânsito e grandes distâncias para deslocamento como em Manaus, onde mesmo com problemas constantes de

interrupção de sinal de *internet* o serviço de transporte e entrega de alimentos e alimentos por meio de aplicativos fazem parte do cotidiano da cidade.

Dessa forma, compartilho do pensamento da pesquisadora Fernanda Pinto, que afirma:

Cremos que o desenvolvimento ocorre em um dado território, sendo ligada a autoconfiança coletiva em conceber recursos, mobilizando os já existentes, atuando de forma cooperativa e solidária. Desse modo, não há como relacioná-lo apenas com avanços materiais, pois a proposta central do desenvolvimento está em conceder aos seres humanos, dignidade enquanto cidadãos, através de um conjugado de valores que compreendam justiça, democracia, ética, solidariedade, segurança e outros que atendam suas necessidades de bem-estar social, de infraestrutura, de sustentabilidade.

O desenvolvimento jamais será obtido individualmente. É necessária articulação das pessoas em comunidades, que vão refletir a identidade que caracterizará essas pessoas e a construção social regional dessa comunidade. Esse processo gera um conjunto específico de valores regionais, que vai ocorrer num dado recorte de território, definindo e especificando ações e políticas para essa região ou localidade (Pinto, 2012, p. 55).

Entendendo que o desenvolvimento deve ser pensado a partir da concepção que cada local possui as suas singularidades próprias, e a perspectiva da história regional e local nessa pesquisa possibilita compreender que o desenvolvimento ocorrido em Itamarati-AM entre os anos 1960-1980 não deve ser pensado a partir de fórmulas prontas ou modelos explicativos, que não foram pensados para aquela realidade. Partindo dessa compreensão é que abordarei na próxima seção sobre o desenvolvimento regional no Amazonas.

### 3.1.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO AMAZONAS

Assim como o conceito de desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento regional é múltiplo, polissêmico, com diversas possibilidades de análise e interpretação. Porém, como o próprio termo “desenvolvimento regional” já aponta, a busca é por perceber/apontar/analisar o desenvolvimento em um espaço territorial específico, previamente definido, chamado de região, que, de acordo com Oliveira (1981, p. 27) “[...] pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas”, ou seja, de forma bem ampla e abrangente, no qual diferentes processos sociais podem ser considerados.



A região pode ser assim definida: “Conceitualmente a região é uma classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área, como os municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença face a outros conjuntos” (Corrêa, 1997, p.186). Correa (1997) avança nessa definição, destacando que a diferença entre outros grupos pode ser maior que a uniformidade interna, possibilitando a identificação, reconhecimento e pertencimento entre os membros do grupo dessa região.

De acordo com Dallabrida (2011) o desenvolvimento regional pode ser compreendido como um processo de mudança estrutural, situado histórica e espacialmente, caracterizado pela dinamização socioeconômica e melhoria da qualidade de vida ao conjunto de sua população, entendo que, tendo em vista que desenvolvimento regional é um processo, ele não deve ser pensado como um estágio a ser alcançado ou um modelo a ser seguido.

A noção de desenvolvimento, quando aplicado a análise do espaço, desdobra-se em diferentes escalas de observação e análise que, mesmo interligadas, possuem dinâmicas próprias e específicas. Nesse ponto, um fator preponderante para o desenvolvimento regional é a delimitação de uma escala geográfica e espacial para análise dos acontecimentos históricos que ocorrem dentro daquele espaço, pois “[...] a escala é, na realidade, à medida que confere visibilidade ao fenômeno” (Castro, 1995, p. 123). Porém, não se deve esquecer que “as escalas são construções históricas, econômicas, culturais, políticas e sociais [...]” (Brandão, 2012, p. 27), ou seja, não são um produto pronto, acabado e impostos pela natureza, mas são criadas e recriadas a partir das necessidades e interesses dos seres humanos.

Compreender os sentidos que a interpretação do conceito de Desenvolvimento Regional no Amazonas possui, é entender que existem várias interpretações sobre o sentido e compreensão sobre o significado do termo “desenvolvimento”, voltado a populações e suas ações para modificar e qualificar a vida, os espaços e consequentemente, alcançar melhorias e liberdades.

Pensando na questão macroeconômica, o desenvolvimento pensado para a região é voltado para um recorte que abarca a Amazônia Legal, onde o modelo de desenvolvimento instrumentalizado a partir de meados do século XX teve como norte as políticas desenvolvimentistas que visavam a integração nacional na busca por ocupar o tido "vazio demográfico" e intensificar a exploração econômica dos recursos naturais e

humanos. Políticas que foram estruturadas baseadas em setores estratégicos como infraestrutura viária, agropecuário, mineral e hidrelétrico, atraindo predominantemente o capital privado (Jesus; Oliveira; Silva, 2024).

A exploração dos recursos naturais em contrapartida a espoliação social no crescimento populacional desigual na região é também analisada pela ótica da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, que explica como a acumulação capitalista e as crises moldam os "modelos" de desenvolvimento, resultando em homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço, fazendo com que espaços que aparentemente não são lucrativos para exploração financeira ou humana, não tenha a “atenção” estatal e do mercado para investimentos (Madeira, 2014).

No contexto do estado do Amazonas, a análise acerca da compreensão do Desenvolvimento Regional esbarra na centralidade das pesquisas acadêmicas realizadas acerca de Manaus, sua capital e, conseqüentemente, na carência de estudos sobre os municípios do interior - como Itamarati-AM, foco dessa pesquisa- e que denuncia uma disparidade local no que concerne a academia, no tocante não apenas as pesquisas em Educação, uma vez que não encontramos textos e pesquisas que tivessem como objetivo de análises as concepções sobre desenvolvimento regional no Amazonas a partir das cidades do interior do estado, com enfoques locais, ou mesmo um estudo de caso sobre desenvolvimento na Sub-região do Médio Juruá<sup>63</sup>.

Ao se discutir a questão do Desenvolvimento Regional no contexto dessa pesquisa se faz necessário levar em consideração, inicialmente, a ocupação histórica da região Amazônica e do estado do Amazonas em particular, uma vez que ambos apresentam um percurso distinto do restante do Brasil, marcado por uma dinâmica em que o desenvolvimento do território foi influenciado por fatores como o extrativismo (borracha), interesses expansionistas ligados às grandes guerras e, mais tarde, por políticas de valorização (como o Plano de Valorização da Amazônia - PVDA) que, inicialmente, desestimulavam a criação de novos municípios.

---

<sup>63</sup> Foram realizadas buscas nos seguintes repositórios: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Utilizamos como buscadores os termos “Desenvolvimento Regional no Amazonas”, “Desenvolvimento Regional e Médio Juruá”, “Desenvolvimento Regional+Amazonas”. As pesquisas foram realizadas entre os dias cinco e sete de março de 2025.

A instalação de missões católicas no interior do Amazonas, principalmente a partir do final do século XIX, sendo parte de uma estratégia de administração territorial e geopolítica, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento local, se pensarmos em desenvolvimento enquanto ampliação de acesso a serviços e produtos, bem como em melhoria de infraestrutura e ampliação no quantitativo de moradores, uma vez que promoveu a urbanização e a ampliação do trabalho sedentário em oposição ao extrativismo itinerante, especialmente em regiões fronteiriças (Menezes, 2002).

A chegada de novas ordens e a designações de novas funções para as antigas ordens presentes no Brasil tiveram como objetivo assegurar as transformações agora, orientadas diretamente por Roma e incentivar o Brasil como território de missões, cujo objetivo retórico principal ligava-se à necessidade de conversão e evangelização da população de índios, especialmente às localizadas no centro-norte do país. Ao analisar a presença católica no estado do Amazonas, pode-se concluir que o objetivo primeiro e retórico das missões estavam atreladas à formação do trabalho e, por consequência, operavam com uma determinada estratégia de concentração da população, principalmente, através da evangelização e da formação para o trabalho proporcionadas pelas reativações ou criações de paróquias e ações orientadas e localizadas nos pequenos núcleos urbanos da Amazônia brasileira (Menezes, 2002, p. 2).

Entendo assim que as ações educacionais que as missões católicas realizavam através das ordens religiosas que para a Amazônia vinham, tinham como objetivo transformar os pequenos núcleos urbanos em locais onde a lógica da civilização era acompanhada de um conceito de desenvolvimento baseado na educação para o trabalho, e o território que veio a se constituir no município de Itamarati-AM também foi palco dessas ações, no sentido de desenvolver localmente o grupo populacional para se alcançar o desenvolvimento regional.

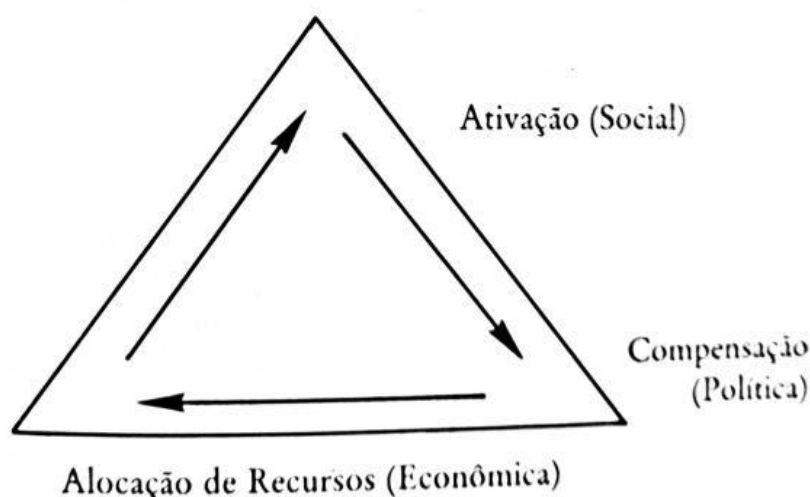
Cabe destacar que “pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento” (Oliveira; Lima, 2003, p. 31), com a participação de fatores externos exógenos (externos) e endógenos (internos). Se o Desenvolvimento Regional opera numa escala macro, o Desenvolvimento Local opera numa escala micro territorial (municipalidade, comunidade) e se distingue pela ênfase na endogeneidade, na participação e na subjetividade dos atores. Pinto (2012) afirma, acerca do Desenvolvimento Local, que é baseado na valorização de fatores endógenos, quando há uma valorização do desenvolvimento autônomo, integrado e sustentável, enfatizando as pessoas como sujeitos ativos do lugar onde vivem, uma vez

que esse conceito está intrinsecamente ligado aos laços que unem o local aos sujeitos, sendo eles que aplicam ao local um sentido particular. Fatores que se mostram como desenvolvimento de um local podem não ter a mesma importância se consideradas as realidades de outros locais.

De acordo com o economista chileno Sérgio Boisier (1939-), o desenvolvimento de uma região pode ser explicado como resultante da interação de três forças ou processos: dois fatores externos a região, que são a compensação (política) e a alocação de recursos (econômica). E um fator interno, a ativação (social), com essas três forças mantendo entre si uma relação de interdependência e retroalimentação:

Imagem 25: Funções, dimensões e retroalimentação no planejamento regional.

### FUNÇÕES, DIMENSÕES E RETROALIMENTAÇÃO NO PLANEJAMENTO REGIONAL



Fonte: Extraído de Boisier, 1989, p. 685.

Esse esquema fornece uma visualização de como essas três forças atuam em conjunto para que ocorra o desenvolvimento regional. A compensação é relacionada a política econômica do Estado voltada para a região, que pode implementar, auxiliar ou atrapalhar o desenvolvimento da região, transformando o Estado, que é exógeno a região, em protagonista, empecilho ou coadjuvante do processo de desenvolvimento naquela região.

A segunda força, alocação de recursos, se refere ao processo de alocação inter-regional dos recursos, que é uma prerrogativa exclusiva do Estado, dependendo, assim,

de uma vontade dos governantes em alocar os recursos em determinada região, sendo, portanto, totalmente externa a região.

A ativação social é o terceiro fator necessário para o desenvolvimento regional. Esse processo depende da atuação da população local, da capacidade da região de criar um conjunto de elementos sociais, políticos e institucionais capazes de orientar o crescimento local e promover o desenvolvimento. Esse fator, exclusivamente interno (endógeno) associa-se ao aumento da autonomia decisória da região, do aumento da capacidade regional de retenção e reinvestimento do excedente gerado pelo crescimento econômico, de uma crescente e permanente melhora social (qualidade de vida, acesso a serviços, produtos, bens) e a preservação do meio ambiente.

A ativação social é um processo que teve fundamental importância para o processo de criação de um núcleo urbano que se transformou no município de Itamarati-AM, tendo como elemento possibilitador dessa ativação social as ações de cunho social desenvolvidas pelos espiritanos na Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM, buscando a resolução de problemas locais, bem como a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

A relação entre as ações educacionais propiciadas pelos padres espiritanos e a promoção do desenvolvimento, pensado enquanto transformação do espaço em agrupamento urbano organizado em torno do trabalho e com estruturas administrativas governamentais em Itamarati-AM foi correlacional e de causalidade estrutural, pois a educação foi a estrutura organizativa primária que permitiu a fixação populacional, a formação de um núcleo urbano funcional e a criação de uma cultura cívica essencial para que o antigo seringal Santos Dumont se qualificasse e se legitimasse como um projeto político de autonomia, culminando em sua emancipação municipal, alcançando assim o desenvolvimento local que somava-se ao que se esperava para a região.

Desse modo, a busca por educação formal que ocorreu de forma processual pôde proporcionar diversos tipos de liberdades e está relacionado com o Desenvolvimento Local do agrupamento humano que veio a se tornar, politicamente, um município emancipado no Amazonas.

O conceito de Desenvolvimento Regional para o Amazonas deve levar em consideração a trajetória da ocupação marcada pela tensão entre o projeto de nação e a realidade local, onde as dinâmicas sociais e culturais são frequentemente ignoradas em

favor da lógica produtivista numérica do capital, centrada nas grandes cidades e na exploração de recursos, serviços e indivíduos.

O território enquanto espaço definido e delimitado por relações de poder, congrega aspectos culturais dos múltiplos territórios existentes num só espaço geográfico ou político, incluindo atores sociais, políticos e econômicos. Desse modo, o Desenvolvimento Regional no Amazonas deve ser compreendido como um movimento complexo que, embora busque - ao menos nos discursos que são base dos projetos de desenvolvimento para a região que engloba o Estado –, a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, tende historicamente a aprofundar as desigualdades e os isolamentos geográficos que existem e o abandono da população interiorana a sua própria sorte.

### **3.2 As ações paroquiais e educacionais e a promoção do desenvolvimento em Itamarati-AM**

Para os Espiritanos a educação é um ponto importante do projeto missionário. Iniciada com o propósito de possibilitar a estudantes pobres concluírem seus estudos sacerdotais na França no início do século XVIII, a preocupação com as ações educacionais se estende até a atualidade, e conta com a orientação de um guia para orientar os membros da ordem para o desenvolvimento de ações educacionais, elaborado a partir de determinação dos dirigentes da Ordem Religiosa em 2012 (Congregação do Espírito Santo, 2016), que, por ter sido criado no século XXI, absorveu características e orientações que se fizeram presentes nos projetos educativos das missões da ordem nos mais diferentes locais do mundo, como em Itamarati-AM.

De acordo com o Guia da Educação Espiritana (Congregação do Espírito Santo, 2016), a educação ofertada pelos espiritanos deve ser apoiada em 9 valores, a seguir:

**1 – Opção preferencial pelos pobres:** Desde o seu surgimento os Espiritanos se constituem em uma Ordem Religiosa ligada aos pobres, e essa escolha, que faz parte da Ordem, se faz presente também na proposta educacional da Ordem. Aqui cabe uma reflexão: quem são os pobres para os espiritanos? Os dirigentes espiritanos respondem a essa pergunta da seguinte forma:

E quem são os pobres? Alguns têm dificuldade em responder a esta pergunta, dificuldade que não é compartilhada pelas instituições de governo, pelos organismos de caráter social e até pelos próprios pobres. Quem são os pobres? São os que não têm recursos econômicos, os

destituídos, de bens materiais, os privados de poder, os explorados, os oprimidos; os pobres são os que passam fome, os que não têm moradia ou vestuário, são os carentes, de meios de instrução e de assistência médica, são os desempregados e os que se sentem à margem das decisões que lhes dizem respeito (A equipe geralícia, 1992, p. 3).

Essa ideia sobre quem são os pobres deixa perceber que os pobres para os espiritanos não são apenas os que tem poucos ou nenhum recurso, mas também os que são privados de serviços básicos, como educação, saúde e meios de sobrevivência, e os que são privados de participação social e política, sendo, portanto, privados de liberdades, seguindo a noção de Sen (2000).

**2 – Desenvolver a fé:** Como uma Ordem Religiosa, a catequização e disseminação dos valores cristãos se fazem presentes no projeto educacional da Ordem;

**3 – Uma comunidade de relações respeitadas:** Nesse ponto, a orientação é de incentivo ao desenvolvimento de um projeto educacional que contribua para a criação de uma comunidade onde haja relações de confiança e cuidado, com o desenvolvimento de um espírito de solidariedade e de respeito entre os membros da comunidade. Nas palavras do guia:

Incentivamos um espírito de pertença à família, ao cuidado pelos outros, mútuo apoio e um sentido comunitário, onde a qualidade das humanas é importante. As nossas obras educacionais são locais onde se cruzam os caminhos de muitas pessoas de modo significativo e onde a experiência humana tem o potencial para ser enriquecido através de relações respeitadas e aprendizagem mútua, que por sua vez se tornam a base para a construção de comunidades e de relações para além dos nossos centros de educação. Nas nossas comunidades educativas, onde administradores, educadores, funcionários, alunos, pais, familiares e benfeitores interagem continuamente, valorizamos a diversidade e as diferenças de gênero como um dom de Deus e reconhecemos a importância da transparência, a colaboração de todos e a responsabilidade na construção de uma mutual confiança (Congregação do Espírito Santo, 2016, p. 12).

**4 - Justiça, paz e integridade da criação (JPIC):** Nesse ponto é incentivada a interferência dos membros espiritanos na vida social da comunidade em que estão inseridos, com o propósito de interferir nas relações opressão e exploração ali presentes, atuando como “[...] advogados, o sustentáculo e os defensores dos fracos e dos pequenos contra todos aqueles que os oprimem” (Congregação do Espírito Santo, 2016, p. 12). Referente ao projeto educacional espiritano, esse ponto destaca que:

Por conseguinte, uma tarefa importante das obras educativas Espiritanas é a integração das dimensões sociais em programas de aprendizagem que ajudem à conscientização sobre as causas estruturais mais profundas da opressão, da pobreza e da destruição da criação (Congregação do Espírito Santo, 2016, p. 12-13).

A ideia de conscientização social presente nesse trecho possibilita perceber que, longe de apenas ter uma estratégia de catequização e evangelização, a educação espiritana tinha como um dos seus pilares a educação para a vida social, não restrita apenas a vida espiritual, mas que permitisse aos membros daquela comunidade perceberem o seu lugar no mundo e a questioná-lo, fornecendo indícios que possibilitam a percepção de que a educação espiritana é vista pelos membros da Ordem como um dos caminhos para conscientização e transformação social.

**5 – Educação holística e centrada na pessoa:** Sobre esse item, o guia espiritano afirma:

A educação Espiritana visa proporcionar a cada aluno a melhor experiência possível de crescimento, priorizando a integração dos aspectos humano, intelectual, físico, social, cultural e espiritual. Os alunos são assistidos no seu crescimento humano através de uma pedagogia e prática baseada na reflexão e na ação que lhes permita experimentar uma forma mais profunda de pensar e de viver, preparando assim os jovens a descobrir a sua vocação na vida como cidadãos conscientes (Congregação do Sagrado Coração, 2012, p. 13).

Novamente a questão da conscientização se faz presente, e a ideia de uma educação integral se apresenta, apoiada na reflexão e na ação para formação de cidadãos conscientes.

**6 – Excelência acadêmica: Como todo projeto educacional,** o guia espiritano destaca a importância da necessidade de buscar a excelência acadêmica e de oportunizar aos estudantes desenvolverem o seu potencial.

**7 – Inclusão e diálogo com as outras tradições religiosas:** Nesse ponto o guia de educação espiritano estabelece:

As obras educacionais espiritanas são acolhedoras e inclusivas, de todos, independentemente de qualquer tipo de deficiência, contexto étnico, social e religioso. Em diálogo com pessoas de diferentes tradições e religiões cristãs, as nossas obras educacionais buscam ser instrumentos de reconciliação, respeito mútuo e confiança, onde há divisões ou desunião do ponto de vista cultural, social, religioso ou tribal (Congregação do Sagrado Coração, 2012, p. 13).



A despeito de qualquer interpretação de um guia de orientações de uma Ordem religiosa cristã se mostrar favorável ao diálogo com outras religiões, os espiritanos deixam bem claro que esse diálogo é com pessoas que são adeptos de outras facções do cristianismo. Esse reconhecimento da necessidade de diálogo com outras formas de cristianismo acredito que pode ser devido a experiência da Ordem nos mais diferentes locais do mundo, onde seus missionários tiveram que se relacionar com pessoas que seguiam diferentes formas de cristianismo.

A não menção a outras religiões aponta um não interesse em diálogo com outras manifestações religiosas, o que pode justificar a completa ausência de informações sobre religiosidade indígena presente nos documentos da Paróquia de São Sebastião em Itamarati-AM, que em nenhuma de suas páginas cita nenhum tipo de ritual ou de manifestação religiosa dos indígenas que viviam e vivem até a atualidade em Itamarati-AM.

**8 – Espírito de serviço e partilha:** nesse ponto é destacado a importância de envolvimento na vida social e de divisão dos recursos recebidos, sendo destacado que essa divisão deve ser apoiada na ideia de justiça, e não de caridade, o que reforça a ideia de abnegação a que todos os membros da Ordem deve obedecer.

**9 – Avaliação, renovação e iniciativa:** esse ponto é uma espécie de salvo conduto para implementação de projetos educativos autônomos, onde pontos do guia de educação espiritana não sejam considerados.

Esses valores, considerados como pilares da educação espiritana, possibilita perceber que o processo educativo dos espiritanos, como já dito anteriormente, não tinha apenas o propósito de catequese e evangelização, mas também de formar cidadãos que participassem ativamente da comunidade, tendo noção de sua condição na sociedade e que pudesse contribuir com o desenvolvimento da sociedade.

Nesse ponto cabe destacar a importância das ações paroquiais para a fixação populacional, a formação de um núcleo urbano, o desenvolvimento de ações e ofertas de serviços, como os educacionais, que possibilitaram a organização e a participação da população residente inicialmente no seringal Santos Dumont, depois no povoado de Itamarati-AM, transformado em município em 1961, extinto em 1964 e novamente transformado em município em 1983.

Sobre a capacidade da Igreja em participar da organização dos grupos sociais em uma comunidade, Boisier (1989, p. 676) afirma:

As organizações não-governamentais podem representar papel importante como agentes indutores a organização, mobilização e participação destes grupos. Em certos casos, estas organizações não-governamentais apresentam vantagens decisivas como agentes indutores: não são vítimas dos receios contra os funcionários públicos, operam em escala mais humana e por isso costumam estar melhor compenetradas das características da região e de seus grupos, limitam-se a procedimentos menos formalizados de operação e são, em geral, consideradas mais legítimas, pelo menos do ponto de vista da sua representatividade regional, mesmo quando elas próprias participam de grandes organizações funcionais, como a Igreja, certos partidos políticos ou determinados sindicatos (Boisier, 1989, p. 676).

Nesse ponto, a atuação dos missionários espíritanos em Itamarati-AM inseriu-se numa lógica missionária mais ampla que, no contexto da Amazônia, visava à nacionalização da população e a urbanização nas regiões de fronteira.

Pode-se concluir que de acordo com as tarefas tomadas pelo trabalho missionário o projeto religioso para a região excedia a questão econômica e vincula-se mais diretamente a razões de Estado. Havia um destino manifesto por parte da República na aceitação e instalação da Igreja Católica na Amazônia que, em regiões de fronteira política assume um caráter geopolítico justificado no esforço de nacionalização da população, na administração territorial, na pedagogia civilizatória que incluía a alfabetização e a formação para o trabalho. Identifica-se neste processo o início da urbanização no interior da Amazônia (Menezes, 2022, s/p.).

Os espíritanos consideravam a educação uma prioridade para o povo local, conforme explicitado nos registros da paróquia, e investiram em ações específicas como o estabelecimento da educação formal no local e a fixação da família, a alfabetização de adultos e também a formação cívica (Livro de Tombo I, 1962). A primeira e mais urgente ação educacional foi a fundação de uma estrutura escolar permanente, que conferiu estabilidade e atração ao assentamento, que funcionava no espaço anexo a primeira capela, com o nome de Casa de Aula. Contando inicialmente com 42 alunos e tendo como professores os padres, pouco tempo depois, em 15 de março de 1965, a escola paroquial já estava funcionando com mais de 150 crianças (Livro de Tombo I, 1965).

Esse significativo aumento no número de crianças matriculadas pode ser creditado ao desenvolvimento estrutural e organização de Itamarati-AM em seus primeiros anos, com a ampliação de infraestrutura urbana como a criação de ruas que possibilitaram a

chegada de novos moradores que ali construíram as suas moradias, e a manutenção, consolidação e ampliação dos serviços educacionais contribuiu para que cada vez mais esse núcleo urbano fosse ampliado.

A oferta de educação de jovens e adultos, iniciada em 1962 (Livro de Tombo I, 1962), vista pelos párocos como “muito importante para uma cidadezinha que estava num começo de desenvolvimento como Itamarati-AM (Livro de Tombo I, 1962, p. 12), e essa iniciativa escola noturna para alfabetização de jovens e adultos pode ser vista como um marco no acesso a educação formal no local, bem como o ponto de partida para o estabelecimento de uma cultura de educação formal para adultos em Itamarati-AM.

A alfabetização de jovens e adultos contou com algumas interrupções ao longo do tempo devido à falta de recursos para manutenção (Livro de Tombo I), foi impactada com a consolidação da cooperativa, que possibilitava novas formas de trabalho na região, em contraste com a dispersão, precariedade e exploração do trabalho nos seringais ali existentes, fez surgir um maior interesse dos membros da comunidade em aprender a “assinar seu nome” (Livro de Tombo I, 1972, p. 95).

O interesse e investimento na educação adulta, para além da educação infantil, possui um importante papel para o desenvolvimento, na região, de um corpo social ativo e consciente de seus deveres e de seus direitos, capaz de sustentar uma administração autônoma (município).

O início das atividades do Mobral em Itamarati-AM em 1972 com 80 alunos matriculados (Livro de Tombo I, 1972, p. 95), veio em complemento as ações educacionais realizadas pela Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM, que contava na época com pelo menos 111 analfabetos na faixa etária entre 12 e 45 anos (Livro de Tombo I). Cabe destacar que a oferta de educação formal a um grupo de pessoas que até então tinham sido completamente excluídas dos processos formais de educação pode ser encarado como um fato que demonstra que nesse período há um olhar do poder público voltado para Itamarati-AM, com a necessidade de envio de recursos e pessoal para desenvolvimento de um projeto educativo nacional naquele espaço que a atrelava as realidades local e nacional, servindo para exemplificar o processo de fortalecimento social que estava ocorrendo em Itamarati-AM no período e que contribuiu para a sua emancipação política de Carauari.

Com o crescimento populacional em Itamarati-AM ao longo da década de 1970 surge a necessidade de maior oferta de serviços educacionais, com a construção de uma nova escola, o que é feito de forma integral pelos padres que transformam o hospital em uma nova escola, sendo completamente financiada e adaptada com recursos da paróquia (Livro de Tombo I, 1974).

As ações paroquiais voltadas para a educação não ficaram restritas apenas a construção de escolas e dos padres ministrarem aulas. Preocupados com a formação do corpo docente que trabalharia nas escolas, os padres enviaram pessoas para estudarem em Tefé (Livro de Tombo I, 1958-1974). Sobre esse ponto, Cosmo Domingos (2021, p. 12) afirma que:

Na área da Educação mandaram crianças estudarem fora do Município, na Prelazia de Tefé, como internas no colégio das freiras, da Congregação das Franciscanas missionárias de Maria (F.M.M) e os meninos para a Missão, também internos com os padres da Congregação do Espírito Santo.

Importante destacar que a formação ofertada em Tefé a essas pessoas era o ensino primário, tendo em vista que o ensino superior na área de licenciatura no período só era ofertado em Manaus. Isso mostra uma dificuldade histórica existente nos municípios do interior do Amazonas que é a oferta de formação para o exercício da profissão docente, problema esse que não ficou restrito apenas ao século XX, mas que, mesmo com a obrigatoriedade de formação para exercício docente na educação básica estabelecido no artigo 62 da LDB de 1996 (Brasil, 1996), permanece na atualidade, como demonstrado pela pesquisadora Fernanda Quintino em sua tese de doutorado (Quintino, 2023).

Além disso, ao longo do Livro de Tombo é constante a referência a falta de envio de materiais escolares, insumos para a merenda escolar por parte da prefeitura de Carauari, o que fazia com que a Paróquia de São Benedito tivesse que assumir a responsabilidade de compra de materiais escolares e materiais para a oferta de merenda escolar (Livro de Tombo I, 1958-1974).

A quantidade de professores disponibilizados pela Prefeitura de Carauari para atender a população de Itamarati-AM é retratada como insuficiente praticamente em todos os anos no Livro de Tombo, o que obrigava os padres a assumirem algumas das turmas e conciliar a prática docente com suas atividades paroquiais (Livro de Tombo I, 1958-1974), o que fazia com que a Paróquia tivesse que se responsabilizar pela

contratação própria de professores e constantemente pagar os salários dos professores contratados pela Prefeitura de Carauari, que constantemente atrasava os salários dos professores que lecionavam em Itamarati-AM (Livro de Tombo I, 1958-1974).

É possível afirmar que a educação em Itamarati-AM entre as décadas de 1960-1970 contava com um sistema de duplo financiamento da Prefeitura de Carauari e da Paróquia de São Sebastião, que além de criar, expandir ainda se responsabilizava em manter as escolas em funcionamento, dando a população itamaratiense a certeza de não interrupção das ações educacionais, pode ser visto como um reforço a estabilidade do núcleo urbano, sendo um dos principais componentes da construção de um núcleo urbano funcional e permanente que em conjunto com as ações políticas e o contexto de criação e recriação de municípios no Brasil no início dos anos 1980, período final da Ditadura Civil-Militar, onde a conjunção dos interesses local (emancipação política) e nacional (reorganização administrativa) e o contexto histórico favorável possibilitou a articulação desses interesses e a emancipação política definitiva de Itamarati-AM em 1983.

Longe de ter sido uma instituição passiva nesse processo a própria Igreja Católica estava passando por um processo de formulação no período que se articula diretamente com esse processo de emancipação política, com uma maior participação da Igreja na vida da população, não mais como instituição soberana, mas mais atenta e participativa na vida social das populações menos favorecidas.

Essa reformulação na atuação da Igreja Católica veio a ocorrer a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), que promoveram significativas mudanças na relação entre a Igreja Católica e a sociedade, como a renovação da liturgia (inclusive com a permissão do uso de línguas locais nas missas); respeito das diferenças culturais e teológicas; a importância do leigo para a instituição; liberdade religiosa; maior compromisso da Igreja e de seus membros com a dignidade humana; educação; formação sacerdotal e comunicação social (Kloppenburger; Vier, 2015). As ideias reformistas da Teologia da Libertação<sup>64</sup> se fizeram fortemente presentes na orientação da atuação da Igreja Católica

---

<sup>64</sup> Surgida a partir da Conferência de Medellín-COL (1968), a Teologia da Libertação foi uma corrente teológica surgida a partir do Concílio Vaticano II na América Latina que se apoiava na defesa de causas coletivas dos pobres do continente e se opunha aos governos totalitários existentes no continente no período e a exploração dos desfavorecidos. Cf. Mainwaring, 2004.

no Brasil no período, o que contribuiu para a amplificação da atuação política e social da Igreja no país.

Essa nova política institucional de atuação da Igreja Católica impactou a atuação da Igreja no Brasil, e,

Durante o período de 1974-1982 a Igreja brasileira adquiriu a maior importância no catolicismo internacional, tornando-se a Igreja mais progressista do mundo. As duas décadas anteriores se caracterizaram por muitas mudanças, mas os anos entre 1974 e 1982 foram os tempos de desenvolvimento da Igreja Popular. Por volta de 1976, os progressistas começaram a compartilhar a liderança com os reformistas, e a Igreja brasileira, mais do que qualquer outra no mundo, vinculou a fé a um compromisso com a justiça social e com os pobres (Mainwaring, 2004, p. 169).

Nesse contexto a Igreja no Amazonas teve um impulso na sua relação de interferência nas realidades locais. O cientista político estadunidense Scoot Mainwaring (2004, p. 106) destaca que:

A mais notável transformação de uma Igreja regional entre 1964-1973 ocorreu no Amazonas. Antes de 1964, os bispos amazonenses eram razoavelmente tradicionais, especialmente em comparação com os colegas no Nordeste. Alguns missionários implantavam inovações pastorais com os camponeses e índios, mas o trabalho como um todo estava voltado para a celebração dos sacramentos, a expansão da instituição e o fortalecimento de serviços (escolas, postos de saúde e hospitais) numa região carente. Por volta de 1973, os bispos do Amazonas e do Nordeste eram os mais progressistas do país. Embora outros fatores tenham contribuído para a evolução da Igreja amazonense, o mais significativo foi a rápida transformação do capitalismo pós-1964, que desencadeou muita violência contra os camponeses e impulsionar a Igreja a intensificar a o seu compromisso para com os pobres.

Dentre esses bispos amazonenses destaco Dom Joaquim de Lange que, como já dito anteriormente, foi dirigiu a Prefeitura Apostólica de Tefé no período 1947-1950, e após a transformação da Prefeitura Apostólica em Prelazia no início da década de 1950 tornou-se o seu primeiro Bispo, exercendo essa função até 1982 quando se aposentou devido a sua idade avançada.

De acordo com Coelho (2022), Dom Joaquim de Lange tinha como estratégia para a criação de novas comunidades a partir da criação de um Igreja, uma escola, um presbitério<sup>65</sup> e um clube de mães, cuja comunidade seria organizada a partir da atuação

---

<sup>65</sup> Espaço físico da Igreja, com altar e espaço de reunião.

da Igreja. Dom Joaquim participou de todas as sessões do Concílio Vaticano II, e buscava estabelecer diálogo com lideranças políticas e religiosas para, em conjunto com outros bispos da região amazônica, denunciar “[..] o desemprego, o subemprego, as condições precárias de moradia, a falta de saneamento básico, de escola e de saúde da população e o cerne destes problemas estava ligado à desigualdade social e a má distribuição de terras” (Coelho, 2022, p. 74).

Essa postura de denúncia da desigualdade social de Dom Joaquim de Lange se integra ao projeto missionário dos espiritanos. Reforço que as ações paroquiais em Itamarati-AM não ficaram restritas ao âmbito da educação formal, objeto dessa pesquisa, mas que houve o desenvolvimento de outras atividades de cunho social (como saúde, comércio, infraestrutura) demonstram o atrelamento de uma educação voltada para o exercício do trabalho que buscava inserir a população local em uma lógica urbanizada sedentarizada, em oposição ao modelo extrativista dos seringais, onde existia uma situação de exploração dos trabalhadores que foi duramente criticado pelos padres que atuavam no interior do Amazonas e por Dom Joaquim de Lange, como na reunião ocorrida entre os dias 19 a 22 de janeiro de 1972 entre Dom Joaquim de Lange e 15 dos 18 padres e irmãos da Prelazia de Tefé, cujas críticas a conduta dos donos seringais foram feitas inclusive na imprensa:

#### **Igreja de Tefé acusa “patrões” de desumanos**

Os Padres conhecem dezenas de seringueiros que nunca vêem um saldo, dezenas aos quais são tiradas as roupas para que não fujam dos seringais. Inúmeros seringueiros, sem poder comprar um pouco de açúcar para o café, intercedem junto ao Padre, que passa em seu motor, visitando-os. Este, compadecido, compra um pequeno rancho no armazém do “patrão” e o envia àqueles pobres, que sofrem a maior penúria.

Os Padres da Prelazia, sobretudo os que moram nas regiões mais afastadas de Tefé, narraram casos de seringueiros com a canôa cheia de borracha, que, após entregá-la ao patrão, voltam para casa com apenas um pequeno rancho, sem jamais ver dinheiro em suas mãos. Os seringueiros que, por doença, não tiverem borracha para entregar ao patrão, podem morrer à míngua, que não recebem nem um pequeno adiantamento.

Alguns dos Padres, missionários nos altos rios há mais de 20 anos, sabem de seringalistas que “fecham” a boca dos rios, pondo capangas a vigiá-la, para que ali não entre senão o motor daqueles que eles querem.

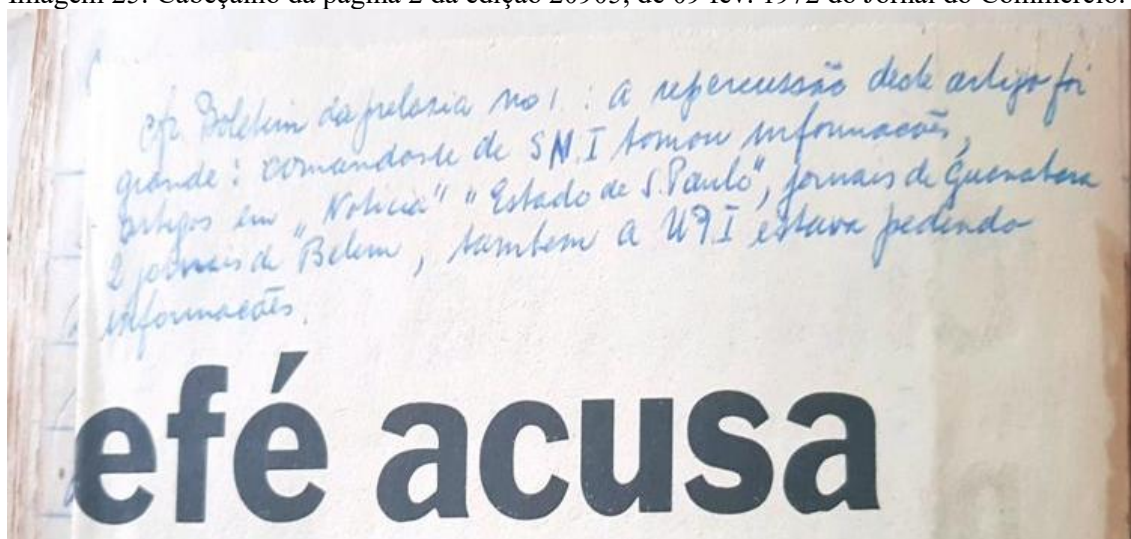
#### **Reação dos Padres**

Os Padres contaram que tamanha é a repugnância que lhes inspira a conduta desses patrões desalmados, que preferem em suas visitas não celebrar os ofícios religiosos no barracão do “chefão”, havendo, porém, assim o período de se perder uma oportunidade de maior contato com o

dono do seringal (Jornal do Commercio, 1972, p. 02. Grifos no original).

As críticas feitas a “desumanidade” dos donos de seringais não ficaram restritas a um importante veículo da imprensa manauara. Na cabeçalho da edição do jornal do Commercio citada acima que me foi gentilmente disponibilizada pela professora Raimunda Aguiar, foi acrescido um pequeno texto que versava sobre o impacto do referido artigo, como pode ser visto na imagem a seguir:

Imagem 25: Cabeçalho da página 2 da edição 20905, de 09 fev. 1972 do Jornal do Comércio.



Fonte: Jornal do Comércio, 09 fev. 1972. ed. 20905, p. 2. Gentilmente cedido pela professora Raimunda Nogueira Aguiar.

Reproduzo aqui textualmente o que consta no texto: “Cf. Boletim da Prelazia nº 1: a repercussão deste artigo foi grande: [ilegível]... de S.N.I. tomou informações em Notícia’ ‘Estado de S. Paulo’, jornais de Guanabara 2 jornais de Belém, também a U9I estava pedindo informações”. Os esclarecimentos prestados ao Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>66</sup>, principal órgão de inteligência e espionagem durante a Ditadura Civil Militar mostram o alcance repressivo que o regime civil militar teve no país, tendo chamado atenção de uma professora residente em um povoado no interior do Amazonas. A observação de que outros veículos de imprensa de outros locais do país que, supostamente teriam repercutido a notícia onde os membros da Igreja denunciavam a

<sup>66</sup> Para atuação do SNI, cf. Fico, C. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.



relação de exploração de Itamarati-AM deixa transparecer que poderia haver uma estratégia de publicização das denúncias sobre essa relação.

Seguindo essa lógica, em 7 de janeiro de 1974, em seu boletim de imprensa nacional, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicizou informações de um relatório assinado por Dom Joaquim de Lange, onde ele tece duras críticas a relação dos seringalistas (exploradores) e dos seringueiros (explorados), colocando-os em lados opostos e destacando o risco de, devido as difíceis condições de sobrevivência, haver uma debandada dos trabalhadores (Lange, 1973). As críticas e denúncias feitas a relação de exploração entre donos e trabalhadores de seringais se inserem em uma lógica de reformulação do papel da atuação da Igreja e também da necessidade de reorganização das relações de trabalho, e para atingir esse objetivo, a educação se transformou em uma importante ferramenta para essa transformação. E as ações paroquiais em Itamarati-AM iam ao encontro dessa lógica, tanto na oferta de educação formal, mas também através da educação informal e a oferta de demais serviços que não ofertados pelo Estado.

Atividades como serviços de assistência médica e odontológica, criação e organização da cooperativa, a criação e incentivo a atuação do clube de mães foram fatores que, assim como a oferta de serviços educacionais, contribuiu para o surgimento, consolidação e desenvolvimento de uma comunidade que no início dos anos 1980 possuía capacidade e interesse de se tornar emancipada politicamente e se constituir em município autônomo.

Tendo em vista a importância da reformulação na atuação da Igreja no Amazonas, a nova configuração nacional com a derrocada do regime civil-militar que levou a uma nova reconfiguração política e administrativa no país, acredito que um fator decisivo para que Itamarati-AM se tornasse novamente um município foi a ativação social provocada pela atuação da Paróquia de São Benedito na região ao longo do período:

[...] Por ativação deve-se entender o conjunto de procedimentos (e de agentes) usados para gerar, na região, uma determinada atitude da sociedade que viabilize a transformação qualitativa do crescimento em desenvolvimento. Conforme analisado, a ativação supõe a transformação de certas atitudes e valores latentes, em reais, mediante a criação de estruturas representativas dos diversos grupos sociais regionais e através do cumprimento de determinados papéis ou tarefas atribuídas a cada um. Como nenhum processo de crescimento econômico pode ser transformado em desenvolvimento (que implica uma sustentação da mudança ao longo prazo), a menos que medie

também um processo de geração, apropriação e reinvestimento local do excedente, devemos novamente fazer ver o papel central que corresponde aos grupos que controlam as atividades produtoras da região, tanto nos grupos privados como nos públicos (Boisier, 1989, 984).

O seringal Santos Dumont, um “sítio na capoeira” com infraestrutura mínima e apenas quatro famílias foi o palco dessa ativação social. A chegada dos padres José e Godofredo em janeiro de 1958, e a posterior atuação dos padres Jaime, Guilherme e do Irmão Luís não ficou limitado a catequese, mas se constituiu, acima de tudo em projeto de ordenamento territorial que rapidamente tornou-se um núcleo populacional estável, com a constituição de uma nova organização social e econômica, introdução de tecnologias e infraestrutura, encurtamento do percurso do rio Juruá com o “furo” que culminou na criação de um reservatório de alimentos, transformaram aquele “sítio na capoeira” em um território usado (Santos, 2007), com maior funcionalidade e possibilitando maior fixação ao território, instaurando uma geografia urbana ao redor da Paróquia de São benedito que foram essenciais para a legitimação política do território.

As ações de cunho social dos padres espiritanos em Itamarati-AM nas mais diferentes esferas da vida social (religiosa, econômica, assistencial, educacional, saúde, alimentação, geográfica...) e a transformação de uma simples Paróquia em um local afastado da capital do Amazonas se insere em com coerência com o SPVEA e favoreceu a primeira emancipação do município de Itamarati-AM em 1961. A extinção do município em 1964 e sua posterior segunda emancipação em 1983 só foi possível graças a existência de um núcleo populacional organizado, sob a liderança proto-política dos padres da Paróquia de São Benedito, sob a supervisão de Dom Joaquim de Lange, que incitou o interesse e administração pública local e estadual, tendo em vista que, além de líderes espirituais, eles também se constituíram em lideranças políticas e mantinham relações com prefeitos e autoridades que atuavam (ou deveriam atuar) em Itamarati-AM. E essa relação, marcada por cobranças e falta de efetividade do poder público (Livro de Tombo I, 1958-1974) estabeleceu e reforçava constantemente a primazia da Paróquia nas ações de desenvolvimento e conquista de liberdades das pessoas residentes em Itamarati-AM.

O historiador e professor Cosmo Domingos destaca que no período entre a primeira e a segunda emancipação de Itamarati-AM o território era administrado pelos padres da Paróquia de São Benedito e pelo prefeito de Carauari (Cosmo Domingos, 2021),

e mesmo com a reincorporação a Carauari a Paróquia deu continuidade as ações sociais e de infraestrutura em Itamarati-AM que possibilitaram a ativação social que propiciou o desenvolvimento necessário para que fosse possível ao território alcançar a autonomia administrativa, mantendo, de certa forma, a territorialidade e a independência organizacional do local que possibilitou a definitiva emancipação, em 1983.

Em sua obra, Cosmo Domingos lança uma questão que se articula totalmente com essa pesquisa: “Perguntemo-nos, será que se os padres não tivessem vindo para a região pertencente a este município desenvolver atividades missionárias, educacionais e médicas os políticos teriam incluído na emenda constitucional o nosso município?” (Cosmo Domingos, 2021, p. 20). Essa questão levantada pelo autor não possui uma resposta simples (ou possui, dependendo de quem e onde for responder à pergunta), porém, com essa pergunta o autor destaca o papel primordial da atuação dos padres da Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM para que o território se constituísse em um território de interesse de administração pública e se transformasse em territorial municipal autônomo.

Tendo em vista que todas as ações de cunho social desenvolvidas pelos padres da Paróquia de São Benedito em Itamarati-AM, dentre as quais a oferta de serviços educacionais se destaca pela sua importância para a Ordem dos Espiritanos, como projeto missionário de Dom Joaquim de Lange e que foi um grande atrativo para o estabelecimento de famílias em torno da Paróquia, é possível afirmar que a relação entre o desenvolvimento, as ações educacionais e a emancipação política de Itamarati-AM, emergindo de um contexto inicial de missão religiosa, constitui um paradigma analítico fundamental para compreensão da dinâmica socioespacial e da construção de territorialidade no interior da Amazônia brasileira, que se constitui tendo base a evangelização, a educação voltada para o trabalho e o processo de urbanização do interior do Amazonas (Menezes, 2022).

A contribuição da educação para a emancipação do município de Itamarati-AM e sua relação com o desenvolvimento regional não pode ser analisado isoladamente, mas deve ser compreendido como resultante de um contexto histórico, social, espacial, de ações individuais e coletivas que contou com a liderança dos Padres da Paróquia de São Benedito onde a missão religiosa, através da instrumentalização da educação para a cidadania, junto com outras ações de cunho social e de criação de infraestrutura, logrou êxito ao converter um seringal disperso em um polo de fixação populacional, com base

material e organização social necessário e suficiente para que aquele “sítio na capoeira” atingisse o estatuto de município autônomo, se constituindo assim em uma entidade político administrativa consolidada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar o surgimento e o desenvolvimento do município de Itamarati-AM a partir da relação das ações educacionais promovidas pelos padres espiritanos no povoado Santos Dumont, local que veio a se tornar o município, bem como a subsequente construção de uma cultura educacional na região. O recorte temporal da pesquisa abrangeu o período que se iniciou em 1958, com a chegada dos padres espiritanos ao seringal Santos Dumont, para a criação da Paróquia de São Benedito, até 1983, data da segunda e definitiva emancipação do município no contexto histórico do país. Utilizando como metodologia o método histórico e a análise documental, através do paradigma indiciário, percebi que a busca por educação foi a ação promotora central que propiciou o desenvolvimento local, no sentido de criação de estruturas governamentais, que possibilitou o surgimento do município de Itamarati-AM, pois, no contexto do seringal Santos Dumont, a presença da Igreja Católica, especificamente dos padres espiritanos, foi associada pelos habitantes, incluindo seringueiros e indígenas, à certeza de alfabetização e letramento, depositária das esperanças da população pobre da região em uma vida melhor para os filhos e consequentemente para si.

O fluxo populacional provocado pela certeza de educação e outros serviços sociais e espirituais, oferecidos pelos padres espiritanos, foi crucial para a construção de um núcleo urbano. Ao chegarem em 1958, os padres encontraram um "sítio na capoeira" com infraestrutura mínima. As ações paroquiais, que incluíam a construção de uma capela e uma escola como prioridades, juntamente com serviços de assistência médica e odontológica e a organização da vida econômica (como a criação de uma cooperativa de seringueiros), converteram o seringal em um território usado com estabilidade populacional, atingindo o estatuto de município autônomo, se constituindo assim em uma entidade político administrativa consolidada.

Em termos de desenvolvimento, destaco que as ações dos espiritanos em Itamarati-AM, ao buscarem a resolução de problemas locais e a melhoria da qualidade de vida, fomentaram a ativação social — um fator interno de desenvolvimento regional que depende da atuação e organização da população local. Essa ativação social, possibilitada pelas ações de cunho social dos espiritanos, criou a base para que o antigo seringal Santos Dumont alcançasse o estatuto de município autônomo, ao relacionar o desenvolvimento

com a aquisição de liberdades, abrangendo a eliminação de privações e a capacidade de participação social e política.

A persistência da Paróquia de São Benedito como liderança proto-política foi decisiva, especialmente após o golpe de 1964, quando Itamarati-AM foi extinto e reincorporado a Carauari. Mesmo sem autonomia municipal formal, a Paróquia manteve as ações sociais e de infraestrutura, incluindo a continuidade da oferta educacional. A paróquia, por vezes, teve de assumir a responsabilidade pela compra de materiais escolares, insumos para merenda, e até pelo pagamento de salários de professores, devido à ineficiência ou ausência do poder público de Carauari.

A emancipação definitiva de Itamarati-AM em 1983, através de um contexto favorável de reorganização administrativa nacional, foi uma culminação da legitimação política do território alcançada pela fixação e organização social promovida pelos padres. A eleição do primeiro prefeito, Raimundo Pereira Lisboa, e dos vereadores em 1982, demonstrou a consolidação de uma estrutura administrativa local. A tese conclui que a relação entre o desenvolvimento, as ações educacionais e a emancipação política de Itamarati-AM se constituem em um paradigma analítico fundamental para a compreensão da construção de territorialidade no interior da Amazônia brasileira.

Analisar as contribuições das ações sociais de um pequeno grupo de padres em um território localizado no meio da floresta amazônica, no seringal Santos Dumont, um pequeno seringal as margens do Rio Juruá, no sudoeste do Amazonas, buscando perceber nessas ações a relação entre elas, principalmente as educacionais, para o desenvolvimento regional que possibilitou a emergência de um município se mostrou uma tarefa extremamente complexa, mas que a escolha teórica e metodológica possibilitou a sua consecução.

Partir do pressuposto de que a busca por educação formal, ofertada por párocos de uma recém fundada paróquia em uma comunidade que contava com apenas quatro famílias propiciou o desenvolvimento daquela comunidade a ponto dela se tornar um município autônomo se mostrou uma árdua tarefa, que apenas com uma densa pesquisa acadêmica foi possível estabelecer as relações e correlações possíveis para a compreensão do fenômeno educativo como contribuidor e possibilitador da formação de um núcleo urbano que veio a se transformar no município de Itamarati-AM.

A educação, foco principal de existência da Ordem dos Espiritanos, inicialmente para a formação de clérigos e a partir do século XIX para o estabelecimento do trabalho missionário, tinha para os membros dessa Ordem uma importância central no processo de atuação nas comunidades, fazendo parte da história da ordem e da sua atuação no país desde a chegada dos primeiros membros, e essa educação, pautada na vida comunitária, urbanocêntrica, voltada para a lógica do trabalho, amparada na lógica de existência de “direitos e deveres” sociais e que se posicionava contra a exploração dos seringueiros promoveu a criação e o desenvolvimento que possibilitaram a emancipação política de Itamarati-AM.

Perceber as ações educacionais implementadas em Itamarati-AM pelos Espiritanos de forma ampla, não restrita apenas a educação formal, possibilita ver o processo educativo como um importante componente da vida social, principalmente naquela sociedade, onde própria organização social, econômica, infraestrutura e uso da natureza necessitou da ampla atuação dos padres, quer seja fornecendo alimentos, fazendo “furo” no rio, criando remanso para reserva de alimentos, construindo ruas, casas, tijolos, orientando a criação e organização de grupos sociais, como clubes de mães, cooperativa, dentre outras, que tiveram papel fundamental para fixação das pessoas naquele território.

A escolha da perspectiva da história regional e local possibilitou a articulação dos acontecimentos históricos locais com os contextos regional, nacional e ocidental cristão, ao trazer para a análise as transformações ocorridas na relação da Igreja Católica com o mundo cristão ao longo do tempo, o que possibilitou analisar os acontecimentos ocorridos em Itamarati-AM como resultante desses contextos, demonstrando que uma pequena comunidade amazônica, longe de ser solta no tempo e no espaço, possui a sua própria historicidade e que o processo de emancipação política de Itamarati-AM deve ser visto como resultante do contexto histórico que ele ocorreu, das ações individuais e coletivas ocorridas naquele território, mas também como resultado de processos históricos mais amplos e conhecidos ocorridos em outros locais, que se a primeira vista pode não parecer ter um impacto direto naquele território, uma análise mais detalhada embasada pela perspectiva da história regional local demonstram a forma como esses acontecimentos históricos externos influenciaram o percurso histórico de Itamarati-AM.

Analisar os processos de criação, extinção e recriação do município de Itamarati-AM baseado na história regional e local possibilita perceber essas ações como componentes de um processo mais amplo, que ocorreu no Amazonas e no Brasil de forma mais ampla, demonstrando a articulação entre os contextos local, regional, estadual e nacional.

A realização de uma pesquisa acadêmica sobre a história da educação de Itamarati-AM, um município do interior do Amazonas, cujas cidades possuem uma carência de estudos acadêmicos, haja vista a centralidade de Manaus como recorte geográfico preferencial para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, se constitui em um convite para pesquisadores se debruçarem sobre essas realidades, promovendo uma descentralização do foco geográfico no desenvolvimento de novas pesquisas, valorizando as historicidades, particularidades e especificidades dos espaços amazônicos.

As dificuldades de ordem teórica, metodológica, conceitual, de acesso e existência de fontes de pesquisa, encontradas, e muitas delas explicitadas ao longo desse texto, longe de se constituírem um empecilho para realização dessas pesquisas, serviram de estímulo a busca por fontes locais e não oficiais, trazendo para uma pesquisa acadêmica uma realidade social “contada” por aqueles que “viveram” aquela realidade, e não apenas o discurso de um analista sobre aquela realidade.

A análise da documentação produzida pela Paróquia de São Benedito não apenas possibilitou analisar aquela comunidade religiosa, mas possibilitou articular essas ações com o percurso histórico da Congregação do Espírito Santo sob a invocação do Sagrado e Imaculado Coração de Maria e com as próprias transformações da Igreja Católica, principalmente entre os séculos XIX e XX.

A análise da educação não como um fenômeno isolado, quase independente das demais relações sociais, mas percebida como resultante e formador de um contexto social, político e econômico regional demonstram como a educação pode ser analisada como um fator de fortalecimento social que atrelava a realidade local à realidade nacional, legitimando o interesse público no território e, enquanto projeto missionário e fator de ativação social, foi o elemento estrutural para o desenvolvimento regional e a autonomia política de Itamarati-AM.



## FONTES

A Equipe Generalícia. Espiritanos e Ensino. vol. 49, 1992, 5 p. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/id-po/52/>. Acesso em: 05 jul. 2025.

Amazonas. Decreto n. 68, de 31 de março de 1938b. *Altera a denominação dos municípios de Floriano Peixoto e Silves e eleva à categoria de cidades as atuais vilas, sedes de municípios*. Manaus: AM. Sem identificação da edição do Diário Oficial do Estado publicado.

Amazonas. Decreto n. 176, de 1 de dezembro de 1938a. *Fixa a divisão territorial do Estado, que vigorará, sem alteração, de 1º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, e dá outras providências*. Manaus: AM. Divisão administrativa e judiciária para o quinquênio 1939-1943. Manaus: Imprensa Pública, 1939.

Amazonas. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas, em sua sessão de abertura em 15 de março de 1953 pelo Governador Álvaro Maia*. Manaus: Imprensa Oficial, 1953. p. 4.

Amazonas. Lei nº 1, de 12 de abril de 1961. *Cria novos municípios no Estado do Amazonas e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado, 13 de abril de 1961. p. 1.

Amazonas. Lei nº 8, de 14 de junho de 1961. *Revoga o art. 43 da Lei 1 de 12 de abril de 1961*. Diário Oficial do Estado, 17 de junho de 1961. p. 1.

Amazonas. Decretos, de 14 de abril de 1961. *Nomear, para exercerem os cargos de Prefeitos nos Municípios recém-criados pela Lei n. 1, de 12 de dezembro de 1961, publicado no Diário Oficial do dia 13 do mesmo mês e ano, os seguintes senhores*. Diário Oficial do Estado, 14 de abril de 1961. p. 1.

Amazonas. Lei n. 3, de 28 de março de 1963. *Dá nova redação aos arts. n. 36 – § 1º, da lei de n. 1, de 12 de abril de 1961 e 2º, da lei n. 2, de igual data*. Diário Oficial do Estado, 30 de março de 1963. p. 1.

Amazonas. Lei nº 7, de 9 de abril de 1963. *Cria outros municípios no Estado do Amazonas*. Diário Oficial do Estado, 10 de abril de 1963. p. 1-12.

Amazonas. Decretos. *Nomear: De acordo com o art. 15, item I, da lei nº 494, de 16 de dezembro de 1949, Jovelino Francisco Carvalho, para exercer, em comissão, o cargo de prefeito municipal de Carauari*. Diário Oficial do Estado, 31 de julho de 1963. p. 1.

Amazonas. Lei nº 41, de 24 de julho de 1964. *Extingue municípios e dispõe sobre o destino de seus bens*. Diário Oficial do Estado, 25 de julho de 1964. p. 1.

Amazonas. *Despachos do governador*. Diário Oficial do Estado, 14 de novembro de 1964. p. 1.

Amazonas. *Estatutos da Cooperativa dos Seringueiros de Itamarati – Limitada*. Diário Oficial do Estado, 6 de fevereiro de 1965. p. 3-4.

Amazonas. *Resenha da reunião ordinário da Assembleia Legislativa do Estado no dia 27 de junho de 1967*. Diário do Poder Legislativo, 9 de novembro de 1967. p. 1.

Amazonas. Emenda Constitucional nº 12 de 10 de dezembro de 1981. *Dá nova redação a artigos da Constituição e acrescenta um artigo às Disposições Gerais e Transitórias*. Diário Oficial do Estado, 28 de dezembro de 1981. p. 2-4.

Amazonas. Decisão n. 027/TCM-87. *Recomenda à Câmara Municipal de Itamarati, o pagamento da diferença de subsídios recebidos a menos pelos Senhores Vereadores – Processo nº 253/CCM-86*. Diário Oficial do Estado, 11 de maio de 1987. p. 11.

Amazonas. Emenda Constitucional n. 76 de 10 de julho de 2013. *Altera a Constituição do Estado do Amazonas e dá outras providências*. Diário oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, ed. n. 331, 03 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www.pge.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Constituicao-Estado-Amazonas-atualizada-ate-a-EC-108-de-2018.pdf>. p. 317-318. Acesso em: 20 jun. 2024.

Appelman, B. *Cartão mensagem de 1 ano de morte de Jaime Appelman*. Fortaleza, 22 jun. 2006, 1 p. Documento cedido gentilmente por Raimunda Nogueira Aguiar.

Balu, M. B. (2023). Francisco Libermann: o caldeirão savernense dum fundador judeu duma congregação religiosa dentro da nova realidade social. *Horizontes Espiritanos*, v. 20, n. 20, p. 35-46, 2023. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1085&context=horizontes-espiritanos>. Acesso em: 15 jun. 2025.

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>.

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/>.

Begley, M. Missão espiritana e desenvolvimento num mundo em mudança constante. *Horizontes Espiritanos*, vol. 20, n. 20. p. 121-142, 2023. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1091&context=horizontes-espiritanos>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Brasil. [Constituição (1946)]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Rio de Janeiro, DF: Presidente da República, 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 20 jun. 2024.

Brasil. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 28 dez. 1961. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024compilado.htm). Acesso em: 01 jul. 2025.

Brasil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 09 out. 2024.

Brasil. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874?. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

Brasil. Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953. *Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências*. Rio de Janeiro, DF. Coleção das Leis – 1953 – vol. 1. Atos do Poder Legislativo. Leis de Janeiro a março. Rio de Janeiro, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1953, p. 13-19.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Estado do Amazonas*. Censos demográficos e econômicos. Série Regional, vol. VIII, 1950. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v8\\_am.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v8_am.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

Brasil. Superior Tribunal Federal (STF). Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 479-4 Amazonas. Coisa julgada. Procedente. *Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade, no Art. 12 da Constituição do Estado do Amazonas, na parte que implicou a criação de municípios, sem observância dos requisitos estabelecidos no § 4º do Art. 18 da Constituição Federal, notadamente a realização de plebiscito*. Requerente: Procurador Geral da República. Requerida: Assembleia Legislativa do Amazonas. Relator: Ministro Octávio Galloti. Imprensa Nacional. Acórdão em 5 de junho de 1996. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur37625/false>. Acesso: 20 jun. 2024.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 01 jul. 2025.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eleição. *Resultado de eleições Amazonas*. Eleições municipais de 15 de novembro de 1982. Documento disponibilizado por e-mail.

Carauari. Câmara Municipal de Carauari. *OF.PRE/CAM-N. 23/74*. Câmara Municipal de Carauari, 23 de abril de 1974a.

Carauari. Câmara Municipal de Carauari. *OF.PRE/CAM-N. 75/74*. Câmara Municipal de Carauari, 5 de agosto de 1974b.

Carta enviada pela Paróquia de São Benedito de Itamarati a Presidência da Câmara Municipal de Carauari em resposta ao ofício 23/74.

Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>.

Cavalcante, João Libâneo. Plano Municipal de Educação do município de Itamarati/AM: uma análise da Meta 7 e seu alinhamento com o PEE/AM; 2017; Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Centro de

Políticas Públicas e Avaliação da Educação –UFJF. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5787>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Congregação do Espírito Santo. *Antologia espiritana*. Vol. 1. Roma: Casa Generalizia, 2010. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=anthologie-spiritaine-portuguese>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Congregação do Espírito Santo sob a proteção do Imaculado Coração de Maria. *Regra de vida espiritana*. Roma: Casa Generalizia, 2013. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1018&context=spiritan-rc>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Congregação do Espírito Santo. *Guia Espiritano para a Educação*. 2016. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/spiritan-education/4>. Acesso em: 05 jul. 2025.

Domingos, F. Cosmo da S. *A história de Itamarati*. 2021. No prelo.

Farias, A. Os Espiritanos na América Latina. *Missão espiritana*, ano 3, vol. 5, n. 5, p. 5-24, 2004. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1546&context=missao-espiritana>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Goepfert, P. *The Life of the Venerable Francis Mary Paul Libermann, Founder of the Congregation of the Holy Heart the Holy Heart of Mary*. Dublin: M. H. Gill & Son, 1880. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1063&context=libermann-collection>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Gruyters, A.; Ferreira, D. da R. Cem anos de presença espiritana em Tefé. *Missão Espiritana*, vol. 1, n. 1, p. 55-66, 2002. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1614&context=missao-espiritana>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Igreja de Tefé acusa “patrões” de desumanos. *Jornal do Comércio*, Manaus, 09 fev. 1972. Ed. 20905, p. 2.

Jacquot, E. *Biografia de Cláudio Poullart des Places: fundador da Congregação do Espírito Santo*. Spiritan collection, Duquesne University, The Gumberg Library. Silva-POR: Seminário da Silva, 1998. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1056&context=spiritan-books>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Lange, Dom J. de. [Carta] 26 set. 1971, Prelazia de Tefé [para] Itamarati. 2 f. Carta de Dom Joaquim, Bispo da Prelazia de Tefé ao povo de Itamarati.

Lange, Dom J. de. [Relatório]. *Comunicado mensal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. CNBB. n. 256. Boletins de imprensa. Boletim n. 3/74, 07 já. 1974, p. 26-24. Documento cedido via e-mail.

Libermann, F. *Provisional Rule of the Missionaries of the Holy Heart of Mary*: Text and Libermann's Commentary. Pittsburgh: Duquesne University, 2015. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1059&context=libermann-collection>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Limbour, Amet. *La Congrégation du Saint-Esprit*: depues sa foundation en la fête de la pentecote 1703 jusq'a la fusión avec la Congregation du S. Cœur de Marie, Le 24 aout 1848. Lille-Paris: Societe Saint Augustin desclee. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1056&context=spiritan-books>, Acesso em: 10 jun. 2025.

*Livro de Tombo I*. Paróquia de São Benedito. Itamarati-AM:1958-1974.

*Livro de Tombo II*. Paróquia de São Benedito. Itamarati-AM:1974-2000.

Missão espiritana na Amazônia: uma história com 120 anos. *Ação missionária*, ano 75, n. 884, nov. 2016, p. 6-7. Disponível em: <https://espiritanos.pt/acao-missionaria-novembro-de-2016/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Parsons, J. Uma particularidade espiritana? Considerações históricas sobre o período entre o Des Placces e o Libermann. *Horizontes Espiritanos*, v. 20, n. 20, p. 7-22. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1083&context=horizontes-espiritanos>. Acesso em: 1 jul. 2025.

Quintino, Fernanda Pinto de Aragão. Políticas públicas de formação de professores: o PARFOR e as mudanças objetivas e subjetivas na vida dos trabalhadores docentes em Itamarati-AM. 2023. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9416>. Acesso em: 05 mar. 2024.

Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Proposta de Reformulação da Estrutura Curricular dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Educação. 2014. Disponível em: <https://ppge.ufam.edu.br/proposta-curricular-do-curso.html>. Acesso em: 05 mar. 2024.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, T. I.; Oliveira, J. M. Arquivos documentais e experiências missionárias na Amazônia: um estudo de caso sobre a atuação dos espiritanos em Tefé nas primeiras décadas do século XX. *Canoa do Tempo*, [S. l.], v. 10, n. Nº 2, p. 22–39, 2019. Disponível em: [https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa\\_do\\_Tempo/article/view/4878/4205](https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/4878/4205). Acesso em: 01 jul. 2025.
- Albuquerque, W. R. de; Fraga Filho, W. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- Almeida, R. H. de. *O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- Aquino, M. de. O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da teologia da libertação. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1485–1505, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n32p1485/5849>. Acesso em: 05 maio 2025.
- Aróstegui, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.
- Azevedo, T. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978.
- Azzi, R. O movimento de Reforma Católica durante o século XIX. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 34, n. 135, p. 646–662, 1974. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4181>. Acesso em: 05 maio 2025.
- Azzi, R. Elementos para a História do Catolicismo Popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 36, n. 141, p. 95–130, 1976. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4077>. Acesso em: 05 maio 2025.
- Barros, J. D. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006.
- Barros, J. D. *Teoria da História: os Paradigmas Revolucionários*. vol. 3. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- Bastide, R. *As religiões africanas no Brasil: Contribuição de uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- Bloch, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- Boisier, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: Haddad, P. R. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989. p. 589-694.



Borges, E. M. de O. *O projeto do Padre Francisco Libermann e a atividade missionária dos Espiritanos em Cabo Verde ((1941-1975)).* 2015. 173 f. Dissertação – (Mestrado integrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2015. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ucp.pt%2Fbitstream%2F7666b489-5607-4c6a-8b18-f54d4b5f978e%2Fdownload&psig=AOvVaw1nbxwubPyIVfzP2GSZln3z&ust=1752085983051000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAYQrpoMahcKEwiQgr2G862OAxUAAAAAHQAAAAAQBA>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Brandão, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global.* Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

Burke, Peter (org.). *A escrita da História: Novas perspectivas.* São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

Castro, I. E. de. O problema da escala. In: Castro I. E.; Gomes, P. C.; Corrêa, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985. p. 115-140.

Chambouleyron R. Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Esboços: histórias em contextos globais, [S. l.]*, v. 26, n. 41, p. 84–103, 2019. DOI: 10.5007/2175-7976.2019v26n41p84. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019v26n41p84>. Acesso em: 14 maio 2025.

Chagas, R. M. T. *O sentido da pós-graduação para qualificação de professores da educação básica do estado do Amazonas.* 2022. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Amazonas, 2022. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9288/4/Tese\\_ReginaChagas\\_PPGE.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9288/4/Tese_ReginaChagas_PPGE.pdf). Acesso em: 05 maio 2024.

Chaves, André Câmara. *Antunes de Oliveira: trajetória educacional e protagonismo no debate da LDB 4.024/61'* 29/03/2021 209 f. Mestrado em Ciências Humanas Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Amazonas, Manaus. Biblioteca Depositária: Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Coelho, L. R. *Educação de adultos no cenário amazônico: movimento de educação de base em Tefé/AM (1963-1982).* 2022. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/17800>. Acesso em: 05 maio 2025.

Corrêa, R. L. *Trajetórias geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Corrêa, P. S. de A. História e historiografia educacional na Amazônia: uma radiografia da produção do conhecimento nos programas de pós-graduação em educação da região norte do Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas-SP, v. 11, n. 43, p. 149-174, jul. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639958/14984>. Acesso em: 05 set. 2020.

Costa, H. J. V. da. *História de Carauari – AM*. Manaus: Gráfica Ziló, 2022.

Costa, R. P.; Moraes, F. T. *História da educação na Amazônia brasileira: um balanço historiográfico recente*. Disponível em: [http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT02\\_309.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT02_309.pdf). Acesso em: 05 set. 2020.

Dallabrida, V. R. *Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul-SC: EDUNISC, 2011.

Delumeau, J. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

Dutra, M. J. de L.; Pereira, H. dos S. Formação de municípios no Amazonas após a Constituição Federal de 1946: fragmentos de uma história interrompida e esquecida. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, v. 20, n. 1, jan-abr 2018, São Paulo. p. 51-68.

Fico, C. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

Fragoso, J. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

Freitas, A. L. dos S. *O gigante abatido: o longo processo de constituição da Província do Amazonas (1821-1850)*. 2010. 219 f. Dissertação – (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/12650/1/Andre%20Luiz%20dos%20Santos%20Freitas.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

Furtado, J. F. *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo: Odebrecht, 2013.

Gadotti, M. *A questão da educação formal/não-formal*. Institut Internacional des Droits de L'Enfant (IDE), Sion, out. 2005, p. 1-11. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod\\_resource/content/1/eudca%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal\\_formal\\_Gadotti.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod_resource/content/1/eudca%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal_formal_Gadotti.pdf). Acesso em: 09 out. 2024.

Ginzburg, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Gonçalves, J. W. A Revolução Francesa e a invenção social da pobreza. *BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 9–24, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1267>. Acesso em: 7 jul. 2025.

Gutton, J. P. *La société et les pauvres en Europe (XVI-XVIII siècles)*. Paris: Presses universitaires de France, 1974.



Halbwachs, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

Hoornaert, E. *A Igreja no Brasil-Colônia (1500-1800)*. Coleção tudo é história. 2. Ed. Brasília: Brasiliense, 1984.

Itamarati. *Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos*, 2012. Disponível em: <https://www.sema.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/PMGIRS-ITAMARATI.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Kloppenburger, B.; Vier, F. *Compêncio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

Kuhlmann Jr, M. Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922). *Cadernos de Pesquisa*, n. 106, p. 159–171, mar. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000100008>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Kuhlmann Jr., M.; Leonardi, P. História da educação no quadro das relações sociais. *História da Educação*, v. 21, n. 51, p. 207–227, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/66163>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Lavor, A. de. *Amazônia sem respirar: falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus*. RADIS: Comunicação e Saúde, n. 221, p.20-23, fev. 2021.

Lima, F. S. C. As raízes da Faculdade de Educação da UFAM: uma análise do contexto em que a instituição se desenvolveu (1960 a 1980). *Revista Amazonida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas*, v. 1, n. 01, p. 106–141, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/7347>. Acesso em: 05 abr. 2024.

Lima, F. S. C. Ensaio sobre a história, a historiografia e os historiadores da educação no Brasil. In: Pinheiro, H. S. P (org.). *Teorias e fundamentos da educação: perspectivas locais e globais*. São Paulo: Alex Cultural; Manaus: EDUA, 2023. p. 19-51.

Lima Sobrinho, A. B. B. *Constituições brasileiras: 1946*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2012. Coleções Constituições Brasileiras, vol. 5.

Louzada, C. de O. *O rio comanda a vida: uma análise geoecológica das paisagens do Arquipélago do Januário (município de Itacoatiara-AM)*. 2020. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/56144/3/2020\\_tese\\_colouzada.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/56144/3/2020_tese_colouzada.pdf). Acesso em: 05 out. 2024.

Lucena, P. S.; Coelho, L. R. Dom Joaquim de Lange: as contribuições de um religioso nos âmbitos educacionais, culturais e sociais no município de Tefé/AM (1970-1975) *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, [S. l.], v. 10, pág. 68367–68383, 2022. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53308>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Magalhães, J. P. de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2004.

Mainwaring, S. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Marin, J. R. (org.). *Circunscrições eclesiásticas no Brasil: articulações entre igreja, Estado e sociedade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/3660/6/Circunscricoes%20Eclesiasticas%20Catolicas%20no%20Brasil\\_.pdf](https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/3660/6/Circunscricoes%20Eclesiasticas%20Catolicas%20no%20Brasil_.pdf). Acesso em: 1 maio 2025.

Maués, R. H. As atribuições de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX ou como a política mexe com a igreja católica. In: Marin, R. E. A. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 139-152.

Maués, R. H. *Uma outra invenção da Amazônia*. Belém: Cejup, 1999.

Maxwell, K. *O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Meireles, H. L. *Direito Municipal Brasileiro*. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

Menezes, M.L. P. Trabalho e Território: as missões católicas no interior do estado do Amazonas, Brasil. *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (11), p. 1-15, 2002. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-11.htm>. Acesso em: 1 maio 2025.

Menezes, M. L. P. Prefeituras Apostólicas na Amazônia brasileira. Estado e Igreja na nacionalização do território. *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. XVI, nº 418 (11), p. 1-6, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-51.htm>. Acesso em: 1 maio 2025.

Miki, P. da S. R. *Aspectos da educação infantil no estado do Amazonas: o curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant outros jardins de infância (1897-1933)*. 2014. 382 f. Tese – (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba-SP, 2014. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/14501785604281727.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

Monarcha, C. História da educação (brasileira): formação do campo, tendências e vertentes investigativas. *Revista História da Educação*, v. 11, n. 21, p. 51–77, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29391>. Acesso em: 05 abr. 2024.

Netto, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Neves, E. F. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: Arcádia, 2002.

Neves, E. F. História e Região: tópicos de História Regional e Local. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 01, n. 02, abr.-out., 2008. p. 25-36. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/issue/view/317/462>. Acesso em: 05 abr. 2024.

Nunes, O. *Introdução Ao Estudo Da Amazônia Brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1951.

Oliveira, A. P. de A. *Catedral de Santa Tereza e sua praça no Município de Tefé: aspectos religiosos e de sociabilidade*. 2023. 152 f. Dissertação – (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH/UEA - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/60-11.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Oliveira, F. *Elegia para uma re(li)gião*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Oliveira, G. B. de; Lima, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Rev. FAE*, Curitiba, v.6, n. 2, maio/dez. 2003. p.29-37. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462/357>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Pantoja, V. Amazônia Terra de Missão: Bispos Romanizadores e Missionários Protestantes na Belém do Século XIX. *Debates do NER*, [S. l.], v. 1, n. 21, p. 95–122, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/25677>. Acesso em: 4 maio 2025.

Pinheiro, L. B. S. P. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. Manaus: Editora Valer, 2001.

Pinto, F. *A extensão universitária e o desenvolvimento social de idosos: o caso de um programa interdisciplinar na UFCG-PB*. 2012. 156 f. Dissertação – (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, 2013. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/1930/1/PDF%20-%20Fernanda%20Pinto.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.

Pobreza. In: Azevedo, C. M. (Dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. vol. J-P. Lisboa: Círculo de leitores, 2001. p. 456-462.

Pollak, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

Quintino, Fernanda Pinto de Aragão. *Políticas públicas de formação de professores: o PARFOR e as mudanças objetivas e subjetivas na vida dos trabalhadores docentes em Itamarati-AM*. 2023. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9416>. Acesso em: 05 mar. 2024.

Quintino, Fernanda Pinto de Aragão. Mourão, Arminda Rachel Botelho. *Desafios Amazônicos e a (Trans) Formação de Professores: histórias de vida da primeira turma de pedagogos de Itamarati-AM*. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2022. Disponível em: <https://quipaeditora.com.br/desafios-amazonicos>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Quintino, Rosimario de Aragão. “*Atrás do trio elétrico só não vai quem já morreu*”: o impacto do trio elétrico no carnaval soteropolitano (1951-1975). 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus-BA, 2016. Disponível em: <https://silo.tips/download/universidade-do-estado-da-bahia-uneb-departamento-de-ciencias-humanas-campus-v-p-18>. Acesso em: 05 mar. 2024.

Quintino, R. de A. “*Atrás do trio elétrico só não vai quem já morreu*”: o impacto do trio elétrico no carnaval soteropolitano (1951-1975). Salvador: Sagga, 2021.

Reis, A. C. F. *História do Amazonas*. 2. ed. Coleção Reconquista do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência cultural do Amazonas, 1989.

Reis, A. C. F. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

Renha, C. E. A. P. de C. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953- 1966). 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, 2017. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6135/5/Disserta%20a7%20a3o\\_Carlos%20E.%20A.%20P.%20C.%20Renha.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6135/5/Disserta%20a7%20a3o_Carlos%20E.%20A.%20P.%20C.%20Renha.pdf). Acesso em: 20 ago. 2024.

Rousso, H. A memória não é mais o que era. In: Ferreira, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da História Oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 93-101.

Rudé, G. F. E. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991).

Sachs, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.  
Sampaio, P. M. M. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Santirocchi, Í. D. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização - Ultramontanismo - Reforma. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 24–33, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5387>. Acesso em: 5 maio 2025.

Santos, F. J. dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões na Amazônia Pombalina*. 2. ed. Manaus: EDUA, 2002.

Santos, M. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

Santos, M. *et al. Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Santos, M. *Territórios alternativos*. 3 ed. São Paulo: contexto, 2012.

Sen, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Silva, M. C. dos. *O paiz do Amazonas*. Manaus: EDUA, 1996.

Souza, D. P. de. *O ensino de história regional e local nos anos finais do ensino fundamental da SEMED/Manaus: da criação à extinção de Fundamentos de História do Amazonas (1991-2009)*. 2023. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9455>. Acesso em: 05 mar. 2024.

Souza, J. *A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato*. São Paulo: LeYa Editorial, 2017.

Souza, N. de J. de. *Desenvolvimento econômico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Teles, L. E. C.; Abreu, T. I. de. A Boca da Missão em Tefé: história e memória. *Acesso livre*, n. 2, jul/dez 2014, p. 190-202. Disponível em: <https://revistaacessolivre.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/09/luciano-everton-costa-teles2.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

Thompson, E. P. *A miséria da teoria e outros ensaios*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

Tocantins, L. *O Rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 9 ed. Manaus: Editora Valer, 2000.

Trilla, J. A educação não-formal. In: Arantes, V. A. (Org.). *A educação formal e não-formal*. São Paulo: Summus editorial, 2008. p. 15-57.

UN–United Nations. UNDP (United Nations Development Programme). *Human Development Report 1990: Concept and Measurement of Human Development*. New York, 1990. Disponível em: [https://hdr-undp-org.translate.goog/content/human-development-report-1990?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt&\\_x\\_tr\\_pto=tc](https://hdr-undp-org.translate.goog/content/human-development-report-1990?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc). Acesso em: 30 jul. 2025.

Vasconcelos, K. R. de M.; Souza, D. P. de; Miki, P. da S. R. História da Educação: formação do campo nos estados do Amazonas e Pará. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 23, n. 1, p. ed. 280, 4 jun. 2023. 25 p. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e280>. Acesso em: 04 abr. 2024.

Veiga, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.